

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fernanda Araujo de Almeida

DESENVOLVIMENTO LOCAL: FUNDAMENTOS PARA UMA CRÍTICA MARXISTA

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fernanda Araujo de Almeida

DESENVOLVIMENTO LOCAL: FUNDAMENTOS PARA UMA CRÍTICA MARXISTA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Doutora Maria Lúcia Silva Barroco.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2010

Banca Examinadora

Assim eu vejo a vida
(Cora Coralina)

A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.

Eu sou aquela mulher que fez a escalada da
montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores.
CORA CORALINA

Aos meus pais José Almeida e Maria José de Almeida,
A gênese de meus princípios.
Àulinha
Minha esperança no futuro.

AGRADECIMENTOS

Nada do que vivemos tem sentido, se não
tocarmos o coração das pessoas
Cora Coralina

O tempo para chegar aqui foi longo, dessa forma, fui esbarrando, encontrando, conhecendo e reencontrando muitas pessoas, com as quais pude contar nesse período tão intenso de elaboração teórica e vivência acadêmica. Assim, esse espaço dedicado aos agradecimentos torna-se um momento tão valioso de síntese do conjunto das relações que construí ao longo desses anos.

Listarei aqui algumas pessoas que foram marcantes nessa longa trajetória – período que se tornou tão paradoxalmente especial. Para todas elas os meus mais sinceros agradecimentos. Reafirmo que todas me ajudaram; outras me acompanharam; tem aquelas que confiaram; tem aquelas que mesmo não entendendo acreditaram; tem ainda, aquelas que comigo sonharam; e mais que tudo, todas *tocaram meu coração*.

Primeiramente agradeço à Lúcia Barroco, mestre no sentido mais sublime da palavra, amiga, companheira, muito obrigada por você confiar em mim e no meu trabalho, graças a você eu terminei.

Meu agradecimento especial a professora Raquel Raichelis, acompanho seu trabalho com muito respeito e admiração desde a graduação. Obrigada por ter participado da Banca, por suas contribuições tão coerentes e por sua paciência e dedicação na tramitação final desse processo.

Agradeço a gentileza do Professor Ricardo Carlos Gaspar, que topou no “escuro” ler meu trabalho e participar da Banca de Qualificação, sua contribuição foi fundamental.

Agradeço com muito carinho a Vânia Noeli, primeiramente por ter me emprestado toda sua coleção de livros do Celso Furtado, depois por ter aceitado prontamente em participar da Banca.

Agradeço a professora Maria Lúcia Carvalho que me acompanhou na primeira fase deste trabalho.

Meu carinho todo especial a professora Dilséa, em seu nome agradeço aos amigos que numa noite fria de novembro de 2009, mudaram o rumo de meus estudos.

Não poderia deixar de agradecer as minhas queridas professoras do programa de graduação de Serviço Social da PUC-SP, em especial a Bia, Márcia Accorsi, Socorro e Rosalina, e ainda, a Cristina Brites e Rosângela Batistoni.

Meu agradecimento a PUC, através do Programa de Pós-graduação de Serviço Social, e ao CNPQ pela Bolsa concedida.

Aqui reservo espaço para agradecer, imensamente, aos professores de Portugal que gentilmente me receberam, em especial, as professoras Alcina Martins, que me recebeu no Instituto Miguel Torga e elaborou um importante relatório com minhas atividades; a Rosa Tomé, que além da discussão acadêmica nos apresentou fados e vinhos; a gentileza da professora Fernanda Rodrigues, que abriu as portas da sala de aula e de sua casa; a Adelaide Malainho, que me recebeu em Beja – parada obrigatória no Alentejo. E com muito carinho, ao camarada Alfredo Henríquez, “o chileno mais fadista do mundo”, foi através de suas indicações que cheguei aos importantes contatos sobre o Desenvolvimento Local.

Meu agradecimento emocionado aos meus generosos amigos, que compreenderam minha ausência nesses últimos tempos, companheiros, camaradas, pessoas que eu amo, minha linda família eleita.

Amanda – Doce menina, tão sábia, todo agradecimento será pouco. Comigo ela leu, discutiu e corrigiu o trabalho com tanta dedicação, digno de uma mestra.

Babi, Eneida, Raquel – amigas e camaradas para toda a vida, porto seguro na vida e na política. Estendo o agradecimento aos camaradas da Corrente OT.

Natasha, Isa, Ignatios – A todos os amigos arquitetos que constroem cidades e sonhos.

Mariana e Luisa – Amigas de infância, amigas de toda a vida, somente vocês tem o conteúdo da obra.

Maurílio (meu irmãozinho) e Luciana (Maria Bonita) – Com eles embarquei na experiência mais maravilhosa de nossas vidas, juntos, nós filhos de trabalhadores conhecemos o velho continente.

Luzinete – Minha irmã mais velha, que me dá ombro e carinho, basta me olhar ou me ouvir e já entende tudo.

Ana Pana, Grazi, Núria e Wedson – Amigos confidentes de alegrias e tristezas.

Ana Lúcia, Daniela, Maria, Rodrigo, Roseli, Simone, Solange, Soraia, Telma, Cândia, Clécio, Danilo, Erivalda, Fernando, Ismail, Nico, Rosa, Rose, Silvana, Valéria, Vânia Noeli – Meus companheiros de trabalho – amigos e professores – que dividem os melhores e mais desafiantes momentos de minha vida profissional.

Rosana e Teresinha – Pessoas iluminadas que acreditam na saúde pública e de qualidade. Com delicadeza me ensinam a enfrentar a realidade tão dura da Vila Regina. Agradeço a elas em nome de todos os colegas da UBS.

Aos amigos e companheiros da PUC – Ana Livia, Janaina, Milena, Pedro e ainda, a Vânia que nos atende no programa com tanto carinho.

Aos amigos que indiretamente estiveram durante todo tempo me apoiando – Adriano, Carol, Cassandra, Edu Silva, Marcos Urbani e Washington e tantos outros que aqui não conseguirei nomear, todos serão gentil e pessoalmente lembrados.

Por fim, para aqueles que mantêm, e por vezes abalam minha estrutura.

Aos meus irmãos – ao Niel embora “aparentemente” distantes sabemos do nosso amor e ligação. À Ni minha menina levada que nos deu a Julinha, nossa maior riqueza.

Ao meu Pai – Zé da Pedra, homem forte, homem duro, homem coração, homem pai.

Ao Toninho – Agradeço primeiramente por sua paciência, não deve ter sido fácil comigo conviver nesses dias de concentração. Seu companheirismo, carinho e amor me encham de alegria.

E ainda, aos alunos da Unicastelo e aos usuários da UBS Vila Regina, a quem também dedico este trabalho.

RESUMO

"Desenvolvimento Local: Fundamentos para uma Crítica Marxista"

Fernanda Araujo de Almeida

A presente pesquisa busca apresentar um conjunto de reflexões para subsidiar um debate crítico sobre o *Desenvolvimento Local*. Partimos da compreensão de que o *Desenvolvimento Local* é mais uma das expressões construídas pelo capitalismo como resposta teórico-social e ideo-política para suas crises – agravadas pela reestruturação produtiva, pós anos 1970 em todo o mundo. Assim, o *Desenvolvimento Local* vem para atender aos interesses neoliberais. Posto de outra forma, o *Desenvolvimento Local* se torna funcional às respostas do neoliberalismo e atende as necessidades da reestruturação do capital em sua fase mundializada. Para tal, construímos duas tendências provisórias de análise que expressam a disputa de significados no campo do *Desenvolvimento Local*. A primeira tendência que denominamos *Campo Hegemônico: Neoconservadorismo Pós-moderno* pode ser tomada como aquela construída e defendida pela ONU e posteriormente adensada nas concepções das instituições e agências multilaterais através do financiamento de programas e projetos. Utilizamos como referência para análise da presente tendência as concepções da metodologia DLIS, discurso que foi dominante na inserção do *Desenvolvimento Local* no Brasil através de Augusto de Franco. Dessa forma, pretendemos problematizar a presente tendência, centrando o debate nos elementos teóricos que fundamentam os direitos sociais e a responsabilidade do Estado no enfrentamento da *Questão Social* e suas expressões tão largamente intensificadas e consubstanciadas nos novos paradigmas expressos nas formulações do mundo contemporâneo alicerçado no ideário neoliberal e pós-moderno. A segunda tendência por nós identificada compreende o debate e as ações políticas presentes no bojo das "Lutas Sociais" no *Campo Contra-hegemônico* em oposição ao neoliberalismo, tendo como expressão significativa o Fórum Social Mundial. Dessa maneira, o campo de pesquisa compreendeu a análise documental dos relatórios de pesquisa produzidos pelo NEPEDH, análise dos documentos publicados no site oficial do FSM, artigos de revistas e livros sobre o tema, além do relatório da pesquisa realizada por nós em Portugal.

Palavras Chave: *Desenvolvimento Local*, Neoconservadorismo, Fórum Social Mundial

ABSTRACT

"Local Development: Fundamentals for a Marxist Critique"

Fernanda Araujo de Almeida

This research seeks to present a set of ideas to foster a critical debate on the Local Development. We start with the understanding that the Local Development is another of the expressions constructed by capitalism as a social-theoretical and ideo-political answer to their crises - exacerbated by the restructuring of production, post-1970s around the world. Thus, the Local Development is to serve the interests of neoliberalism. Put another way, the Local Development becomes functional responses of neoliberalism and meets the needs of the restructuration of capital in its phase globalized. To this end, we built two temporary trends of analysis that express the struggle for meaning in the field of Local Development. The first trend we call Field Hegemonic: *Neoconservatism Postmodern* can be taken as that built and defended by the UN and subsequently condensed in the concepts of institutions and multilateral agencies through the funding of programs and projects. Used as reference for analysis of this trend DLIS conceptions of methodology, discourse that was dominant in the insertion of Local Development in Brazil by Augusto de Franco. Thus, we intend to confront this trend by focusing the discussion on the theoretical elements that underlie the social rights and state responsibility in facing the *Social Issue* and their expressions so far stepped up and embodied in the new paradigms expressed in the formulations of the contemporary world grounded in neoliberal and postmodern ideas. The second trend identified by us involves the debate and policy actions present in the midst of the "Social Struggles" in the field of counter-hegemonic opposition to neoliberalism, with significant expression as the World Social Forum. Thus, the field of research included the documentary analysis of research reports produced by NEPEDH, analysis of documents published on the official website of the WSF, magazine articles and books on the subject, besides the report of research conducted by us in Portugal.

Keywords: Local Development, Neoconservatism, World Social Forum

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
APRESENTAÇÃO: O <i>DESENVOLVIMENTO LOCAL</i> EM DEBATE.....	14
CAPÍTULO I	
PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA: ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO	
1. Uma estratégia multifacetada: <i>Desenvolvimento Local</i> em questão.....	48
1.1. Polissemia: Um conceito multifacetado.....	55
2. O Desenvolvimento Econômico no sistema capitalista: Uma análise em Marx.....	63
2.1. O Desenvolvimento Econômico no século XX: As respostas do capitalismo às suas crises.....	73
CAPÍTULO II	
TENDÊNCIAS EM DEBATE: A LUTA PELA HEGEMONIA	
1. Uma proposta de análise: Os campos em disputa.....	82
1.1 - Campo Hegemônico: Neoconservadorismo Pós-Moderno.....	85
1.2 - Campo Contra-hegemônico: As Lutas Sociais.....	113
CONCLUSÕES	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE: O <i>DESENVOLVIMENTO LOCAL</i> NO COTIDIANO DAS	
POLÍTICAS SOCIAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	147

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento
ATTAC – Associação pela Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos
BM – Banco Mundial
CEE – Comunidade Econômica Européia
CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DL – Desenvolvimento Local
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EIS – Escritório de Inclusão Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPEDH – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos da PUC-SP
ONU – Organização das Nações Unidas
PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PRHIS – Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat
PT – Partido dos Trabalhadores
SSO – Secretaria de Serviços e Obras
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SEHAB – Secretaria de Habitação
UE – União Européia

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1	Títulos relevantes ao tema “desenvolvimento” na Revista Serviço Social & Sociedade	34
QUADRO 2	Elaborações Hegemônicas X Pressupostos da análise crítica	50
QUADRO 3	Extratos sobre o <i>Desenvolvimento Local</i>	51
QUADRO 4	Carlos Brandão – Caracterização dos “vários” significados para Local	57
QUADRO 5	Quadro Comparativo das Tendências	84
QUADRO 6	Tabela de Consensos por Augusto de Franco	96
GRÁFICO 1	Estrutura da Pesquisa	46

APRESENTAÇÃO

O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM DEBATE

“Solo el materialismo dialéctico y histórico se encontrarán en situación de elaborar un método histórico-sistemático para la investigación de esos problemas¹”. (Lukács, 1963: 34)

Agora, com distanciamento necessário e com amadurecimento teórico suficiente para fazer algumas afirmações, percebemos que o presente objeto de pesquisa nunca deixou de fazer parte de nossas indagações². Assim, as questões aqui postas fazem parte não somente do resultado de uma pesquisa pontual, mas de reflexões realizadas ao longo de nossa trajetória acadêmica e profissional³.

Embora a gênese de nossas reflexões sejam anteriores, o tema aparece como objeto de pesquisa, primeiramente através de nossa experiência profissional na Secretaria de Serviços e Obras (SSO) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) no ano de 2001, precisamente na Equipe de Participação Popular na Limpeza da Cidade. Nessa experiência tivemos nosso primeiro contato com elementos constitutivos do chamado *Desenvolvimento Sustentável*. Como resultado de nossa pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) elaboramos a monografia *A Produção de Resíduos Sólidos e a Questão Social*⁴. Nesse trabalho desenvolvemos uma crítica ao conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, a partir das análises da geógrafa Arlete Moysés Rodrigues. Nosso objetivo (ainda que modestamente) foi desmistificar esse conceito hegemônico no campo da gestão ambiental. O debate central foi mostrar que o volume do lixo produzido pelas grandes cidades é fruto do

¹ Lukács, György. *Estética I La Peculiaridad de lo Estético*: 1 Cuestiones preliminares y de principio. Barcelona – México: Ediciones Grijalbo, 1965.

² Tivemos a oportunidade de perceber com mais nitidez essa questão após nosso Exame de Qualificação, oportunidade em que a banca examinadora delicadamente pontuou alguns elementos que nos conduziram para importantes reflexões sobre a relação sujeito-objeto.

³ Atualmente (com mais maturidade), após aprofundar algumas leituras e, principalmente, reafirmando o referencial teórico que orienta nossas reflexões, percebemos o real significado atribuído por Marx quando afirmou que o homem é inteiro, ou seja, não pode ser cindido, não é fragmentado. Assim, o resultado do processo aqui apresentado é parte da nossa história, e a nossa história é a história do presente.

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da PUC-SP em abril de 2002, sob orientação da Prof.^a Márcia Aparecida Accorsi Pereira e leitura da Prof.^a Maria Beatriz Costa Abramides.

modo de produção capitalista⁵. Defendemos que a coleta seletiva é uma alternativa interessante, contudo, inaudível diante da magnitude dos problemas que envolvem a gestão do lixo em São Paulo, além disso, é um projeto centrado na responsabilização individualizada do sujeito, não comprometendo os grandes produtores e geradores de resíduos sólidos.

Somente agora compreendemos que na verdade os temas estavam imbricados, ou seja, cidade, urbano, participação, *Questão Social* e desenvolvimento, sejam essas questões compreendidas de forma local ou sustentável, ou ainda, na perspectiva crítica que as abordamos nessas reflexões, sejam como questões que se articulam aos determinantes sócio-econômicos. Ou seja, de um modo ou de outro, estão na mesma arena de debate – *e aqui reside nosso objeto de pesquisa*.

Assim, quando o *Desenvolvimento Local* aparece em nosso cotidiano profissional⁶, e nos causa “estranheza”, é justamente por compor o mesmo campo de críticas que já havíamos anteriormente estabelecido quando da realização do TCC. Dessa forma, nossa proposta de trabalho para a elaboração da presente dissertação de mestrado é *compreender os fundamentos do Desenvolvimento Local*. Para tal, utilizamos como referência uma experiência objetiva através de nossas relações (nos vários momentos e locais) com o Projeto Nós do Centro, mais especificamente com o Sub-Projeto Piloto Escritório de Inclusão Social (EIS) Glicério⁷.

Desse modo, durante esse tempo fomos questionando: quais concepções estão presentes no *Desenvolvimento Local*? Parece existir uma disputa de significados. O que isso oculta e revela? Quais as referências teóricas dessas concepções? Quais os fundamentos teóricos dos elementos constitutivos do

⁵ Essa e outras noções que começam a aparecer serão desenvolvidas ao longo do presente texto.

⁶ Mais adiante detalhamos como o *Desenvolvimento Local* surge no contexto de nossas indagações profissionais e acadêmicas.

⁷ Trabalhamos na Fundação Orsa (2006/2008), no Projeto “Nós do Centro – EIS Glicério” desenvolvido em parceria com a PMSP. Um projeto com discurso ambicioso, que envolvia a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a União Européia (UE). Trataremos dessa questão posteriormente, contudo, anunciamos introdutoriamente que o Programa “Nós do Centro” foi inicialmente negociado através de cooperação internacional – BRASIL/UE, (2002) pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo (SEHAB) – Gestão Marta Suplicy (2001/2004). Sua execução efetiva iniciou-se em 2006, sob responsabilidade da SMADS – tal modificação ocorreu por novas diretrizes assumidas pela Gestão Serra/ Kassab (2005/2008). No início, o Programa estava associado aos Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRHIS), fazendo parte de uma articulação maior no âmbito do Plano Diretor e Política Municipal de Habitação, através de melhorias e restauração de prédios antigos, destinados também à moradia popular. Para uma análise mais aprofundada ver Vilale, Letizia.

Desenvolvimento Local, ou seja, desenvolvimento e local? Temos uma impressão que nunca se investiu tanto no local com capital (recurso) global, quanto na contemporaneidade. Qual é o interesse “do Global” “no Local”? Por que a ONU/PNUD e demais agências multilaterais insistem e financiam tantos projetos de *Desenvolvimento Local* em países pobres? O que há de comum nas experiências e abordagens do *Desenvolvimento Local* que gera uma espécie de “pensamento único” entre certas concepções progressistas e conservadoras? Há de fato consensos, ou uma aceitação acrítica do modelo?

Nossa proposta de estudo é desmontar, desconstruir e analisar as concepções de Desenvolvimento Local hegemonicamente aceitas, tanto por tendências inscritas em campos desde progressistas até conservadores, quanto por movimentos sociais reivindicatórios, por grandes corporações empresariais – “todas responsáveis socialmente” –, por partidos políticos antagônicos e por gestores. Nossa questão é: onde se assentam efetivamente as concepções de Desenvolvimento Local, entendendo que elas orientam as ações objetivas realizadas nesse campo?

Diante desse quadro, mais uma diversidade de questionamentos foram sendo construídos a partir da presente problematização, perguntas norteadoras para as quais não sabíamos se encontraríamos respostas⁸. Por vezes, *tínhamos (e ainda temos) a sensação de estar diante de um colar de miçangas embaraçadas, na qual não se sabe ao certo onde começa e termina, tampouco onde estão os fechos*. Nesse sentido, ainda que não se trate de construir todas as respostas para as indagações aqui postas, nossa tarefa é percorrer os caminhos por onde correm as discussões sobre o *Desenvolvimento Local*, constatando convergências e divergências de distintas e conexas naturezas – econômicas, políticas, ideológicas – para assim construir parâmetros para sua análise a partir de sua fundação e amadurecimento numa sociedade tipicamente capitalista, em contextos históricos e particulares. Daí a busca pelos fundamentos objetivos e históricos que podem explicar o

⁸ Esse rico processo remete à ontologia e práxis descrita por Marx, Lukács, e tão bem trabalhadas por Netto e Barroco, ou seja, somente o homem supostamente livre é capaz de gerar novas perguntas, a partir de respostas e de posse dessas construir outras, num processo incessante. Vejamos nas palavras de Lukács: “O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando em sua resposta ao carecimento que ele provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas. Desse modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade” (Lukács, 1978: 5).

Desenvolvimento Local, arranjado e forjado diferentemente – haja vista as duas tendências⁹ que problematizamos – na vida social.

Desse modo, não buscamos com esse trabalho construir uma resposta única para o que é *Desenvolvimento Local*. Aliás, esse recurso é bastante usual entre aqueles que se dedicam a escrever sobre o tema, frequente também são as respostas evasivas, sem profundidade (na maioria dos casos), recorrentes e repetitivas, considerando o referido recurso e discurso usuais. Dessa forma, fazemos o contrário, ou seja, a partir de nosso referencial teórico-metodológico problematizamos as concepções já construídas sobre como conceitualmente tem sido tratado o que se compreende como *Desenvolvimento Local*, atreladas às análises concretas, das experiências também concretas por nós vivenciadas. Para tornar ainda mais claro, ao invés de construir mais uma afirmação, ou ainda, uma análise que nos levasse às constatações do tipo: “*Desenvolvimento Local* é isso ou aquilo”, “a experiência com *Desenvolvimento Local* pode ser assim ou assado”, cuja metodologia nos restringiria e não nos daria o que de fato queremos. De outro modo, ao buscar os fundamentos do *Desenvolvimento Local*, nosso interesse é a partir de nossas concepções teóricas, apreender o real significado social de uma proposta como o *Desenvolvimento Local*, numa quadra histórica recheada de crises e incertezas¹⁰, na qual tem recaído sobre os ombros dos trabalhadores todas as agruras desse perverso sistema societário (capitalismo) que tem dado constantes sinais de sua saturação.

Diante do exposto, partimos da compreensão de que o Desenvolvimento Local é mais uma das expressões construídas pelo capitalismo como resposta teórico-social e ideo-política para suas crises¹¹ - agravadas pela reestruturação produtiva, pós anos 1970 em todo o mundo. Assim, o Desenvolvimento Local vem para atender aos

⁹ A seguir abordamos as tendências mencionadas.

¹⁰ “A exemplo do ‘herói sem qualidades’ de Musil, já não logramos distinguir o que anda para frente e o que anda para trás, como se o mundo estivesse sendo comandado cada vez mais por forças cuja compreensão nos escapa. Certeza temos apenas de que os acontecimentos se atropelam uns aos outros e as dimensões do mundo se estreitam, ao mesmo tempo que se desvanece a visão prospectiva da história de que os economistas tanto se envaideciam. Já não podemos nos refugiar no espaço provinciano que nos abrigava o passado. Que papel caberá como nação no mundo de contornos indefinidos que emerge? Não é fácil responder a questão como essa. Mas é importante abrir o debate e sabermos nos defender dos falsos ‘consensos’ que nos impregnam as metrópoles imperiais” (Furtado, 2002: 7)

¹¹ Faremos ainda nessa apresentação uma problematização mais aprofundada dessa afirmação.

interesses neoliberais. Posto de outra forma, o Desenvolvimento Local se torna funcional às respostas do neoliberalismo e atende as necessidades da reestruturação do capital na sua fase mundializada.

De antemão é salutar esclarecer que de maneira alguma poderíamos (ou conseguiríamos) no contexto de um trabalho de mestrado abarcar todos os elementos que compõem o campo de análise. Assim, os resultados aqui apresentados são aproximações provisórias para um recorte específico. Sabemos que nossa maior contribuição é a provocação de um debate, pois com o presente texto levantamos algumas questões que em algum momento deverão ser problematizadas.

Cercar o objeto de pesquisa não é simples – talvez essa seja uma das tarefas mais difíceis numa pesquisa acadêmica, pois várias são as leituras e recortes possíveis. Conforme já indicamos não conseguiríamos no âmbito de um trabalho de mestrado abordar todas as nuances e possibilidades desse debate, porém, pensamos que de forma ainda que pontual, estamos propondo algumas pautas para um debate e apresentando possibilidades de uma nova leitura sobre o tema – já tão massificado, e, sobretudo tão superficialmente debatido. Pretendemos romper com o imediatismo das análises e leituras da realidade aparente, tentando, assim, buscar a essência dos fenômenos que compõem tal processo.

Ainda esclarecendo sobre o objeto faz-se importante destacar que o *Desenvolvimento Local* é um tema que se presta a múltiplas interpretações – “como um objeto que escapa aos dedos” – e dessa forma exige uma densidade na análise. Para tanto, como já mencionamos, requer limites, recortes, tão difíceis de fazer, e dessa forma temos clareza das incompletudes e dos possíveis equívocos metodológicos cometidos – a opção por ora feita no alargamento e generalizações de alguns pontos –, os quais talvez possam escapar ao “modelo” das metodologias comuns no campo das Ciências Humanas e Sociais, contudo, sabemos e reiteramos que nossa contribuição é propor um debate no âmbito do Serviço Social.

NOTAS SOBRE O MÉTODO

Para destacar a construção do referencial teórico adotado na realização da pesquisa, pontuamos nossa compreensão acerca das questões que envolvem o método enquanto elemento teórico e político na prática investigativa¹².

O que nos interessa aqui é apresentar um conjunto de reflexões teóricas baseadas no método em Marx, que alicerçam a elaboração do objeto de pesquisa que ora apresentamos. Dessa forma, nossa análise é ancorada no materialismo histórico e dialético, ou seja, nossa elaboração partiu da relação entre o objeto e o movimento real desse objeto, buscando desse modo a totalidade das relações sociais inscritas nesse processo. No entanto, esse não se apresenta como um elemento de “fácil aceitação”, pois a “crise” das Ciências Humanas e Sociais, principalmente nos últimos vinte anos, marcou fortemente o campo da pesquisa nas universidades de todo o mundo, e no Brasil – claro – não foi diferente. Sobre essa questão Netto¹³ (2009) de maneira enfática ilumina o debate:

“Também no que toca a teoria social de Marx, a questão do método se apresenta como um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve direitos civis ou políticos limitados por ser

¹² Destacamos que nossas reflexões são construídas a partir das análises realizadas pelos Professores José Paulo Netto e Maria Lúcia Barroco, na disciplina denominada “O Método em Marx” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, além da gravação (DVD) do curso “Método em Marx” proferido pelo professor José Paulo Netto, organizado pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre 26 a 30 de agosto de 2002. Os referidos professores são formados na tradição teórica do pensamento de Marx, assim, suas análises sobre o método recuperam, não somente uma forma de pensar teoricamente, mas uma forma de agir e produzir política e intelectualmente.

¹³ Netto, José Paulo. “Introdução ao método da teoria social”. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Serviço Social – ABEPSS. V.1)

durkheiminiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas”. (2009: 668)

Para nós, o desenvolvimento de uma metodologia não deve ser encarado como um simples levantamento de dados e escolha por técnicas e métodos¹⁴. Partimos do pressuposto que toda análise teórica está articulada originalmente a um método de análise, e que esse não poderá de forma alguma ser conflitante entre si, ou seja, não se espera que sejam mesclados diferentes “lógicas metodológicas” (base formadora de um ecletismo teórico), e até mesmo divergentes categorias, a fim de forçar um “encaixe” abstrato.

Assim, a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa parte primeiramente do pressuposto que o método não está de forma alguma dissociado, ou ainda, externo à análise teórica e à prática investigativa.

Método em Marx: Algumas Aproximações

Netto¹⁵, ao parafrasear Lênin afirma: “Marx não nos deu uma Lógica, ele nos deu a Lógica do Capital”. Tal afirmação isoladamente pode constituir para um desatento uma banalidade na obra de Marx, porém, menos banal era o que Lênin queria demonstrar e o que Netto descreve – nessa afirmação está embutido o princípio do método na obra de Marx.

Netto, em seu curso, afirma que Marx se dedicou pouco em escrever sobre as questões metodológicas e lógicas, diferentemente de autores também clássicos das Ciências Sociais como Max Weber e Émile Durkheim, que dedicaram parte de suas

¹⁴ Em tempos de precarização do trabalho e do ensino, cursos de mestrado, por exemplo, transformaram-se em mera forma de ampliar a profissionalização e garantir vantagens na disputa no voraz mercado de trabalho. Os prazos são contabilizados na velocidade do mundo virtual, não se tem mais aquele “velho tempo” para o amadurecimento das ideias, para o debate e para o enriquecimento teórico. É necessário entregar um projeto, definir um objeto (ainda que abstratamente), escolher a fórmula teórica que melhor se adapte (abrindo espaço para um ecletismo bizarro), manipular meia dúzia de informações quantitativas; e pronto. Você está competitivo no mercado. Embora a pressão por esse modelo seja grande, afirmamos que nós negamos veementemente esse modelo de universidade, ainda que, correndo o risco de estar “fora de moda”, sejamos pelas formas clássicas – ou seja, seguindo a tradição marxista defendemos a liberdade como valor central na formação do conhecimento, possibilitando a práxis e o enriquecimento humano.

¹⁵ Netto, José Paulo. *Hegel e Marx: A Filosofia do Direito Hegeliano e a Crítica de Marx* (1843). CD-ROM – Volume 1.

obras às construções e formulações metodológicas. Esses autores publicaram obras que explicam suas concepções acerca das matrizes metodológicas de seus estudos, criando conceitos metodológicos abstratos.

Desse modo, não se trata simplesmente de uma “suposta falta”, mas de uma diferença conceitual. Isso não significa também que Marx não tenha se dedicado a escrever sobre o tema. Netto, analisando o conjunto de sua obra verificou tais preocupações em alguns textos¹⁶. Gostaríamos nesse trabalho de dedicar atenção à discussão apresentada em “A Ideologia Alemã” na primeira parte dedicada à crítica a Feuerbach. Nela, Marx, juntamente com Engels, elabora as teses fundamentais do materialismo histórico e dialético que foi amplamente discutido por autores marxistas do século XX e que em alguns casos foi tratado de forma enviesada e distorcida¹⁷.

Marx e Engels fazem uma dura crítica ao idealismo pós-hegeliano e ao materialismo de Feuerbach nessa obra, a qual, acrescida de as “11 teses sobre Feuerbach”, nos auxilia a compreender os fundamentos do método construído por Marx, ou seja, as raízes do que ficou constituído como “Materialismo Histórico e Dialético”.

Nunca é demais afirmar que na cena acadêmica o ponto aqui apresentado dividiu os marxistas (e ainda divide) por muito tempo. Trata-se do debate sobre o suposto “Jovem Marx” e o maduro e consolidado “Velho Marx”. Essa fratura em sua obra, muito criticada pela linha marxiana de influência *lukacsiana*, rendeu à teoria social de Marx muitos dissabores. Celso Frederico¹⁸ na obra dedicada aos estudos da produção de Marx entre 1843 e 1844, já na introdução sinaliza a questão:

“O pensamento do jovem Marx, apesar desses percalços, acabou merecendo nas últimas décadas análises profundas de diversos autores motivados pela polêmica intervenção de Althusser, pretendendo

¹⁶ Ao apresentar o conjunto da obra de Marx, Netto descreve que é possível perceber a discussão de natureza metodológica nas seguintes obras: **(1847)** Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976; **(1857-1858)** Marx, K. *Fundamentos de la crítica de la economía política: esbozo de 1857-1858 (Grundrisse)*. Havana: Instituto del Libro/ Editorial de Ciencias Sociales, 1970; **(1867)** Marx, K. *O capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 2. (No prefácio); **(1845- 1846)** Marx, K. Engels, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: 1993. Essas são publicações traduzidas e disponíveis em português, exceto a obra de **(1857-1858)** – *Grundrisse*.

¹⁷ Ver Netto (2004), Frederico (2005) e Mészáros (2008).

¹⁸ Frederico, Celso. *O Jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

desqualificar as obras escritas antes de *A Ideologia Alemã*. O que se pode depreender dessa celeuma é a dificuldade de fechar, de uma vez por todas, aquelas páginas heterogêneas numa interpretação unívoca. E, também, a estranha força germinativa e a atualidade sempre renovada daqueles fragmentos e inconclusos manuscritos juvenis”. (2009: 8)

Assim, os escritos anteriores à *A Ideologia Alemã* não são mera divagação pueril e juvenil, constituem-se na sólida reflexão crítica sobre o que mais tarde afirmou-se como a base das “três fontes” do marxismo. Dessa forma, o trabalho de Celso Frederico nos possibilita aprofundar esse curto e intenso período que marcará profundamente a trajetória de Marx. Vejamos a proposta do professor Celso:

“O eixo condutor de nossa exposição está nas complexas relações de Marx com Hegel e Feuerbach. Nelas passa o fio vermelho responsável pela costura de idéias díspares, descoladas de seu contexto de origem e reapropriadas criticamente para servirem de fundamento a uma teoria original, destinada a ser a expressão teórica mais articulada do movimento operário. O fio vermelho que atravessa a trajetória de Marx nesses dois anos decisivos de sua vida intelectual conduz a um emaranhado teórico composto de uma mescla de continuidade e ruptura com relação ao pensamento de Hegel e Feuerbach, bem como de tentativas do autor para desembaraçar-se dessas influências e propor o esboço de uma teoria nova e absolutamente original”. (Idem: 8-9)

Contudo, vale esclarecer que o método em Marx não constitui um modelo a ser seguido como uma “cartilha de estudos” ou ainda um “receituário aplicável” daqueles que se “reivindicam” do campo da esquerda e que pretendem fazer a transformação social. Tal questão nos remete à fala de Netto (2004) na apresentação do primeiro seminário de Ética, quando, ao discutir questões conceituais, já apontava a necessidade de clarificar os conceitos a fim de que não pudesse haver equívocos interpretativos que mudassem completamente o sentido do método e, mais que isso, da ação prática.

“Ainda no tocante a clarificações conceituais, eu me permitiria indicar a presente necessidade de precisar o que entendemos por transformação social. No universo vocabular dos assistentes sociais, esta expressão tomou ares de verdadeiro fetiche. A nossa categoria profissional, nos últimos anos, parece um batalhão decidido a promover a “transformação social”; não conheço um único assistente social que verbalize qualquer restrição a um “compromisso” com a transformação. Essa unanimidade, como qualquer outra, me é suspeita”. (2005: 24)

A emblemática citação de Netto faz-se interessante no contexto que discutimos. Na medida em que as categorias ganham ideologicamente um caráter inverso daquilo que pretendem seus idealizadores, ou mesmo, quando são criações abstratas que não contêm substâncias históricas, esvaziam-se seus conteúdos e despolitizam-se questões centrais.

No caso do *Desenvolvimento Local* pensamos não ser diferente: trabalhamos, como já apontado, com a hipótese de que esse “conceito” não se trata de uma construção teórica abstrata, *mas de uma estratégia real, porém com dimensões ideologicamente hegemônicas permeadas por interesses de classes*. Assim, nossa pesquisa não é isenta de posição, buscamos a discussão das concepções de forma a problematizá-las historicamente e contextualizá-las na contemporaneidade.

DE INTERESSE PROFISSIONAL AO OBJETO DE PESQUISA

As indagações aqui apresentadas como temática traduzida em objeto de análise – “*Desenvolvimento Local: Fundamentos para uma Crítica Marxista*” –, constituíram-se em projeto de pesquisa após nossa experiência profissional no Projeto de Cooperação Internacional entre a UE e a PMSP, denominado: “*Projeto de Inclusão Social Urbana: Nós do Centro*”¹⁹, em momentos, espaços e com papéis diferenciados em que atuamos.

¹⁹ No dia 08 de março de 2006, foi assinado o Documento “Ajuste Complementar – Inclusão Social e Urbana - ALA/BRA/2005/017-576 (O presente documento consta anexo – **ANEXO 1**). O documento a que nos referimos faz parte do Acordo de Cooperação entre a União Européia e o Brasil. Tal processo teve início em 1992 e foi ratificado pelo Congresso Brasileiro em 30 de outubro de 1995. Conforme descrevemos, o “Nos do Centro” tem sua origem em 2002 tendo sido concebido a partir de um viés habitacional, contudo, as modificações ocorreram em 2006, em virtude da mudança de

Nossa relação com o projeto Nós do Centro inicia-se, conforme já assinalamos, no segundo semestre de 2006 quando da nossa contratação pela Fundação Orsa para compor a equipe de Agentes de *Desenvolvimento Local* do projeto piloto "EIS – Glicério". No início não tínhamos qualquer clareza do que vinha a ser o projeto, tampouco tínhamos uma discussão acerca do *Desenvolvimento Local*, embora, nosso TCC na graduação, tenha sido uma crítica a uma concepção correlata, isto é, *Desenvolvimento Sustentável*. Não temos dúvida que daí decorre a gênese de nosso interesse pelas questões que envolvem o desenvolvimento.

Imediatamente após nossa contratação, fomos levados para um espaço fora da cidade de São Paulo para um treinamento "*Imersão do EIS! Glicério*", visando à formação e "entrosamento" da equipe (funcionários novos e antigos da Fundação Orsa – aproximadamente 20 pessoas)²⁰. O encontro foi muito peculiar, pois os responsáveis afirmavam que havíamos sido selecionados pelo nosso perfil de liderança e não especificamente para compor um determinado cargo ou assumir uma responsabilidade específica, uma vez que esses ainda não haviam sido definidos. Foram dois dias intensos de trabalho. Na programação constou desde a discussão específica sobre políticas públicas, até uma agenda de atividades para o que fazer após a inauguração do espaço.

Nesse encontro, nossa primeira impressão era de que as coisas estavam por ser construídas. Inclusive o tema do encontro foi "*Vamos Construir Juntos*". Isso nos impressionou bastante, pois se tratava de algo aparentemente bastante democrático. No entanto, essa mesma situação nos deixava muito apreensivos; não percebíamos clareza no projeto porque ainda que se tratasse de uma estratégia metodológica, naquele momento percebíamos que não havia definição das ações, tampouco uma definição das funções das partes envolvidas no próprio projeto, ou seja, Fundação Orsa, Prefeitura (Unidade Gestora) e União Européia.

gestão pública municipal. Detalhamos posteriormente esse processo iniciado em 2002, com base no relatório de pesquisa produzido pelo Instituto Pólis, e as modificações do projeto estão descritas no Documento *Plano Operacional Global* – POG/2006 produzido pela SMADS.

²⁰ A Fundação Orsa, parceira da PMSP para a implantação do Projeto Piloto, já desenvolvia um trabalho no Glicério com famílias de catadores de material reciclável. Ela foi escolhida por ser uma entidade representativa na região central da cidade. Sua equipe foi absorvida pelo projeto Nós do Centro, gerando, com o tempo, alguns conflitos que ocasionaram, posteriormente, demissões e problemas no desenvolvimento do Projeto.

Esse encontro foi um marco no desenvolvimento das ações do Projeto Piloto EIS, uma vez que nele foi esclarecido que se tratava de um projeto Internacional de Cooperação e que trabalharíamos com as concepções de *Inclusão Social e Territorialidade, através de estratégias de Desenvolvimento Local*. Para tanto, as discussões realizadas no interior da equipe deram-se a partir das concepções trabalhadas por Augusto de Franco acerca do *Desenvolvimento Local*, cujo referencial teórico explicitaremos na sequência desse texto. A equipe de gestores do projeto já havia participado de um treinamento da AED²¹ (Agência de Educação para o Desenvolvimento), da qual Augusto de Franco é um dos idealizadores.

Após nosso retorno ao Glicério, fomos selecionados para participar também do treinamento sobre *Desenvolvimento Local* com Augusto de Franco, que ocorreu de 08 a 13 de outubro de 2006, na cidade de Porto Alegre. A equipe de gestores do Programa afirmava que *a estratégia era treinar a equipe para construção de uma nova metodologia de Desenvolvimento Local* e para aplicação posterior nos demais EIS²². Foram outros seis dias exaustivos de trabalho. Assim, nosso interesse pela questão foi crescendo, não somente pelas razões óbvias de vinculação profissional, mas também pela nossa “curiosidade” em desvendar aquelas concepções, que nas primeiras impressões já eram “desconfiáveis”.

Sáímos desse treinamento com mais dúvidas do que certezas. Tínhamos compreendido a metodologia DLIS (*Desenvolvimento Local* Integrado e Sustentável), mas não víamos possibilidades concretas de sua efetivação no Glicério, assim como em outros espaços. Indagávamos como construir um Plano de *Desenvolvimento Local* – num território extremamente vulnerável – baseado nas potencialidades locais, com uma estrutura metodológica aparentemente frágil e da qual discordávamos absolutamente, pois o discurso era investir em capital social²³,

²¹ “O programa AED é uma iniciativa pública do SEBRAE em parceria com o PNUD, com a UNESCO, com o Projeto DLIS e com a ARCA (Sociedade do Conhecimento), uma Oscip, (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), constituída e reconhecida com base na Lei 9790/99”. Franco, Augusto. *O lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no Capital Social*. Sobradinho dos Melos. AED - 2004.

²² Naquele momento, os locais previstos para implantação do Projeto eram: Glicério, Pari, Luz, Bexiga e Celso Garcia.

²³ Augusto de Franco aposta no Capital Social como estratégia para indução do Desenvolvimento Local. Mais adiante detalharemos esse conceito.

excluindo “antigas estruturas viciadas²⁴” de poder, tais como: os movimentos sociais e o poder municipal, contraditoriamente, no âmbito do projeto do próprio Estado.

O desenvolvimento do trabalho e a aplicação da metodologia ocorreram permeados por essa tensão, uma vez que outros técnicos também partilhavam de nossas impressões. De alguma maneira, os resultados desse processo, ainda que não sejam objeto imediato das reflexões que vimos realizando nesse estudo, passam a constituí-las, tendo em vista que a pesquisa ora apresentada é parte de nossa inserção nesse próprio processo. Como dissemos, nossas indagações acerca do *Desenvolvimento Local* despontam também a partir de tal inserção, não sendo possível, portanto, explicitá-las desconsiderando parte do que descobrimos nesse processo e, sobretudo, do que ali começou a se mostrar como desejo de descoberta.

Assim ocorreu nosso primeiro contato, por meio da inserção profissional, com as experiências concretas de Desenvolvimento Local. Já naquele momento indagávamos que a metodologia proposta, DLIS, era no mínimo insuficiente para o enfrentamento das questões postas em grandes centros urbanos.

Posteriormente, surgiu a oportunidade da viagem para Portugal²⁵ e fomos em busca de novas concepções e experiências no âmbito do *Desenvolvimento Local* que já havia se transformado em objeto de nossas preocupações e inquietações não só profissionais, mas também teóricas e políticas. A descoberta de tais concepções se deu, particularmente, pelos contatos que estabelecemos com inúmeras e distintas entidades que expressam, de alguma forma, ações nesse âmbito²⁶.

Em terras portuguesas descobrimos uma nova forma de conceber o *Desenvolvimento Local*, muito mais vinculado aos movimentos reivindicatórios e de tradição europeia. Chegamos perto das concepções originais das formulações da

²⁴ Orientação de Augusto de Franco no treinamento que participamos. Essas concepções também podem ser encontradas em seus textos, publicados quinzenalmente nas “Cartas Rede Social”, um informativo divulgado através de e-mail. O autor mantém dois sites e um blog bastante atualizados e constantemente revisados, o que possibilita uma interface constante com suas ideias.

²⁵ Realizamos pesquisa profissional em Portugal sobre Desenvolvimento Local no período de março a junho de 2007.

²⁶ Visitamos 17 entidades localizadas em cidades, tais como: Tondela, Macedo de Cavaleiros, Mértola, Vialonga, Santa Maria da Feira, Buraca, Benedita, Lisboa, Porto, Gaia, Messegana, Oeiras, Alcobertas e Évora. Como resultado desse processo foram desenvolvidos dois relatórios de pesquisa e uma planilha geral, por meio da qual podemos visualizar o conjunto das entidades por nós visitadas. Os dados dos relatórios serão utilizados durante o desenvolvimento da dissertação e a planilha consta anexa nesse texto no **ANEXO 2**.

UE²⁷. O *Desenvolvimento Local* em Portugal está intimamente relacionado aos movimentos sociais de origem rural e vinculados às lutas do 25 de Abril²⁸. Foram três meses de contatos e pesquisa “em busca do *Desenvolvimento Local*”, nos quais nossa bússola foi a Associação Portuguesa de *Desenvolvimento Local* (ANIMAR), que prontamente nos auxiliou no caminho das pedras.

Relembrar a obra de Saramago *Viagem a Portugal é perceber* (nos termos portugueses) que de alguma forma, também – ainda que modestamente – desbravamos esse pequeno-grande país. Foram aproximadamente 27 cidades visitadas, percorremos Portugal de Norte a Sul, contatamos 17 Associações, participamos de 30 reuniões, 02 assembléias, 05 congressos, os quais alimentaram perguntas recorrentes. O que é *Desenvolvimento Local*? Qual é a metodologia? Esse trabalho colabora para o desenvolvimento das localidades? De que forma? Quem são os “indutores” do *Desenvolvimento Local* em Portugal? Como se dá a relação com a União Européia? Se as perguntas são recorrentes, as respostas são pouco repetitivas.

Assim, fomos conhecendo outro referencial teórico sobre o *Desenvolvimento Local*, não somente para subsidiar o trabalho em São Paulo, mas como base fundamental à aproximação do objeto de pesquisa, pois diferentemente das concepções que havíamos conhecido nos treinamentos do Projeto Nós do Centro – principalmente no debate com Augusto de Franco –, percebíamos que nossas indagações eram mais complexas. Os aspectos ideológicos e políticos que nos preocupavam e que a princípio não sabíamos ainda como problematizar, foram aos poucos se transformando em objeto de estudo, e a viagem para Portugal, por meio dos contatos travados com aquelas entidades, bem como as implicações daí derivadas – leituras, descobertas de outros autores – foi fator importante para o reconhecimento da complexidade de nossas indagações e a necessária problematização que procuramos explicitar nesse espaço.

Quando retornamos ao Brasil, em julho de 2006, participamos do fechamento da primeira etapa do projeto piloto “Nós do Centro – EIS Glicério”. Precisávamos concluir o Plano de *Desenvolvimento Local*. Nesse momento, tivemos a oportunidade

²⁷ Coincidentemente fomos apresentados a uma das pessoas responsáveis pela construção das diretrizes de avaliação pela UE para o Projeto de Cooperação Nós do Centro.

²⁸ 25 de Abril ou Revolução dos Cravos, foi como ficou conhecido o histórico momento de ruptura com a ditadura salazarista.

de conhecer Markus Brose (por sugestão de um colega de trabalho), pois estávamos confusos em relação às diretrizes teóricas e metodológicas. O grupo havia vivenciado a experiência com o *Desenvolvimento Local* Integrado e Sustentado (DLIS) de Augusto de Franco sem muita efetividade²⁹.

Markus Brose que naquele momento integrava a equipe da CARE-Brasil³⁰, diferentemente de Franco, afirmava ser impossível pensar no desenvolvimento do Glicério sem a forte intervenção do Estado, sem o investimento pesado da Prefeitura em todas as áreas – elemento negado veementemente por Franco que defende a autonomia e a captação de recursos privados. Dessa forma, uma nova concepção de desenvolvimento foi se apresentando. Não se tratava do que tínhamos conhecido com Augusto de Franco, não se tratava do que tínhamos visto em Portugal, essa concepção estava mais próxima da ideia originalmente fundamentada nas concepções da ONU e das que havíamos pesquisado na UE. Mas, de forma alguma se contrapunham, ou seja, fomos percebendo que estávamos – nos termos de Francisco de Oliveira³¹ – diante de um “Enigma” que necessitava ser desvendado.

Todavia, após um ano, com a conclusão da primeira etapa do projeto de parceria entre a Fundação Orsa e a PMSP³², fomos percebendo que o projeto já estava em crise. A ausência de diretrizes claras, inclusive por nós mencionadas desde o início, a pressão do tempo – apenas um ano para o desenvolvimento de metodologia e aplicação da mesma, acrescido de divergências políticas –, a pressão política e a cobrança da UE foram os principais motivos para um término de contrato permeado por incertezas.

²⁹ Como detalhamos adiante, a metodologia DLIS foi idealizada por Augusto de Franco e serviu como diretriz inicial para o desenvolvimento dos trabalhos do Programa Nós do Centro, contudo, por divergências teórico-metodológicas da equipe da Fundação Orsa, foi necessário buscar novas referências. Assim, conhecemos Markus Brose que apresenta outras concepções (ainda que no mesmo campo teórico) de Desenvolvimento Local. É nesse campo das concepções – convergentes e divergentes – acerca do Desenvolvimento Local que desenvolvemos nossa pesquisa. Daí a importância de mencionar, ainda que inicialmente, as referências que constituem Brose e Franco na área do Desenvolvimento Local brasileiro – esses elementos são aprofundados no Capítulo II.

³⁰ “A CARE Brasil é uma organização não-governamental brasileira que faz parte da CARE Internacional, rede que possui a missão de combater a pobreza. A CARE possui mais de 60 anos de experiência na promoção do desenvolvimento em todo o mundo e está entre as três maiores ONG's globais. Atualmente a rede atua em 72 países e em 2007 impactou a vida de 50 milhões de pessoas”. Fonte: (<http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=4&Nivel=2>).

³¹ Oliveira, Francisco de. *Aproximações ao Enigma: O que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/ FGV, 2001.

³² A parceria entre a PMSP e a Fundação Orsa foi estabelecida através de um contrato com prazo de um ano para o desenvolvimento de oito produtos específicos, dentre eles um Plano de Desenvolvimento Local, que ficou sob responsabilidade da equipe em que atuávamos.

Outra questão central foi a necessidade de vinculação do Projeto à Política Municipal da Assistência Social no Município (Gestão Serra/ Kassab – 2005-2008), que até então não era mencionada. Assim, o projeto passa a ser nomeado de EIS-CRAF³³, que também não permaneceu por muito tempo, sendo expressamente proibido por peritos da UE quando da supervisão do trabalho no Brasil, pois trata-se de um Projeto cujo acordo de cooperação internacional visa o desenvolvimento de Projeto específico-piloto e não o subsídio para uma política pública de responsabilidade estatal.

Esse emaranhado de questões, além de outras divergências com os rumos do trabalho da própria Fundação Orsa, fizeram com que optássemos por romper com o projeto. Contudo, mantínhamos ainda a curiosidade de compreender o que era central em nossas inquietações, ou seja, o debate acerca das concepções sobre *Desenvolvimento Local* e o financiamento de projetos de inclusão social por entidades externas, a exemplo da UE, como expressão de determinadas perspectivas e estratégias econômico-políticas.

Durante o segundo semestre de 2008 tivemos ainda a oportunidade de trabalhar no Instituto Pólis como pesquisadora do departamento de Urbanismo. O Pólis em parceria com outras duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) – CARE Brasil e Action AID – estavam desenvolvendo a segunda etapa de uma pesquisa sobre Controle de Políticas Públicas no Centro de São Paulo. Nessa etapa, o foco foi pesquisar o projeto “Nós do Centro”. Dessa forma, estávamos novamente em contato com o Projeto, só que nesse momento em outra posição, como pesquisadora e com um distanciamento que possibilitava maior reflexão.

³³ O Projeto Nós do Centro embora estivesse vinculado à SMADS (conforme descrevemos, mudança que ocorreu em virtude da Gestão Serra/ Kassab), não dialogava com o Plano Municipal de Assistência Social (PLAS) de 13 de maio de 2006. No texto do PLAS o “Nós do Centro” aparece vinculado ao Programa São Paulo Protege, ou seja, outra frente de atuação da Prefeitura no centro de São Paulo. Dessa maneira, no PLAS, não há uma referência que relacione o “Nós do Centro” ao Programa Ação família. A equipe do projeto recebeu a comunicação de tal mudança a partir do ano seguinte (segundo ano de projeto). Assim, os Escritórios de Inclusão Social passariam a se chamar Escritórios de Inclusão Social – Centros de Referência Ação Família – EIS - CRAF, o que ocorreu sem discussão aberta. Nossa hipótese era a de que estava se buscando uma adaptação às diretrizes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Ou seja, esse debate remete à turbulenta discussão da implantação do SUAS em São Paulo, pois o Programa Ação Família embora guarde algumas semelhanças em sua estrutura aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) preconizados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é uma forma de transferência da responsabilidade pública na gestão dos equipamentos às entidades privadas e, assim, não respeita a construção histórica da assistência social como política social pública de direitos.

Nossa vinculação ao projeto do Instituto Pólis para subsidiar a discussão sobre a assistência social nos permitiu refletir sobre outros elementos, contribuiu para analisar o projeto “de fora”, a compreender que nossa proposta de pesquisa nunca foi fazer uma análise sobre a estrutura e implantação do projeto Nós do Centro³⁴. Assim, utilizamos como referência o consistente material produzido sobre o projeto, que serve de significativa fonte de análise em nossa pesquisa.

O TEMA E SUA RELEVÂNCIA PARA O SERVIÇO SOCIAL

No ano de 2009 o Serviço Social brasileiro comemorou um importante feito histórico. No mês de novembro estiveram reunidas (os) centenas de Assistentes Sociais no auditório do Anhembi em São Paulo para reafirmar os princípios éticos e políticos que orientam a profissão nos últimos trinta anos. O terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ou Congresso da Virada³⁵, como ficou conhecido, ocorreu no ano de 1979 no mesmo local, onde passados os trinta anos as (os) Assistentes Sociais consagraram as conquistas e reafirmaram compromissos. O projeto ético-político do Serviço Social³⁶ como expressão das conquistas teórico-práticas e ético-políticas se materializa nas ações cotidianas dos assistentes sociais que defendem os direitos sociais e se aliam aos interesses das classes trabalhadoras.

Apoiados nesse significado do projeto profissional justificamos que a temática por nós trabalhada faz-se relevante ao Serviço Social brasileiro nesse período histórico. Façamos aqui uma ligeira digressão posto que os temas são aprofundados abaixo. Como pontuamos, introdutoriamente, trabalhamos com a hipótese de que o *Desenvolvimento Local apresenta-se ao conjunto da sociedade como uma resposta imediata às crises provocadas pelo capitalismo, pós-reestruturação produtiva. Como tem sido amplamente debatido por autores do campo crítico do Serviço Social brasileiro, o projeto neoliberal trouxe novos elementos e contornos e agravou as*

³⁴ Vale ressaltar que esse trabalho de alguma forma foi realizado pelo Instituto Pólis, encontrando bastante dificuldade e resistência por parte dos gestores do Projeto Nós do Centro.

³⁵ Ver Abramides e Cabral (1995).

³⁶ Há uma vasta produção do Serviço Social sobre o referido projeto, destacamos como referência os trabalhos de Iamamoto (2000) (2007); Netto (1998); Barroco (2001) (2008). Indicamos também a produção do CFESS e ABEPSS (2009), uma coletânea de quase oitocentas páginas com reflexões de importantes assistentes sociais – sujeitos históricos, agentes da consolidação desse projeto.

expressões da Questão Social. Assim, compreender os fundamentos do *Desenvolvimento Local* – tal como é nossa proposta –, sem se deixar levar por pretensos consensos e ou modismos técnicos e acadêmicos, parece salutar. Iamamoto³⁷ (2000) com seu brilhantismo nos fornece as bases que dão sustentação aos nossos argumentos. A citação é longa, contudo, necessária. Vejamos o que afirma a autora:

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública e etc. Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. *É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.* Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em *dupla perspectiva*: para que se possa tanto *apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais* – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar *formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de formas parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência.* Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado”. (2000: 28 – grifos da autora)

Diante do exposto, e como já anunciamos, um de nossos objetivos é fornecer ao Serviço Social um debate que supomos estar sendo pouco cotejado, assim como

³⁷ Iamamoto, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

gostaríamos de mencionar como elemento de justificava a pequena produção sobre o tema na área de Serviço Social. Sobre o *Desenvolvimento Local* encontramos apenas uma tese de doutorado. Não sabemos (e não tivemos oportunidade de averiguar profundamente) se existe uma ausência de produção nesse campo ou se a discussão é posta de outra forma. Deixamos aqui sinalizado a necessidade de aprofundar a pesquisa na área.

Conforme apontado, verificamos uma pequena produção no Serviço Social, elemento que nos incentivou (ainda mais) para o desenvolvimento da pesquisa no campo crítico. Para exemplificar, existe na biblioteca da PUC-SP, apenas uma tese de doutorado sobre o tema, escrita em 2001, por Maria do Rosário Andrade de Oliveira Serafim, com o título *Sociedade em Rede e Meio Rural: Um Estudo das Tecnologias de Informação no Desenvolvimento Local*. Serafim é pesquisadora portuguesa e doutorou-se no Brasil através do convênio entre as instituições acadêmicas. Sua tese "apresenta a profunda transformação da experiência das Associações de *Desenvolvimento Local* em meio rural, face à generalização da sociedade de informação e comunicação em Portugal".

Ainda com relação à produção na área do Serviço Social, pesquisamos nas revistas Serviço Social & Sociedade³⁸ e encontramos apenas alguns temas relacionados (Quadro 1) ao *Desenvolvimento*, indiretamente dirigido a ele. O que concluímos após esse levantamento é que existe uma produção ínfima sobre a temática na área. Existem estudos significativos, porém, o Serviço Social não produziu nada substancial relacionado diretamente ao tema. Não temos a pretensão com esse trabalho de suprir essa lacuna, senão de suscitar o debate.

³⁸ A Revista Serviço Social & Sociedade publicada pela Editora Cortez (SP) completou em 2009, 30 anos. Foram 100 revistas publicadas. Fizemos o levantamento a partir da leitura dos sumários. Consideramos como temas pertinentes aqueles que tratavam sobre desenvolvimento (urbano, social, sustentável, local, econômico), globalização, Estado e Desenvolvimento e questões conjunturais sobre a temática.

QUADRO 1

Títulos relevantes ao tema “desenvolvimento” – Revista Serviço Social & Sociedade³⁹

Ano	Revista nº	Título	Autores
1981	6	Algumas notas em torno da reflexão sobre o Desenvolvimento de comunidade ⁴⁰ .	Hebe Gonçalves, Maria Lúcia C. da Silva, Helena Iracy Junqueira.
1981	7	A política de bem-estar social no Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 70.	Helena Iracy Junqueira, Ada P. Lemos, Maria do Carmo B. C. Falcão, Maria Lúcia C. da Silva, Myrian Veras Baptista.
1982	9	Ação Social, Ação Comunitária e Desenvolvimento de Comunidade.	Maria Luiza de Souza.
1987	24	O Serviço Social e o Desenvolvimento de 1961 a 1968.	Ana Cristina Vieira, Iris Fenner Bestani, Maria Aparecida Motta, Maria Lúcia Martinelli, Noêmia Pereira Neves.
1987	25	Seminário Latino-americano sobre família e comunidade.	Seno Antonio Cornely.
1987	25	La familia y la comunidad latinoamericana.	Maria Atilano Uriarte, Lautaro Prado Bravo.
1987	25	Desarrollo social y gestión privada colectiva.	César A. Aguiar.
1990	32	Comunidade: A volta do mito e seus significados.	Maria da Glória M. Gohn.
-	36	Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade.	Luzia Baierl Lippi, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Mariângela Belfiori Wanderley.
-	36	Democracia, cultura e desenvolvimento de comunidade.	Luiz Eduardo Wanderley.
1994	44	Desenvolvimento de Comunidade e Movimentos Sociais.	Ana Cristina Brito Arcoverde, Mariângela Belfiori Wanderley.
1995	48	Cidadania e Comunidade Solidária.	Aldaíza Sposati.
1997	55	Razão e Desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade ⁴¹ .	Celso Frederico.
1998	56	Beyond Capital: Estado e Capital.	Sérgio Lessa.
1999	60	Comunidade Solidária: Contradição e debilidades.	Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Virgínia Moreira Guilhon, Glucejane G. da Cruz, Andrea Monique Loureiro da Silva.
2001	65	Movimentos Sociais, classe e comunidade: reflexão sobre a sociedade portuguesa.	Elísio Estanque.
2001	66	Pobreza e Participação: O jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais.	Ivete Simionatto e Vera Maria Ribeiro Nogueira.
2001	66	Crescimento e Pobreza no Nordeste que se Globaliza.	Liduína Farias Almeida Costa.
2002	72	A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial.	Maria Elvira Rocha de Sá, Maria José de Souza Barbosa.
2002	72	Cidades entre territórios de vida e territórios vividos.	Dirce Koga.
2002	72	É possível uma política urbana contra a exclusão?	Raquel Rolnik.
2002	72	Educação para sustentabilidade: um	Jane Eyre Gonçalves Vieira.

³⁹ É importante afirmar que nem todos os artigos foram escritos por Assistentes Sociais.

⁴⁰ Durante a pesquisa verificamos que existe um elo teórico e político importante na discussão entre o Desenvolvimento de Comunidade (DC) – “metodologia” fortemente trabalhada pelo Serviço Social durante as décadas de 1960 e 1970 – e o Desenvolvimento Local. Não pudemos aprofundar, mas deixamos aqui indicado que pode haver similitude entre a “comunidade” e o “local”, haja vista a discussão crescente indicando o *retorno da comunidade*.

⁴¹ Seleccionamos os artigos que abordam a discussão acerca da pós-modernidade para subsidiar a análise de uma das tendências sobre a qual refletimos, a Tendência 1.

		pressuposto da participação ambiental nas cidades.	
2003	73	Capital Social, desenvolvimento e políticas públicas.	Rosa Helena Stein.
2003	76	"Focalização" de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que agenda perdida.	-
2003	76	El proceso de Globalización y su impacto em los patrones de regulación sociopolítica.	Maria Laura Vecinday.
2004	78	Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional.	Raquel Raichelis, Luiz Eduardo Wanderley.
2004	78	Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores.	João Bosco Hora Góis, Aline de Oliveira Santos, e Isis Santos Costa.
2004	78	Notas críticas sobre as relações entre a concepção de cidadania pós-moderna e o Serviço Social.	Josiane Soares Santos.
2004	79	Questão Urbana e Serviço Social.	Teresa Hilda Bezerra S. Costa, Rachelly Euzébio de Lima.
2004	80	A Economia Solidária como espaço de politização.	Maria Del Carmem Cortizo, Adriana Lucinda da Oliveira.
2004	80	O Cooperativismo, ocupação e renda em Portugal.	Rosângela Nair de Carvalho Barbosa.
2006	85	Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras.	Dirce Koga, Kazuo Nakano.
2006	89	Políticas Locais e Inclusão Social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias.	Carla Bronzo Ladeira Carneiro.
2006	89	Entrevista: Sotaque lusitano, cidadão do mundo (entrevista com o sociólogo Boaventura de Souza Santos).	Jaldes Reis Menezes e Maria Ramos de Menezes.
2007	90	Processos socioambientais em comunidades de crescimento desordenado.	Maria Conceição O. Américo, Raquel Franco de S. Lima, Edmilson Lopes Júnior.
2007	90	Gestão Pública e Cidade – Notas sobre a questão social em São Paulo.	Raquel Raichelis.
2007	91	Responsabilidade Social empresarial e a mercantilização da solidariedade.	Luís Antonio Groppo.
2007	91	A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do Polonordeste às políticas de combate a pobreza.	Flávio Lúcio Rodrigues Vieira.
2007	91	O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem?	Marcelo Braz.
2007	92	O debate contemporâneo acerca da Questão Social.	Maria Augusta da Silva Tavares.
2009	98	Mundialização do Capital e Serviço Social.	Ellen Lucy Tristão, Márcio Lupatini e Ricardo Lara

Por fim, sem ter a pretensão de esgotar o tema, apenas com intuito de apontar questões, assinalamos que pode estar havendo um relativo enviesamento do debate na profissão, isto é, o *Desenvolvimento Local* ou a ênfase nos trabalhos concentrados nas localidades pode significar o retorno da discussão da comunidade no âmbito do Serviço Social. Supomos ainda, que isso ocorra devido a certa

ausência⁴² de crítica às novas demandas colocadas à profissão, tais como as diretrizes hegemônicas dos trabalhos sociais nas áreas empobrecidas – tomadas como localidades – defendidas principalmente por instituições internacionais (ONU/PNUD, BID, UE, grandes ONGs, dentre outras). Demandas essas que se expressam, por exemplo, por meio da implantação das agendas 21; organização das “*comunidades*” carentes; elaboração de planos de *desenvolvimento local*; trabalhos de geração de emprego e renda na perspectiva da responsabilização do indivíduo; projetos de responsabilidade empresarial – isso do ponto de vista da intervenção prática.

O TEMA, A PESQUISA E ALGUMAS DESCOBERTAS

Conforme descrevemos acima, o *Desenvolvimento Local* enquanto objeto dessa pesquisa originou-se a partir de nossas experiências profissionais, e “embrionárias” pesquisas teóricas (elaboração do TCC). Assim, ressaltamos o caráter objetivo desse tema em nosso cotidiano de pesquisadora e profissional. Já relatamos também os motivos que nos levaram a não opção por uma pesquisa de campo nos projetos específicos nos quais desenvolvemos trabalhos relacionados à temática. Nosso interesse concreto está em fazer uma problematização mais genérica do termo, ou seja, nossa motivação nesse momento é suscitar o debate crítico que verificamos ser necessário, mesmo que ínfimo, sobre o *Desenvolvimento Local*.

Como já anunciamos também, partimos de alguns pressupostos de análise que se assentam numa perspectiva histórica, teórico-metodológica e ideo-política sobre o *Desenvolvimento Local*. Desse modo, nosso objeto de pesquisa não é simplesmente buscar a compreensão desse conceito, mas sim a partir de uma construção já elaborada e consolidada submeter o *Desenvolvimento Local* à uma análise crítica para o campo teórico no qual se situam nossas reflexões.

Faz-se necessário esclarecer ainda que desenvolver uma contextualização histórica do *Desenvolvimento Local* é uma tarefa um tanto arduosa, pois requer a elaboração de uma análise crítica sobre as concepções impingidas na própria

⁴² Isso não significa que não haja trabalhos significativos relacionados às temáticas correlatas. Vale citar os trabalhos desenvolvidos por Raichelis (2009), Silva (2001), dentre outros.

apreciação sobre o “Desenvolvimento”, sendo que na atualidade da política internacional a categoria em destaque ganha relevância, acrescida ainda, da ideia da emergência dos países em Desenvolvimento. Dessa maneira, o *Desenvolvimento Local* nos parece uma questão premente no atual momento da política econômica brasileira, período privilegiado para o debate acerca do que se entende sobre os rumos do Desenvolvimento social e econômico do país.

Diante do exposto, pesquisamos autores que auxiliam na compreensão da história da economia e da política do Brasil, fazendo uma importante pesquisa e leitura de obras dos clássicos, Francisco de Oliveira e Celso Furtado. Deles extraímos importantes elementos teóricos sobre as concepções de desenvolvimento do país. Resgatar a teoria do subdesenvolvimento é significativo para a compreensão da formação econômica do Brasil e da América Latina.

A princípio, a necessidade de compreender a relação entre a discussão de Celso Furtado (subdesenvolvimento) e o *Desenvolvimento Local* partiu de uma breve menção que Francisco de Oliveira⁴³ atribuiu na análise do *Desenvolvimento Local*. Nesse estudo, Oliveira traçou algumas dimensões necessárias para a compreensão de tal conceito, sendo que a primeira dimensão aborda o seguinte tema:

“*Desenvolvimento Local* poderia, pois, corresponder, em âmbitos mais restritos, mais circunscritos, à noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, vale dizer, à satisfação de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida. Esse procedimento nos aproxima muito do alvo, mas não é ainda suficiente. Faltam-lhe algumas dimensões decisivas. A primeira diz respeito, *seguindo a trilha do conceito de subdesenvolvimento, à sua especificidade histórica, isto é, o não Desenvolvimento Local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo*. Isso tem conseqüências teóricas e práticas. A primeira é que o *desenvolvimento local* não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; a segunda é que ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural.” (2001: 11 – grifos nossos).

⁴³ Referimo-nos ao seu artigo “*Aproximações ao Enigma: o que quer dizer Desenvolvimento Local*”. Mais adiante, retomaremos a centralidade da presente afirmação.

Dessa forma, Celso Furtado é uma interessante descoberta nessa pesquisa, pois é reconhecido como grande mestre dos estudos sobre o subdesenvolvimento⁴⁴. Verificamos que as ideias do autor são pouco utilizadas como referência para alguns estudos sobre *Desenvolvimento Local*⁴⁵. Ademais, a discussão proposta pelo autor está na contramão das análises recentes do capital mundializado, fetichizado (Iamamoto, 2007)⁴⁶, em outras palavras, com a expansão do conceito de globalização, o pensador (assim como outros clássicos) ficou um pouco fora de cena e não cotejado pelo discurso hegemônico⁴⁷.

Foi Celso Furtado, a partir de suas análises e de sua vasta obra sobre a teorização do desenvolvimento que nos possibilitou fazer uma análise do passado (ainda que recente) e do presente. Em nossas longas visitas em bibliotecas e sebos pudemos encontrar, inclusive, duas obras atualíssimas sobre as questões que trabalhamos em nossa pesquisa – tratam-se de dois livros relativamente recentes sobre a conjuntura atual. Em 1998, Furtado publicou *O Capitalismo Global*⁴⁸ e em 2001, *Em busca de Novo Modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*⁴⁹, são análises recentes de um autor clássico que pensou a *Formação Econômica do Brasil*. Assim, buscamos as questões na história contextualizando-as no presente, estratégia que se justifica na medida em que verificamos as observações do autor 36 anos

⁴⁴ Recentemente foi criado por iniciativa do Governo Lula o "Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento". O objetivo do centro é: "(...) promover atividades acadêmicas nas áreas de interesse previstas em seus estatutos, tendo como linha-mestra o estudo do desenvolvimento em suas múltiplas facetas econômica, social, regional e urbana, infra-estrutural, ambiental, internacional. Os cursos e seminários, de caráter formativo, são dirigidos a estudantes e aos interessados nos problemas do desenvolvimento."Fonte: (<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>).

⁴⁵ Vale ressaltar também que essa não é uma bibliografia recorrente no Serviço Social.

⁴⁶ Iamamoto, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

⁴⁷ Sabemos "dos riscos" da presente afirmação. Recentemente (25 a 27/11/2009) aconteceu em São Paulo a 8ª EXPO Brasil Desenvolvimento Local. Foram três dias de encontro com debates sobre a temática, no primeiro dia teve uma palestra com o seguinte tema: "Reverendo Celso Furtado: 50 anos de: A Formação Econômica do Brasil". Contudo, nossa crítica se assenta no revisionismo presente nos debates atuais que conclamam as ideias pós-modernas.

⁴⁸ Furtado, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Nessa obra de Furtado, Vladimir Safatle comenta: "Ao invés de endossar a fileira dos arautos ou dos céticos, Celso Furtado desmistifica a fantasia de que a globalização conduziria à adoção de política uniforme. Pois o novo capitalismo traz novos desafios. Os maiores deles de caráter social. Assim, descobrimos que a globalização leva, necessariamente, à exclusão social. Nos EUA, tal exclusão ganha a forma de uma concentração de renda e de riquezas. Na Europa, ela aparece como desemprego. No Brasil, bem, no Brasil o par anda juntos."

⁴⁹ Furtado, Celso. *Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

atrás. Ao analisar o *Mito do Desenvolvimento*, Furtado nos ofereceu uma interessante pista para compreender a “velha-nova” questão:

“A literatura sobre o desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado”. (1974: 16)

Além das análises de Furtado e Francisco de Oliveira, utilizamos dois autores do Serviço Social que, apesar de não abordarem diretamente as questões, nos oferecem balizamentos teóricos fundamentais para compreendê-las e, assim, suporte à análise que desenvolvemos. Primeiramente, conforme já citamos, José Paulo Netto (1998)⁵⁰ com sua formulação sobre a autocracia burguesa – importante referência para compreensão da formação social do Brasil pós-64. Netto, compartilhando das ideias do professor Florestan Fernandes inaugurou no Serviço Social um debate histórico-crítico sobre a ditadura militar, afirmando que, mais que o aparente, ou seja, um Golpe orquestrado pelos poderes militares, os verdadeiros significados do Golpe de 64 assentam-se num jogo de interesses das classes dominantes para *manutenção de seu projeto de desenvolvimento*. Assim, aprofundamos a presente questão buscando na análise os fundamentos da formação do projeto de desenvolvimento burguês da sociedade brasileira. Ainda sobre a referência em Netto, vale citar quão significativa é a leitura de seu trabalho em parceria com Braz sobre a Economia Política (2006)⁵¹, com uma textualidade pedagógica impecável e com todo rigor necessário ao tema. Foi nele que extraímos nossa base para compreensão histórico-social e ideo-política da análise da crítica da economia política marxiana.

Nossa segunda referência no Serviço Social é a discussão da professora Marilda Vilella Iamamoto, sobre dois aspectos. Primeiramente pela abordagem que faz sobre a *Questão Social*, posto que, esse é um fecundo debate no campo teórico

⁵⁰ Netto, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

⁵¹ _____ & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social; V. 01)

da profissão para a compreensão histórica da vida social. Ao qualificar a *Questão Social* como a contradição entre o capital e trabalho, ela é posta como "(...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" (Iamamoto, Carvalho, 2006: 77). Isso nos permite compreender as estratégias necessárias ao capitalismo para impor seu projeto dominante, abrindo uma chave de análise considerável sobre o *Desenvolvimento Local* enquanto estratégia de "pactuação" entre as classes, ou ainda, a busca de consensos e humanização do capitalismo presentes nas concepções das duas *Tendências* por nós identificadas.

O segundo aspecto que abordamos está presente na mais recente produção de Iamamoto, *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. Nessa obra, a autora abre uma discussão sobre a mundialização financeira⁵². Vejamos a afirmação:

"A mundialização financeira, em suas refrações no País impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional". (2007: 21)

Com relação ao material específico sobre *Desenvolvimento Local*, percebemos com a pesquisa que há muitos artigos, ensaios, entrevistas, livros, contudo, pouca definição e certo ecletismo na produção, o que dificulta a sistematização dos dados. Percebemos também uma ausência de análises críticas nesse campo.

⁵² Outra importante obra que tem inclusive orientado boa parte das análises acadêmicas e políticas no campo crítico é o trabalho de François Chesnais – "A Mundialização do Capital". Segue a referência: Chesnais, François. "A mundialização do Capital". Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

Nossa base para a compreensão das dimensões teóricas sobre o Local é centralizada no rico e fecundo trabalho de Carlos Brandão⁵³, *um verdadeiro achado na imensidão do mundo da repetição*⁵⁴, pois, a maior parte da bibliografia nesse campo expressa uma adesão acrítica ao conceito e, como bem citou Tânia Bacelar Araújo ao apresentar o livro, Brandão nos "(...) lembra que vem das entranhas do capitalismo, de suas leis estruturais, a tendência que ele apresenta de se desenvolver de forma desigual e de, recorrentemente, aprofundar e tornar complexa a divisão social do trabalho, em suas dimensões, inclusive espacial. E aponta a capacidade das grandes corporações transnacionais capitalistas de manejar as escalas espaciais em seu benefício e não no das sociedades locais" (2007:20). E ainda, conclusivamente afirma "(...) Negar a importância de políticas nacionais num país como o nosso, como fazem os liberais 'que supervalorizam o localismo' é um equivoco" (idem, 22). Dessa forma, este trabalho tornou-se uma espécie de bússola sobre o debate das dimensões espaciais, posto que não dispúnhamos de um sólido referencial (até antes da qualificação) sobre o tema e este veio ao encontro das respostas que buscávamos sobre ele.

Ainda no campo do *Desenvolvimento Local* um texto importante é o do Professor Francisco de Oliveira, escrito em 2001 com um título sugestivo ao nosso objeto, *Aproximações ao Enigma: O que quer dizer Desenvolvimento Local?* Esse texto nos deu um primeiro balizamento analítico, pois nele o autor procurou, além das origens epistemológicas, abordar os elementos históricos, teóricos, políticos e ideológicos sobre o *Desenvolvimento Local*. Oliveira apresenta ainda a ideia polissêmica, tal como trabalhamos anteriormente, e afirma que o *Desenvolvimento Local* "necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania" (2001: 13).

Ainda na busca para "decifrar o enigma", Oliveira apresenta uma questão por nós já mencionada, ou seja, as expressivas tentativas para construção de noções em torno do polêmico campo em que se circunscreve o *Desenvolvimento Local*. Existem divergências em tais definições, e esse debate não sugere uma problemática

⁵³ Brandão, Carlos. *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁵⁴ O trabalho de Carlos Brandão foi uma fundamental sugestão de nossa Banca no Exame de Qualificação.

meramente conceitual, essa “indefinição” tem sua materialidade no momento de execução dos projetos, criando-se assim, uma espécie de tudo que não se sabe o que é, pode ser chamado de *Desenvolvimento Local*. Ou ainda:

“(...) a própria dificuldade de definir o que é *desenvolvimento local* já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é *desenvolvimento local*, então, como ensinava uma velha lição álgebra, nada é *desenvolvimento local*. Esse é um meio-caminho, sem dúvida, pois não se trata de um conflito abstrato, mas de um real enfrentamento; logo, há um recíproco condicionamento das estratégias de parte a parte”. (idem: 19)

Metodologicamente como forma de problematizar o campo de pesquisa, e como expressão da sistematização de nossos estudos propomos a construção de duas tendências para a análise do *Desenvolvimento Local*⁵⁵, entretanto, vale já sinalizar aqui que, essas não são tendências completamente antagônicas entre si, elas por vezes até se complementam. No entanto, nossa opção em separá-las – do ponto de vista da análise aqui desenvolvida – justifica-se na medida em que pode auxiliar na busca pela compreensão dos fundamentos do *Desenvolvimento Local*, permitindo uma “desmontagem” de seu discurso corrente e retirando-lhe o que é significativo ao campo das Lutas Sociais e ao estabelecimento de outros modos de análise.

A primeira tendência que denominamos *Campo Hegemônico: Neoconservadorismo Pós-moderno* pode ser tomada como aquela construída e defendida pela ONU e posteriormente adensada nas concepções das instituições e agências multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, União Européia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre outras) através do financiamento de programas e projetos. A concepção está atrelada à ideia central do desenvolvimento humano através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sendo que ele abarca três componentes: qualidade de vida, longevidade, e nível de conhecimento (Barbosa e Miotto 2007). A presente concepção baseia-se principalmente na ideia de que o modelo de Desenvolvimento Econômico dos últimos

⁵⁵ Aprofundaremos essas tendências no Capítulo 2.

anos foi um “equivoco”⁵⁶ político. Afirmar ser necessária a construção de um pacto mundial em busca da eliminação da extrema pobreza, preservação da vida e do meio ambiente. Aqui estão centradas as concepções da Agenda 21. Essa concepção está presente no discurso de partidos políticos, técnicos das prefeituras (sejam elas de centro esquerda, centro, ou direita), nas definições de muitas ONG’s, nos movimentos sociais, entre outros.

Utilizamos como referência para análise da presente tendência as concepções da metodologia DLIS, discurso que foi dominante na inserção do *Desenvolvimento Local* no Brasil através de Augusto de Franco quando da implantação do Programa Comunidade Solidária⁵⁷. Franco trabalha com a concepção da ONU, acrescida de um elemento diferenciador: a enfática superação da responsabilidade estatal. Vale ainda ressaltar, que essa concepção, como já sinalizamos, iluminou a metodologia para o Programa Nós do Centro.

Dessa forma, pretendemos problematizar a tendência que denominamos de *Neo-Conservadorismo Pós-Moderno*, centrando nos elementos teóricos que fundamentam os direitos sociais e a responsabilidade do Estado no enfrentamento da *Questão Social* e suas expressões tão largamente intensificadas e consubstanciadas nos novos paradigmas expressos nas formulações do mundo contemporâneo alicerçado no ideário neoliberal e pós-moderno.

Nesse sentido, problematizar a tendência em questão é buscar – no campo das políticas sociais e dos direitos conquistados ao longo da história recente, não só do país, mas do mundo – questionar os antagonismos presentes nas disputas entre

⁵⁶ Aqui reside um debate num campo pantanoso, pois sob a base da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, propõem-se reparos ao capitalismo. Nosso pressuposto – como veremos – baseia-se nas formulações de Harvey (2005) sobre a tese da acumulação flexível sustentada no ideário do projeto neoliberal.

⁵⁷ O Programa Comunidade Solidária foi implantado no Brasil na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mais à frente retomaremos a relevância da compreensão do programa e sua relação com nosso objeto de pesquisa. De partida, anunciamos que nossa referência é o trabalho organizado pela professora e assistente social, Maria Ozanira da Silva e Silva “*Comunidade Solidária: O não enfrentamento da pobreza no Brasil*”. Foram reunidos neste trabalho importantes artigos de autores críticos ao conceito de desenvolvimento de comunidade nos moldes do Desenvolvimento Local, bem como da “política de Assistência Social” adotada por aquele governo. Segue a referência: Silva, Maria Ozanira da Silva e. (coord.) “*O Comunidade Solidária: O não enfrentamento da pobreza no Brasil*”. São Paulo: Cortez, 2001.

as classes sociais, os projetos ideológicos, tornando-se esses, elementos inerentes à crítica ao conjunto dessa concepção.

Ainda na linha crítica utilizamos os estudos da Professora Arlete Moysés Rodrigues, com os quais já havíamos trabalhado em nosso TCC. A autora faz uma análise crítica do conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, para nós até o momento insuperável e que partilhamos integralmente. Buscamos a referência do campo teórico utilizado pela autora na crítica ao *Desenvolvimento Sustentável* para analisar o *Desenvolvimento Local*.

Por fim, para compor a análise da presente tendência, especificamente sobre o programa Nós do Centro, utilizamos além de nossas impressões e informações como ex-funcionária, os documentos oficiais disponíveis para pesquisa, relatórios, dados da Internet e relatórios da pesquisa do Pólis, e, ainda, o livro publicado que sistematiza o trabalho, organizado pelo diretor Antônio Augusto Telles Machado *Projeto de Inclusão Social Urbana Nós do Centro: a experiência de uma política social intersetorial*.

A segunda tendência que denominamos *Campo Contra-Hegemônico: As Lutas Sociais* expressa um conjunto de mediações desenvolvidas com a perspectiva de apontar espaços e reflexões alternativas ao Campo Hegemônico. O eixo condutor dessa tendência é compreender no campo das lutas sociais quais alternativas estão sendo construídas e como elas se articulam com a ideia de *Desenvolvimento Local*.

Assim, a *segunda tendência por nós identificada compreende o debate e as ações políticas presentes no bojo das "Lutas Sociais" no Campo Contra-hegemônico em oposição ao neoliberalismo, tendo como expressão maior o Fórum Social Mundial (FSM)*. Dessa maneira, o campo de pesquisa compreendeu a análise documental dos relatórios de pesquisa produzidos pelo NEPEDH⁵⁸, análise dos documentos publicados no site oficial do FSM, artigos de revistas e livros sobre o tema, além do

⁵⁸ *Ética e Direitos Humanos: Unidade e Diversidade do Fórum Social Mundial* foi uma pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2006 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos do Programa de Estudos Pós – Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo NEPEDH-PUC/SP, coordenado pela professora Maria Lúcia Barroco. "A Pesquisa teve início no segundo semestre de 2002, momento em que elaboramos o Projeto: seus fundamentos teóricos, seu objeto e seus objetivos, definimos a pesquisa qualitativa de campo e a pesquisa documental. O projeto só foi submetido ao CNPq no primeiro semestre de 2003, obtendo financiamento a partir do segundo semestre desse ano, como um projeto de Pesquisa Integrado para ser desenvolvido pelos Núcleos de Pesquisa: o NEPEDH – São Paulo e o GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, vinculado a Universidade Federal de Pernambuco". (NEPEDH, 2006: 6)

relatório da pesquisa realizada por nós em Portugal. Nesse sentido, a pesquisa em Portugal de eixo central, passa agora, a auxiliar na ilustração da relação entre *Desenvolvimento Local* e movimentos sociais no contexto internacional.

Assim, para dialogar com as duas tendências sobre as quais vimos refletindo, nos baseamos em determinados autores que constroem suas análises acerca do Desenvolvimento Local a partir do referencial teórico de Marx. Entendemos que embora o universo da pesquisa e da leitura no âmbito do Desenvolvimento Local deva ser o mais abrangente possível, isso não significa a realização de uma análise eclética. Não buscamos compreender abstratamente o conceito de Desenvolvimento Local, mas seu movimento real no cotidiano das políticas sociais, no campo das lutas políticas e ideológicas, ainda que não nos ocupemos especificamente dessas questões.

Dessa forma, nosso primeiro capítulo é dedicado à construção das bases teóricas que dão sustentação ao debate que aqui propomos. Primeiramente tratamos de fazer uma análise introdutória sinalizando nossa compreensão acerca do debate sobre o *Desenvolvimento Local*, pontuando a necessidade de problematizar e localizando nosso referencial crítico de análise.

Ainda nesse capítulo, tratamos de mostrar as várias faces do entendimento por Local – a crítica ao localismo exacerbado –, o que auxilia na construção da crítica ao *Desenvolvimento Local* como estratégia do capitalismo e sua sustentação no projeto neoliberal. Discutimos o Desenvolvimento no sistema capitalista com base na teoria social de Marx e construímos ainda um resgate histórico do Desenvolvimento no século XX e as respostas do capitalismo às suas crises.

No segundo capítulo descrevemos as duas Tendências no âmbito do *Desenvolvimento Local* – um recorte analítico por nós construído. A primeira Tendência que denominamos de *Campo Hegemônico: Neoconservadorismo Pós-Moderno*, traz o debate hegemônico sobre o *Desenvolvimento Local*; construímos nossas argumentações com base, fundamentalmente, nas colocações de Augusto de Franco. Na segunda Tendência, *Campo Contra-hegemônico: As Lutas Sociais*, elaboramos uma análise sobre os limites e possibilidades da construção de um campo contra- hegemônico ao processo do *Desenvolvimento Local*. Como objeto de análise para a referida Tendência utilizamos as experiências do FSM.

Por fim, nas nossas conclusões, debatemos o *Desenvolvimento Local* no cotidiano das políticas sociais. Nossa proposta é contribuir com um conjunto de reflexões, indicando elementos para uma agenda de debate no âmbito do Serviço Social, bem como para interessados em compreender os mitos postos pelo capitalismo a partir de suas crises, no intuito de não nos deixarmos levar por propostas aparentemente “ingênuas” que servem apenas aos interesses classistas de dominação. Segue abaixo um gráfico (GRÁFICO1) analítico que expressa a estrutura da pesquisa.

GRÁFICO 1
Estrutura da Pesquisa



CAPÍTULO I

PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA: ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Tá relâmpiano, cadê neném?
 Tá vendendo drops no sinal para alguém
 Todo dia é dia, toda hora é hora,
 Neném não demora pra se levantar
 Mãe lavando roupa, pai já foi embora,
 E o caçula chora pra se acostumar
 Com a vida lá de fora do barraco,
 Hai que endurecer um coração tão fraco,
 Para vencer o medo do trovão,
 Sua vida aponta a contramão
 (Lenine/ Paulinho Moska – Relâmpiano – I Parte)

1. UMA ESTRATÉGIA MULTIFACETADA: *DESENVOLVIMENTO LOCAL* EM QUESTÃO

Como já apresentamos, o presente trabalho visa discutir os fundamentos que dão suporte à concepção de *Desenvolvimento Local* presente em experiências mundiais, através de projetos e programas de enfrentamento das desigualdades e contradições sociais do capitalismo em seu estágio maduro. Não estamos tratando o *Desenvolvimento Local* apenas como um conceito – como é comum nesse campo –, pretendemos entendê-lo, nos termos de Marx, como categoria histórica, ou seja, como produto histórico de experiências práticas e também como expressão de sistematizações teóricas. Como afirma Marx:

“(…) Las categorías expresan por tanto formas y modos de la existencia, y con frecuencia simples aspectos de esta sociedad, de este sujeto: desde el punto de vista científico, su existencia es anterior al momento en que se comienza a hablar de ella *como tal* (esto es válido también para las categorías económicas)”. (Marx, 1970:43)

Assim, essa pesquisa busca investigar, problematizar e refletir sobre as tendências em curso no debate – marcadamente hegemônico – do *Desenvolvimento Local* que é amplo e mundialmente difundido no campo da administração, gestão e controle das políticas públicas (principalmente por gestores). O *Desenvolvimento Local*, paradoxalmente, também é utilizado para denominar manifestações da

sociedade civil organizada – *nessa forma a compreensão de seus fundamentos dá suporte a uma análise crítica mais aprofundada desse processo*. No entanto, não parece haver até o momento linhas teóricas claras sobre sua definição – ou seja, uma elaboração teórica e crítica mais fundamentada –, existindo apenas uma incessante necessidade de descrever experiências⁵⁹, aliada a um inexistente debate evidenciado sobre possíveis disputas implicadas em sua elaboração. Como verificamos, parece existir um “discurso usual” daquilo que ficou mundialmente conhecido como *Desenvolvimento Local*. *É como se o Desenvolvimento Local fosse um conceito “guarda chuva” que abarca um conjunto de outros conceitos que se expressam em “novas metodologias sociais”* (por alguns, denominadas de ferramentas sociais), visando à conversão da lógica de desenvolvimento econômico (duramente criticada⁶⁰) para uma ampliação da noção de desenvolvimento – agrupando os fatores humanos e sociais. E tudo isso ocorrendo no “Local” – espaço, ainda que não geograficamente pequeno, menor.

A partir dessa constatação indagamos: o que há de comum nesse conjunto de ideias? Com o resultado do nosso trabalho verificamos que alguns elementos são comuns em quase todas as elaborações, ajudam a compreender o *Desenvolvimento Local* para além de um conceito abstrato – permite compreendê-lo como produto histórico de intervenções práticas – e auxiliam, ainda, a figurar como uma “nova” forma de pensar e agir no campo das políticas sociais. Listamos abaixo (Quadro 2) alguns desses elementos, para os quais é possível indicar alguns pressupostos para sua análise crítica, tal como desenvolvemos:

⁵⁹ Vale ressaltar que o fato tanto é significativo que em um site da internet descreve-se que o tema (DL) é tão expressivo que basta ver a quantidade de links disponíveis após uma pesquisa no Google. Para comprovar fizemos o teste, e com um simples levantamento – a partir inclusive, das próprias matrizes de pesquisa indicadas pelo Google, chegamos aos seguintes números: para entradas com Desenvolvimento Local estão disponíveis aproximadamente 3.090.000 links; Desenvolvimento local conceito, 373.000 links; Desenvolvimento Local Sustentável, 382.000; Desenvolvimento Local Reflexões e Conceitos, 323.000; Desenvolvimento Local o que é, 3.250.000; e ainda no Google acadêmico aparecem 285.000 artigos. Além disso, existem muitos livros que descrevem apenas as experiências.

⁶⁰ Retomaremos esse ponto fulcral do debate mais adiante.

QUADRO 2

Elaborações Hegemônicas X Pressupostos para análise crítica

	Elementos comuns nas elaborações hegemônicas	Pressupostos para análise crítica
1	Adesão ao conceito de capital social.	Categoria “fraca” não abarcativa; não é claro o que se entende por isso.
2	Crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, substituindo-o pela tese de Amartya Sen ⁶¹ – de desenvolvimento humano e social.	Adesão acrítica ao modelo, nesse sentido, esvazia-se o campo da política.
3	Descentralização das políticas de Estado, por iniciativas locais.	Negação da capacidade do Estado em atender as demandas regionalizadas. Investimento na municipalização e regionalização das políticas; enfraquecimento do campo das conquistas sociais e das lutas por políticas públicas.
4	Participação da sociedade civil.	Busca por pactos e consensos entre as classes sociais que atribuem uma face humanizada ao capitalismo e (re) significam a solidariedade.
5	Expressiva preocupação com a preservação do planeta – elemento da sustentabilidade.	Divulgação do Desenvolvimento Sustentável; crença na mudança dos padrões de consumo sem que se alterem os modos de produção e reprodução capitalista.

Diferentemente desse “discurso usual”, trabalhamos com a concepção de que o *Desenvolvimento Local* é mais uma proposta concreta às crises contemporâneas do capitalismo – agravadas em sua fase mundializada –, que se dá pela elaboração de estratégias para o enfrentamento das contradições de tais crises, criando respostas práticas no campo das políticas sociais. Entendemos ainda que, ideologicamente o *Desenvolvimento Local* tem suas bases no campo da chamada pós-modernidade.

Para dar concretude às afirmações elaboramos um quadro (Quadro 3) com extratos de instituições/ entidades e pessoas (teóricos e/ou especialistas) representativas do campo do *Desenvolvimento Local* a fim de problematizar e oferecer balizamentos para a construção dos argumentos que construímos. Vejamos:

⁶¹ Mais abaixo explicitaremos alguns elementos do trabalho de Sen (2000).

QUADRO 3

Extratos sobre o *Desenvolvimento Local*

Entidade/ Autor	Extratos sobre o <i>Desenvolvimento Local</i>
ANIMAR – Associação Portuguesa para <i>Desenvolvimento Local</i>	“Em primeiro lugar convém explicitar que, por <i>Desenvolvimento Local</i> , entendo: - todo processo de mudança; - de base comunitária (considerando-se ‘comunidade’, um grupo humano territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade activa para resolver problemas); - que se desencadeia a partir da constatação de que há problemas/ necessidades fundamentais, na comunidade ou em certos grupos específicos, por resolver; - para os quais a comunidade ou alguns dos seus membros, mobiliza(m) as suas capacidades (endógenas); - o que pressupõe uma pedagogia e uma dinâmica de participação; - reconhecendo-se, no entanto, que os recursos endógenos serão sempre insuficientes para satisfazer as referidas necessidades, sendo fundamental recorrer a capacidade exógenas (humanas/técnicas, financeiras, informativas, materiais e etc.), desde que fertilizem e não inibam ou substituam, aqueles; - numa perspectiva multidimensional e integrada; - o que exige uma lógica de trabalho em parceria e de partilha de perspectiva e recursos; - com impacto tendencial em toda a comunidade; e segundo uma grande diversidade de protagonistas, processos, caminhos e resultados”. (Amaro: 2004, 80 In. Albino)
AUGUSTO DE FRANCO	“A seguir vamos ver como se pode alterar esse quadro, mostrando: (i) por que a pobreza e a exclusão social devem ser prioritariamente enfrentadas por programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social; (ii) por que as políticas de indução ao desenvolvimento devem ser a principal referência numa estratégia social, e não as políticas assistenciais, por mais necessárias que estas sejam ou possam parecer; e (iii) por que uma estratégia social para o Brasil, entendida como estratégia de desenvolvimento social, deve incorporar, com destaque, uma estratégia de indução ao <i>desenvolvimento local</i> integrado e sustentável, o chamado DLIS” (Franco, 2002: 59)
Fórum de Mundialização das Resistências	“O desenvolvimento autocentrado (ou ainda ‘desenvolvimento endógeno’) constituiu historicamente o carácter específico do processo de acumulação do capital nos centros capitalistas e determinou as modalidades do desenvolvimento económico que resultaram dele, isto é, que é comandado principalmente pela dinâmica das relações sociais internas, reforçadas pelas principais relações exteriores postas a serviço. Nas periferias, ao contrário, o processo de acumulação do capital é derivado principalmente da evolução dos centros, enxertado sobre essa evolução ou, de qualquer maneira, ‘depende’ dela. O desenvolvimento autocentrado supõe, portanto, o que se pode chamar de um domínio das cinco condições essenciais da acumulação: o domínio local da reprodução da força de trabalho; (...) o domínio local da centralidade do excedente; (...) o domínio local do mercado; (...) o domínio local dos recursos naturais; (...) o domínio local das tecnologias”. (Amin; Houtart, 2003: 361-362)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	“Consórcio de Segurança Alimentar e <i>Desenvolvimento Local</i> (CONSAD) Os Consórcios de Segurança Alimentar e <i>Desenvolvimento Local</i> são organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e <i>desenvolvimento local</i> , gerando trabalho e renda. Constituem-se como associações civis sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante. Nestes territórios, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apóia a implantação de projetos de combate à pobreza relacionados a sistemas agroalimentares, capazes de intervir na realidade sócio-territorial, integrando políticas públicas, envolvendo atores sociais e gerando trabalho e renda”. http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad
ONU/ PNUD	“O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão económica do

	desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". (...) Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administração Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal". http://www.pnud.org.br/idh/
Programa Nós do Centro	"Todos os estudos e levantamentos relacionados a processos de desenvolvimento social mostram claramente o efeito integrador quando se pensa a questão social dentro de um espaço determinado. Além do Projeto estar delimitado pelo clamado centro expandido da cidade de São Paulo englobando 12 distritos em 2 sub-prefeituras, os processos de intervenção previstos também definem micro-regiões bem definidas, com população de alta vulnerabilidade social e de alta concentração de cortiços. O trabalho a quatro mãos (poder público e comunidade) nessas regiões definidas fará com que sejam desenvolvidas prioridades concretas através dos Planos de <i>Desenvolvimento Local</i> realizados nos Escritórios de Inclusão Social a serem criados. O primeiro, piloto, na região do Glicério, ainda em 2006". (Plano Operacional Global)
SEBRAE	"O <i>Desenvolvimento Local</i> é um processo de integração dos diversos setores produtivos com os setores sócio-culturais, incentivando o empreendedorismo, apoiando micro e pequenos empreendimentos e criando ambientes favoráveis ao surgimento de novos empreendimentos que gerem renda e riqueza para as populações de localidades com baixos índices de desenvolvimento. Com o <i>Desenvolvimento Local</i> se busca a melhoria de qualidade de vida das comunidades e a maior participação destas nas definições do poder político, em favor de um ambiente saudável e socialmente justo, para as gerações atuais e futuras". http://www.ilhaboipeba.org.br/en/sebrae.html
SENAC – Programa de <i>Desenvolvimento Local</i> para América latina e caribe – iniciativa do SENAC São Paulo	"O <i>desenvolvimento local</i> é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente por seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de <i>desenvolvimento local</i> , falamos do desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Trata-se de criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências e possam "aproveitar oportunidades, satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social". A idéia central de desenvolvimento é passar de uma determinada situação para outra melhor". http://www3.sp.senac.br/hotsites/gd4/dlamericalatina/desenvolvimento_local.asp

Nesse sentido, cabe a pergunta: por que investigar tal estratégia? Como analisar as *várias faces* desse complexo sistema que envolve interesses políticos e econômicos que se expressam em propostas ideologizadas e que metodologicamente referem-se às matrizes teóricas de bases reformistas e/ou conservadoras, ainda que não assim ditas?

De partida, e diante da constatação acima, nosso interesse parte da compreensão que no atual momento da crise do capital (pós-reestruturação produtiva), novas estratégias de enfrentamento dessa crise são criadas para a

manutenção de seu projeto de poder e dominação e que, aos trabalhadores resta a tarefa de “doação” de todas as suas forças – produtivas e espirituais – para o desenvolvimento de um projeto que não lhe pertence.

Sabe-se que o *Desenvolvimento Local* é um “tema” que se tornou amplamente debatido a partir de 1990 em todo o mundo, contudo, as origens de sua fundamentação são anteriores⁶². A dificuldade em caracterizar o *Desenvolvimento Local* reside justamente nas bases que fundamentam nossas críticas, ou seja, ao que parece, o *Desenvolvimento Local* é um “conceito” criado externamente à realidade objetiva, ele é uma espécie de “metodologia de trabalho social” criada por agentes políticos e acadêmicos (técnicos assessores dos governos) para “resolver” problemas sociais crônicos desconectados – ainda que apenas no discurso – das questões macro econômicas. O Local enquanto espaço geográfico e político aparece como “externo” ou ainda “distante” dos interesses do capitalismo mundial. *Nossas reflexões apontam que esse aparente distanciamento, ou expressa uma ingênua análise, ou, como acreditamos, mascara os verdadeiros interesses de seus formuladores.*

Como também já sinalizamos, nosso objetivo é “desconstruir” a elaboração hegemônica sobre o *Desenvolvimento Local* a fim de possibilitar novas leituras, pois existe, como foi verificado, um Campo Contra-hegemônico que necessita ser resgatado e diferenciado nesse processo.

Assim, nossa análise do *Desenvolvimento Local* parte das concepções de Marx sobre o desenvolvimento das forças produtivas e sua não socialização, ou seja, ao se propor um modelo de desenvolvimento baseado na “reparação” das desigualdades estruturais provocadas pelo capitalismo sem sua superação, está se propondo uma espécie de reforma pontual. Contudo, embora seja esta uma questão fundante, ainda não expressa o verdadeiro problema, uma vez que o capitalismo sempre reinventa estratégias para suas crises. O que pretendemos de fato é problematizar que o *Desenvolvimento Local*, ao contrário do que se pretende discursivamente, aprofunda ainda mais as expressões da *Questão Social*⁶³, pois destrói importantes

⁶² Apresentaremos mais adiante um quadro histórico desse processo.

⁶³ Por questão social e suas expressões utilizaremos a definição de Iamamoto e Carvalho: “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe

conquistas sociais, tais como: o direito ao trabalho e a responsabilidade estatal em sua reprodução nas respostas às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. No entanto, essas respostas se fazem para garantir a reprodução dos trabalhadores como tais.

Desse modo, o *Desenvolvimento Local* não por acaso tem sua ampliação na década de 1990, mesmo período em que o projeto neoliberal ganha força em todo o mundo. Assim, supomos que estes fazem parte de uma mesma agenda política e econômica, com as mesmas bases teóricas e ideológicas – pensamos não ser possível compreender o *Desenvolvimento Local* sem reconhecer os reais interesses do projeto neoliberal – que reorientaram as agendas políticas na era pós-fordista, ou nos termos de Harvey (2005) abriu na passagem do século XX para o XXI um novo período histórico. O projeto pós-moderno trouxe consigo não só alteração no modelo de produção, expresso na acumulação flexível, como também uma “nova-velha” forma de pensar e produzir teoricamente, isto é, um “retorno” do conservadorismo, que no campo das políticas sociais reabriu espaço para a fragmentação e focalização das ações do Estado⁶⁴ – característica que verificamos nas experiências com o *Desenvolvimento Local*.

por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade”. (1982: 77 – grifo dos autores)

⁶⁴Abordaremos a presente questão no segundo capítulo.

1.1 POLISSEMIA: UM CONCEITO MULTIFACETADO

Há um número significativo de trabalhos dedicados a escrever sobre “*O que é Desenvolvimento Local*”. Em livros, artigos, dissertações e teses, verificamos pelo menos um capítulo ou subtítulo com esse tema (o que é *Desenvolvimento Local*?), o que nos deixou ainda mais “curiosos” em querer compreendê-lo, uma vez que parece existir uma “frenética” preocupação com a definição, uma certeza de que várias são as interpretações (como vimos acima), e ainda, de que esta não é uma tarefa simples.

O contato com algumas produções acerca do tema, a efetiva inserção em ações no campo do denominado *Desenvolvimento Local* – como já referimos anteriormente –, o acúmulo que vimos obtendo ao longo da nossa trajetória profissional e acadêmica sobre tal tema e as questões que o perpassam, permitiram, paulatinamente, a incursão e o amadurecimento das problematizações aqui explicitadas. *Nesse sentido, não pretendemos construir mais uma “tentativa” de definir o conceito, mas sim de buscar os fundamentos e problematizar as questões e noções já existentes sobre o Desenvolvimento Local.* Assim, desembaraçar esse campo embaraçoso no qual se situa a questão que temos pontuado coloca-se como um desafio.

Podemos afirmar que existem tendências⁶⁵ sobre a discussão conceitual do *Desenvolvimento Local*. Existe ainda uma espécie de polissemia com relação às definições, acrescida de uma negação de uma possível “teorização”. Barbosa e Miotto (2007) nos fornecem pistas:

“Há várias dúvidas sobre o conceito, sua noção pode muitas vezes passar mais pelo intuitivo que pela definição em si. A confusão sobre esse termo não se esgota aí. Há mais dois motivos pelos quais o conceito de desenvolvimento local é confuso: por ser uma “prática sem teoria”, pois o termo já é usado na prática, sem antes ser um substantivo teórico propriamente dito; pelo conceito abarcar três matrizes de origem distintas: Da lógica de regulação horizontal (...), Da resposta à crise macroeconômica

⁶⁵ O segundo capítulo é dedicado ao aprofundamento de tais tendências.

e ao ajuste (...) e Do processo de globalização estimulado pela dialética global/local.”

A partir da presente citação pensamos ser necessário pontuar algumas questões fundamentais para a compreensão que pretendemos construir. Ao afirmar que o conceito de *Desenvolvimento Local é uma prática sem teoria*, os autores suscitam que o *Desenvolvimento Local* é dotado de certo empirismo. Aqui reside uma questão a ser aprofundada, pois se buscarmos de fato a compreensão ou o significado para o termo *Desenvolvimento Local* enfrentaremos algumas dificuldades, na medida em que percebemos com a pesquisa que existem muitos conceitos correlatos que se entrecruzam e que são em sua maioria, parte de um todo, que detalhamos abaixo.

Quando se afirma que o *Desenvolvimento Local* é uma prática sem teoria não podemos levar essa afirmação ao “pé da letra”, posto que a própria constatação nesses termos negaria a construção da crítica que elaboramos aqui, ou seja, as bases ideológicas do conceito seriam negadas. Em outros termos, embora o *Desenvolvimento Local* padeça de indefinições, não se pode afirmar categoricamente que seja uma prática sem teoria, mas como faremos questão de grifar trata-se de uma prática teórica com uma base ideológica neoconservadora. Assim, com nossa pesquisa identificamos que existe uma espécie de “discurso usual” do termo, isto é, “não se sabe de onde”, “não se sabe para que”, mas tudo se dá no âmbito local.

Nesse sentido, o *Desenvolvimento Local* está no campo de pesquisa associado com outros conceitos que também partilham dessa mesma “indefinição”, ou, como pretendemos aferir, desse campo de disputas velado e formado por consensos ideológicos, sendo alguns deles⁶⁶: Arranjos Produtivos Locais; Desenvolvimento Econômico Local; *Desenvolvimento Sustentável* e Agenda 21; Desenvolvimento Territorial; Poder Local⁶⁷. Para a compreensão da referida questão o trabalho de Carlos Brandão (2007) traz uma síntese contundente e crítica desse processo. Brandão afirma que na contemporaneidade existe um conjunto de novas “teorias”

⁶⁶ Esse conjunto de conceitos foi extraído do site do Instituto Pólis em sua pasta sobre sugestões de leitura acerca do conceito de Desenvolvimento Local e seus correlatos.

⁶⁷ Não foi nossa pretensão aprofundar todos os componentes correlatos ao Desenvolvimento Local, contudo, na medida em que esses se inter-relacionam buscamos trabalhar de forma a explicitar a relação com nosso objeto de pesquisa, bem como com nosso referencial teórico-metodológico.

dedicadas a explorar tais temas, e o que os une é o excessivo “localismo”. Vejamos nas palavras do próprio autor:

“Poder-se-iam listar dezenas de vertentes teóricas que assumem na atualidade a defesa irrestrita da escala local, de forma mais declarada ou subjacente, em variados aspectos e dimensões. Um levantamento exaustivo talvez fosse interminável; porém, de uma forma simplista, lembraria a existência e a influência de pelo menos as seguintes (...) (que poderiam ser desdobradas em muitas outras ou algumas poderiam ser fundidas, pois a literatura recente tem feito convergir muitas dessas vertentes)”. (Brandão, 2007: 39)

Em virtude de considerarmos o levantamento realizado pelo professor Brandão de suma importância – além de seu ineditismo para a compreensão do referido processo e crítica – transcrevemos o quadro construído por ele a partir da identificação e agrupamento da vertente teórica e analítica, os principais autores e suas obras seminais e o referido eixo de análise e ideia-força.

QUADRO 3

Carlos Brandão – Caracterização dos “vários” significados para Local.

Vertente teórica/ analítica	Principais autores e obra seminal	Eixo de análise e ideia-força
Acumulação Flexível	Piore e Sabel (1984)	Substituição da produção em série e em massa fordista pela especialização.
Modelo dos distritos industriais italianos	Brusco (1982) Becattini (1987) Bagnasco (1988)	Conjunto “marshalliano” de pequenas e médias empresas, de base semi-arte-sanal, que convive em uma atmosfera sinérgica de cooperação, confiança e reciprocidade.
Escola californiana	Scott e Storper (1986) Scott (1988) Storper e Walker (1989)	<i>Learning Regions</i> , em que o tecido socio-produtivo, do entorno territorial, promove e potencializa processos endógenos dinâmicos de aprendizagem coletiva.
Construção de vantagens competitivas em âmbito localizado	Porter (1990)	Construção deliberada de competitividade e vantagens relativas locais. Toma por base o seu “diamante” de quatro elementos.
Sociedade (e economia) em rede	Castells (1996)	No novo modo de reprodução do “informacionalismo”, com seus fluxos globais de “geometria variável”, a busca por identidade local ganha significado tanto quanto estar conectado à rede.
Nova geografia econômica	Krugman (1991)	A geografia conta e, dependendo do balanço entre as forças centrífugas e centrípetas, estruturar-se-ão arranjos espaciais aglomerativos ou não.
Teoria do crescimento endógeno	Romer (1986 e 1990) Lucas (1988 e 1990)	Reconhecendo a existência de rendimentos crescentes e economias de escala, colocam as taxas de crescimento como determinadas pelo comportamento e decisões

		adotadas endogenamente pelos participantes do mercado e por políticas públicas que amenizem “as falhas do mercado” e possam melhorar o ambiente institucional e endógeno do local. Mais recentemente, destacam o papel da acumulação de capital humano (habilidade individual e nível educacional).
Convergência de renda	Sala-I-Martin (1990) Barro e Sala-I-Martin (1995)	As regiões têm a tendência a convergir para a mesma taxa de crescimento e mesmos níveis de renda <i>per capita</i> , a longo prazo.
Capital Humano	Putnam (1993)	Vantagens do acúmulo de confiança e solidariedade e o papel virtuoso da tradição da comunidade cívica, buscando o sentido do “bem comum”.
Regiões como ativos relacionais	Storper (1997)	Retroalimentação relacional entre tecnologias, organizações e territórios, destacando o papel das convenções, coordenação e racionalidade.
Nova economia institucional	North (1990)	Dependendo da instrumentalidade institucional, podem-se construir contextos localizados que amenizem divergências, instabilidades e incertezas, através de normas, costumes e regras que regulam o comportamento dos agentes.
Estado-região	Ohmae (1990 e 1996)	Com o fim dos Estados-nação, que eram “recortes não naturais”, e graças às vantagens da fragmentação, afirmar-se-ão os âmbitos “naturais” das regiões e localidades.
Pós-fordismo regulacionistas	Lipietz (1985) Benko e Lipietz (1992)	Rede de compromissos, coerência e contratos sociais locais, através de certo modo de regulação localizado, condizente com o regime de acumulação mais geral.
<i>Milleu innovateur</i>	Aydalot (1986)	Meio tecnocientífico virtuoso construído e sustentado por um “bloco social” localizado apto a mobilizar conhecimento e recursos.
Clusters ou arranjos produtivos locais com eficiência coletiva	Schmiz (1997) Porter (1998)	Vínculos e interdependências geradas pela concentração espacial/ setorial de empresas.
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	PNUD (Banco Mundial)	Ativismo local a fim de criar uma “osmose perfeita” entre comunidade local e as empresas, com a construção de um “homogêneo sistema de valores”, tendo por base a eficiência e a sustentabilidade ambiental.
“Planos estratégicos locais”	Borja e Castells (1997)	Seria uma “grande comunicação, um processo de mobilização”, com o fim não declarado de tratar da cidade ou região como uma grande mercadoria, dotada de boa imagem, símbolo ou marca, a ser “bem vendida” no mercado mundial, isto é, ter alta lucratividade de capitais.
Cidades-região	Scott et al. (1999)	Aglomerações urbanas (com pelo menos 1 milhão de habitantes) aptas a terem conectividade com os fluxos econômicos mundializados, sendo dotadas dos requisitos para se transformar em plataformas competitivas e atores políticos decisivos na disputa pelos mercados globais.
Cidades mundiais	Sassem (1991)	Metrópoles que estão no topo da rede urbana mundial e que concentram o terciário avançado, grandes corporações, centros de tecnologia, cultura, ciência etc.
Desenvolvimento Local endógeno	Vázquez Barquero (1993 e 1999)	A busca de soluções de forma compartilhada conduz ao “desenvolvimento endógeno”.
Governança Local	Banco Mundial	Boa governança alcançada através de construção de um ambiente previsível, transparente e com <i>accountability</i> .
Economia solidária e popular	Coraggio (1994) Singer (2002)	Circuito alternativo de produção, distribuição e consumo de bens dos “setores populares urbanos” ou “unidades domésticas de trabalhadores”.
Teoria dos jogos e ação coletiva localizada	Bates (1988) Ostrom (1990)	É preciso avaliar os dilemas da ação coletiva que se travam no ambiente local para capacitar-se para o exercício de cooperação para o mútuo proveito,

		estabelecendo compromissos confiáveis.
<i>Best practices</i>	Banco Mundial	Menu disponível de “experiências que deram certo”, que pode ser acionado em qualquer tempo e espaço, a fim de selecionar uma ação que possa ser replicada com êxito no âmbito local.

Extraído de: **Brandão**, Carlos. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

O que verificamos a partir da análise desse quadro, é que o *Desenvolvimento Local* não pode ser compreendido como uma estratégia única e particular, ou seja, descolada de um conjunto maior de forças políticas que compõem uma nova forma de pensar, formular, propor e implementar políticas sociais. Dessa forma, não é possível responder o que é *Desenvolvimento Local* sem antes problematizar as origens desse bloco de práticas e “teorias”. O que parece comum a todas elas, e como o próprio autor afirmou, o que por vezes as une é: a aposta no “Local” e a busca por consensos e harmonização das relações sociais de produção.

Como vimos, é um “rosário” de conceitos vinculados⁶⁸ e propostas de atuação no âmbito local. Nesse sentido, o eixo fundante que nos auxilia a compreender esse conjunto de questões (empirismo, acrescido de conjunto de conceitos correlatos) é a compreensão do “Local” e sua correlação com o “Global”. O espaço geográfico tem sido a medida para análises e formulações de políticas sociais. Ainda que alguns autores afirmem que não se trata de uma definição geográfica, simplesmente o Local seja ele qual for – território, bairro, município, cidade, estado, nação –, tem centralizado o debate teórico. Parece existir também certo “modismo” em relacionar as duas esferas, ou seja, Local e Global. Carlos Brandão (2007) vai na contracorrente desse processo e adverte:

“Atualmente, se, por um lado, vivemos uma nova e intensa emergência dessa temática e a valorização da dimensão território, como talvez nunca tenha ocorrido nas ciências sociais, por outro, nota-se, em grande parte da literatura especializada, a completa banalização das questões que,

⁶⁸ “Abandonando qualquer perspectiva da existência de luta de classes sociais, esses autores colocam toda a ênfase nas relações estabelecidas pela ‘comunidade cívica’, destacadas na abordagem do papel do capital social, a partir do trabalho seminal de Putnam (1993). As pesquisas que procuram trabalhar a questão do desempenho institucional e o papel da qualidade de vida cívica das comunidades têm-se multiplicado, discutindo a lógica da ação coletiva que resulta ‘no sentido do bem comum’, a depender de fatores do ambiente institucional, como o contexto cívico, cultural e de tradição política dos atores de determinada localidade, estruturados em torno da confiança e da solidariedade, que geram o êxito ou não das instituições comunitárias”. (Brandão, 2007: 45-46)

malgrado sua natureza estrutural, histórica e dinâmica, foram deslocadas para o lugar-comum do voluntarismo, cristalizando um grande consenso, um verdadeiro “pensamento único localista”. Grande parte da literatura aborda, e as políticas “públicas” implementam, ações orientadas, em parte ou no todo, por essas concepções teóricas, acolhendo vulgaridades analíticas e simplismos ideológicos que afirmam que as escalas intermediárias entre “local” e “o global” estão perdendo sentido. Sobretudo, assumem que pensar a escala nacional e as questões estruturais é ser retrógrado”. (Brandão, 2007: 29)

Verificamos também, que mesmo entre os ávidos defensores do “local” há uma dificuldade na construção de parâmetros para tal definição. Augusto de Franco, ao fazer uma análise sobre Poder Local⁶⁹, “roda, roda, roda” e defende que Poder Local é o poder das prefeituras. Ele faz um trocadilho sobre a apreensão de construção do Poder Local e defende que:

“Como não consigo saber exatamente, opto por falar da participação do poder local – entendido como Prefeitura mesmo – em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável que podem ocorrer em espaços intramunicipais, municipais ou plurimunicipais. Isso é o que me parece mais útil a fazer neste momento em que vive o país e nas condições em que vive, porque estou convencido do seguinte: fora de processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento de base local, dificilmente as políticas sociais terão um efeito efetivamente emancipador das populações marginalizadas, sobretudo no campo e nas pequenas e médias cidades do interior do país”. (1999: 176)

O que concluímos desse processo – e sabemos que a discussão não se esgota aqui – é que seja como for, o que se está discutindo é o espaço geográfico como chão da lutas sociais, e assim sendo, faz-se necessário novamente retomar a gênese do processo de urbanização como consequência do processo de industrialização.

⁶⁹ Franco, Augusto de. “A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável”. In: Rico, Elizabeth de Melo, Raichelis, Raquel. Org. *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

Essa chave heurística diz muito do debate teórico que estamos tomando aqui, ou seja, ao entendermos as cidades pós-industriais como espaços da contradição capital trabalho, esse excesso de "localismo" seria a (re) significação e fragmentação teórica de um espaço constituído de significados sociais. Lefebvre (2008) ilumina nossas argumentações, auxiliando na afirmação de que não se trata de uma problemática local, mas sim de uma questão conjuntural da estrutura do capitalismo.

"Pode-se dizer que a sociedade industrial acarreta a urbanização. Essa constatação e essa fórmula tornaram-se banalidades. Todavia, é menos banal perguntar se as conseqüências do processo, ou seja, a urbanização, não se tornaram rapidamente mais importantes que sua causa inicial: a industrialização. A tese aqui apresentada é a de que a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada do processo de industrialização". (Lefebvre, 2008: 80)

E ainda sobre as cidades,

"Nas cidades, o pacto pelo progresso indiscriminado, estabelecido entre o poder público e o privado, elevou a especulação com terras a níveis nunca vistos, provocando a renovação em massa de trechos inteiros de cidades, expandindo subúrbios e destruindo riquezas históricas e naturais. As conseqüências ecológicas desse desatino são até hoje sentidas, de tal forma que a década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana". (Hobsbawm, 1995: 257 *apud* Brandão, 2009: 32)

Trata-se aqui de problematizar um campo inteiramente rico de significados, pois as dimensões do Local, contrastando com o Global estão na ordem do dia. Já se chegou até a mencionar a "Glocalização", isto é, uma espécie de neologismo entre as palavras Globalização e Localização.

Para nós a conclusão de Brandão é acertada ao afirmar que existem "múltiplas escalas" entre o local e o global, e ainda que "nenhum recorte espacial é natural, como querem os conservadores. As escalas são construções históricas, econômicas,

culturais, políticas e sociais e, desse modo, devem ser vistas na formulação de políticas” (Brandão, 2008: 33).

Por fim, corroborando com a afirmativa de Brandão, “talvez a falha mais grave, em última instância, da literatura up-to-date sobre desenvolvimento local e regional seja que ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político” (idem: 50).

2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SISTEMA CAPITALISTA: UMA ANÁLISE EM MARX

Buscar uma definição fechada para o conceito de *Desenvolvimento* não é uma tarefa simples, acreditamos ainda, que não seja uma estratégia metodologicamente adequada para o estudo que realizamos, posto que desenvolvimento sempre remete ao que se pretende desenvolver. Desenvolvimento enquanto conceito trabalhado unilateralmente não explica a complexidade em que ele se transforma, na medida em que se acrescenta à sua composição outro termo, ou seja, ele aparece sempre associado a um segundo termo.

No estudo da gramática podemos afirmar que Desenvolvimento é substantivo e que a segunda palavra remete ao adjetivo⁷⁰. Assim, quando a expressão desenvolvimento vem acrescida de outro conceito que a adjetiva (Exemplo: Desenvolvimento + Econômico, Desenvolvimento + Local, Desenvolvimento + Sustentável) e, o segundo se torna mais relevante que a primeira (o substantivo), estamos diante não somente de uma questão gramatical, mas chamados a enfrentar uma questão mais profunda, pois, se o significado de Desenvolvimento historicamente sempre esteve atrelado à ideia de crescimento econômico, quando recebe um adjetivo – como apontamos – pode perder sua centralidade.

No dicionário do pensamento marxista⁷¹, o termo de Desenvolvimento aparece atrelado à noção de progresso⁷²:

“No sentido mais geral da expressão, “desenvolvimento desigual” significa que sociedades, países, nações desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, de tal modo que, em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros podem aumentar essa vantagem, ao passo que, em outros casos, por força dessas mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que

⁷⁰ “Adjetivo é a palavra que caracteriza o substantivo, atribuindo-lhe qualidades (ou defeitos) *modos de ser*, ou indicando-lhe o aspecto ou o estado”. CIPRO, 2009:233.

⁷¹ Bottomore, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Organizador da edição brasileira, Antônio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁷² Lênin dedicou-se a escrever a respeito do desenvolvimento desigual na obra intitulada *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, tal obra no Brasil foi editada (Editora Abril Cultural) em 1982 com tradução de José Paulo Netto.

dispunham de vantagem inicial. Para ter sentido, portanto, a idéia de “desenvolvimento desigual” deve incluir, em cada caso específico, a principal força propulsora (ou forças propulsoras) que determina essas diferenças de ritmo de desenvolvimento.” (Bottomore, 2001: 98)

Desse modo, Bottomore, descrevendo sobre o conceito em Marx, remete-o à formação do capitalismo industrial ao localizar a origem do *crescimento desigual* entre os vários países. Aponta que esses iniciaram seu processo de industrialização entre o final do século XVIII e XIX, ou seja, na revolução industrial, adquirindo relativa vantagem sobre os países que se industrializaram posteriormente. Descreve ainda que o cerne da questão está também no crescimento cumulativo, pois, com o acúmulo de tecnologia e principalmente treinamento técnico dos trabalhadores, tais países colocaram-se em vantagens em relação aos demais. Todavia, países que se modernizaram em relação às novas formas de tecnologia, como é o caso dos Estados Unidos da América (EUA) e Alemanha, puderam alcançar os níveis de desenvolvimento dos antigos parques industriais europeus.

Assim, Bottomore descreve que o conceito em Marx está intimamente relacionado – e pelo próprio método não poderia ser diferente – à análise econômica do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Esse é o epicentro de todo o debate em torno do desenvolvimento, ainda que na contemporaneidade (faremos essa análise mais adiante) exista uma ideia de superação da origem. O desenvolvimento econômico é o alicerce para a compreensão da análise que construímos nessa pesquisa, tendo em vista as discussões e debates estabelecidos por alguns autores, tais como Franco e Brose, ainda que não só. Tendendo para a negação, afirmação ou ainda superação, todos partiram da ideia de desenvolvimento econômico para justificar suas análises sobre o significado de *Desenvolvimento Local*.

No campo do *Desenvolvimento Local* parece haver uma tendência na busca de superação do conceito e do significado de Desenvolvimento Econômico, atribuindo-lhe um caráter negativo pela “restrição” do desenvolvimento à dimensão econômica, isto é, o desenvolvimento é mais que econômico, ele é político, social, humano e etc. Diversos autores trabalham com a noção de que o desenvolvimento econômico foi uma espécie de “equívoco economicista” do pós-guerra, porém, na

contemporaneidade é necessário avançar na busca por um desenvolvimento mais amplo – aqui reside o elemento divisor de águas, retomaremos a questão mais abaixo.

Franco⁷³ (2002), por exemplo, afirma: “Por que a pobreza e a exclusão não devem ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, e sim, prioritariamente, com programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social, como o DLIS – *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*?”. A presente citação aparece como subtítulo do livro que descreve a metodologia defendida por Augusto de Franco.

Existe ainda a posição de outros autores que embora não tão enfáticos quanto Franco, tratam a questão por outro viés de análise, baseada a partir da crítica à concepção de desenvolvimento econômico criada no pós-guerra, segundo a qual, não resolveu (foi inclusive a causadora) e não resolve a pobreza extremada que se apresenta no mundo contemporâneo. Contudo, indagamos: *em algum momento isso se pôs como questão efetiva, ou seja, se acreditou que de fato o crescimento econômico seria significativo ao conjunto da humanidade, sem que se alterasse o modo de produção capitalista*⁷⁴?

Se, daqui decorre a base das nossas indagações, decorre igualmente, a base teórica na qual elas se sustentam. Conforme indicamos brevemente, em pesquisa realizada anteriormente – especificamente nosso TCC⁷⁵ – pudemos refletir, ao final, sobre a emergência do *Desenvolvimento Sustentável*, base do *Desenvolvimento Local*, no âmbito da estrutura da sociedade capitalista, fundada na propriedade privada dos meios de produção capitalista, na exploração da força de trabalho⁷⁶ e na divisão social do trabalho⁷⁷. No entanto, se essa é a estrutura da sociedade

⁷³ Franco, Augusto de. *Pobreza & Desenvolvimento Local*. Brasília: AED, 2002.

⁷⁴ Para Netto e Braz: “(...) Pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a *estrutura* (ou *base*) *econômica da sociedade*” (2006: 61 – grifos dos autores).

⁷⁵ Conforme descreve a nota 2.

⁷⁶ Netto e Braz esclarecem: “Força de Trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades”. (idem: 58)

⁷⁷ Novamente em Netto e Braz: “(...) à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (e, com ela o volume do excedente), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros – instaurando a *divisão social do trabalho*” (...) (idem: 59 – grifos dos autores).

tipicamente capitalista, ela se move dinamicamente em determinado solo histórico e objetivo e em condições particulares.

Nesse sentido, tendo como objetivo de nossos estudos transitar pelo *Desenvolvimento Local* a partir de sua realização objetiva na história contemporânea da vida social – com olhos firmados em experiências determinadas, como ainda explicitaremos –, faz-se necessário apreendermos a noção do próprio *Desenvolvimento Local* efetivado nos marcos daquela estrutura na qual acontece. É nesse quadro que se situam as nossas reflexões acerca do *Desenvolvimento Local*, despontando daí a possibilidade da realização do diálogo com aqueles que pensam e agem sobre ele, portanto, marcam presença aqui, concepções distintas acerca de um mesmo conceito que apenas se torna conceito a partir de sua realização objetiva.

Marcelo José Lopes de Souza (2000) ao relacionar as questões sobre Desenvolvimento e Turismo, analisa o caráter ideológico presente na sua formulação, para ele, "Desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economistas, continuem a reduzir aquele a este. O chamado desenvolvimento econômico é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNH ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente". O autor segue sua argumentação retomando a recente história do Brasil marcada pelo "milagre econômico" da ditadura militar, que apenas favoreceu uma pequena parcela da elite aristocrática brasileira, ou, nos termos de Netto (1998) tal fato marcou o ciclo da autocracia burguesa. Souza (2000), ainda desafia:

"Com efeito, para quem de fato quiser levar a sério a convicção de que o termo "desenvolvimento", no essencial, e devidamente despido de sua carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalistófila), deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, o reducionismo embutido na idéia de "desenvolvimento econômico" precisa ser energeticamente recusado" (Souza, 2000: 18)

Ainda que concordemos com esses argumentos, acreditamos que não se trata de resolver o problema com a superação abstrata do conceito, ou *reformular* o

“Desenvolvimento Econômico”, substituindo “o Econômico” por “Sustentável”, “Local”, ou qualquer outro adjetivo abstratamente (ainda que seja um termo ideológico), tal como querem alguns autores, pois o modo de produção capitalista, ainda que tenha ganhado novos contornos, possui a mesma base de (re) produção e exploração. *Assim, pensamos ser salutar estabelecer uma crítica à crítica do desenvolvimento econômico.* Ou seja, trata-se de contextualizar que a crítica comumente atribuída ao desenvolvimento econômico propõe ajustes ao capitalismo e não à sua superação⁷⁸. Sobre a presente questão corroboramos com as análises de Arlete Moysés Rodrigues⁷⁹ quando indaga:

“No atual momento histórico em que a crise ambiental põe em destaque contradições da produção social do espaço, em que o ideário do desenvolvimento é predominante, o conceito de desenvolvimento sustentável parece jogar uma cortina de fumaça sobre estas contradições, pois não propõe alterações nos modos de produzir e pensar dominante”.
(Rodrigues, 1998: 57)

Barbosa e Miotto⁸⁰ (2007) ao elaborarem alguns elementos para o debate sobre o *Desenvolvimento Local*, apontam para o que também desenvolvemos:

“Considerando as influências dos ditames irradiados da economia global para a esfera local, pretendemos analisar até que ponto há autonomia na atuação dos agentes visando o desenvolvimento local e endógeno”.

Assim, indagamos: *é possível estabelecer uma relação de concordância entre o “substantivo” Desenvolvimento – com toda sua carga histórica e política – ao adjetivo Local? Dessa forma, a questão é: Quais são os fundamentos históricos, teórico-metodológicos, políticos e ideológicos do Desenvolvimento Local?*

⁷⁸ Retomaremos a questão mais adiante.

⁷⁹ Rodrigues, Arlete Moysés. *Produção e Consumo do e no Espaço*: Problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁸⁰ Barbosa, Rafael K. & MIOTO, Beatriz. “O Desenvolvimento Local em Perspectiva: Explorando alguns ângulos do debate”. In. VI Semana de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2007.

Verificamos ainda que o desenvolvimento semanticamente analisado remete à ideia de crescimento, progresso, em última instância de superação. Quando não existe ou está em construção, remete à sua negação. Na literatura recente sobre Gestão Pública, Ciências Políticas, Sociologia Urbana, Economia Política, entre outras correlatas, o Desenvolvimento sempre está atrelado ao campo que se pretende modificar.

Francisco de Oliveira (2001) ao debater acerca das questões que envolvem as noções sobre a busca por uma definição do conceito de *Desenvolvimento Local*, inicia seu estudo abordando a questão e esclarece algo que em nossa pesquisa subscrevemos:

“Poderíamos gastar bastante tempo para buscar as raízes etimológicas de desenvolvimento, mas essa aproximação não tende a render muito. Por isso, é melhor nos aproximarmos pela via do uso mais corrente. Esta é profundamente assimilada à noção de desenvolvimento econômico que ficou muito em moda nas décadas anteriores, hoje substituída no discurso dominante por crescimento. Evita-se, assim, uma certa impregnação qualitativa da noção anterior; uma vez mais, a disputa no campo semântico apresenta-se como uma arena da política e da hegemonia ideológica que não se pode desconhecer. Há já algum tempo, a ONU vem tentando recuperar a carga semântica do termo, com o índice de “desenvolvimento humano”, no qual as dimensões qualitativas adquirem dominância”. (2001: 11).

Diante de tais problematizações faz-se necessário recuperar duas questões já mencionadas sobre a perspectiva de centralizar o debate na busca dos fundamentos do *Desenvolvimento Local*, ou seja, quando afirmamos que é necessário *estabelecer a crítica da crítica do Desenvolvimento Econômico* e relacionar essa ao antigo conceito de subdesenvolvimento (teoria de Furtado) *verificamos que em verdade o que os críticos tem feito é (re) significar categorias analíticas sem respaldo na realidade*. Vejamos a base argumentativa das formulações de Furtado (1974):

“A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”. (Furtado, 1974: 16 grifos do autor)

Dessa maneira, a constatação de Furtado sobre o mito do desenvolvimento, afirma que é ilusório acreditar que os países com processos industriais tardios jamais atingiriam os patamares de desenvolvimento dos países industrializados. Parece salutar recuperar o método analítico e remeter ao *Desenvolvimento Local*, ou seja, se basearmos nas formulações furtatianas e ainda, se recuperamos a ideia do desenvolvimento desigual e combinado de Marx e aprofundado por Lênin, verificamos que teoricamente o *Desenvolvimento Local* presta-se a restabelecer o mito, isto é, poderíamos parafrasear Furtado afirmando ser necessário desvendar o *Mito do Desenvolvimento Local* que tem suas raízes na formação ideológica do progresso – neste caso, progresso local⁸¹ – em consonância com o desenvolvimento global.

Percebemos ainda que existe uma tendência forte no campo do *Desenvolvimento Local*, no qual a justificativa do quão necessário esse modelo se torna na contemporaneidade estabelece várias críticas às análises dos economistas do pós-guerra, afirmando que eles se restringem a defender o modelo de

⁸¹ “Aniquilam-se nessas abordagens localistas todas as possibilidades de tratamento adequado das heterogeneidades estruturais dos países subdesenvolvidos. Tais países vivem situações de extrema assimetria entre suas porções territoriais, correndo riscos de desembocar em processos de fratura, inclusive federativa. Nesse sentido, é preciso pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro desenvolvimento nacional” (Brandão, 2007: 50).

desenvolvimento econômico, ou ainda o desenvolvimentismo do pós-guerra, que tinha como centralidade o crescimento econômico com base na renda per capita (PIB). Para os economistas e críticos contemporâneos⁸² esse modelo foi um fracasso, pois aumentou a disparidade entre os países, e mais, aumentou a pobreza mundial – discurso que impregnou as análises em meados da década de 1990 –, assim a ideia motriz baseia-se na substituição do modelo de desenvolvimento econômico por *modelos alternativos*, ou seja, ao invés do “perverso e desumano” desenvolvimento econômico, investe-se no *Desenvolvimento Local*, ou, como já apontamos, acrescentando-lhe qualquer outro adjetivo mais aceitável e maleável do ponto de vista ideológico e consensual. Dessa maneira, parece existir uma espécie de pensamento único nas formulações contemporâneas de desenvolvimento na busca pela humanização das relações do capital e o grande pacto entre as classes sociais por um desenvolvimento mais humano – nesse sentido, a ideia de *Desenvolvimento Local* torna-se uma formulação defensável por todos.

Desse modo, justificamos a necessidade de estabelecer uma crítica à crítica do desenvolvimento, e ao buscar as raízes fundamentais desse processo nos deparamos com as formulações de Amartya Sen⁸³ sobre as teses do Desenvolvimento Humano e Social. Sen transformou-se numa espécie de “guru” do combate à pobreza mundial. Ele ficou conhecido após ganhar o prêmio Nobel de Economia, “revolucionando” as análises e índices econômicos na virada do século XX para o XXI. Contudo, Rocha (2010) e Sawaya (2010), embora reconheçam a importância do acréscimo dos elementos sociais nas análises, criticam as teses de Sen, principalmente no tocante ao ineditismo da questão, pois para eles Sen “nada mais fez do que recuperar as teses de Adam Smith, ou seja, um liberalismo clássico⁸⁴ fora de época⁸⁵”.

⁸² Estamos denominando de economistas e críticos contemporâneos aqueles que defendem as teses do Desenvolvimento Humano e Social, ou seja, o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) nos patamares das formulações da ONU.

⁸³ Adiante voltaremos a essa questão.

⁸⁴ Ver Netto e Braz (2006).

⁸⁵ “Portanto, toda a lógica teórica de Sen caminha no sentido da lógica de liberdade do indivíduo isolado em sua própria condição de existência, reafirmando a tradicional concepção Smithiana, na qual o homem econômico tem uma personalidade dual e, como agente econômico (ampliando um pouco esse conceito em relação a microeconomia), livre, define o perfeito funcionamento dos mercados, local onde os indivíduos trocam seus trabalhos particulares, transformando o interesse egoísta individual em benefício social. Dar condição de existência básica a esse homem econômico é, portanto, a chave para a promoção do desenvolvimento via mercado. Assim, é possível concluir, como o fazem os organismos multilaterais, que promovendo a igualdade de

Aprofundam ainda a crítica ao afirmarem que no atual momento histórico do capitalismo de estrutura neoliberal, faz-se necessário verificar a quem de fato interessa as formulações de Sen, posto que o autor se refere à condição humana da liberdade⁸⁶, e por sua vez não a condiciona à questão da propriedade privada. Observemos:

“(...) (Sen) defendendo princípios presos em uma concepção de natureza humana e a uma realidade histórica tão distante, tem-se a impressão de que se está diante daquele tipo de ciência que ‘arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de premissas aceitas axiomáticamente, tudo o mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade’” (Arent, 1996: 523 *apud* Sawaya, 2010).

Por fim, temos ancorado nossas reflexões nas bases que deram sustentação ao projeto civilizatório moderno de emancipação humana – duramente golpeado pela burguesia⁸⁷. Nossa crítica à crítica do desenvolvimento tem o eixo condutor fundado nesse processo, ou seja, a questão não é simplesmente atribuir formas mais “humanas” ao desenvolvimento econômico, ainda que esses sejam importantes elementos. A real formulação crítica deve ser aquela em que se perceba

condições mínimas de existência, como livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, estão dados os elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados. Assim estaria garantido o desenvolvimento. ‘O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente’ (Sen, 2000:10). ‘Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros’ (Sen, 2000: 26)” (Sawaya, 2010).

⁸⁶ “Por isso que Marx demonstra que a questão central não está relacionada à propriedade privada como propriedade sobre bens, mas a propriedade como elemento constitutivo da apropriação da vida humana, como alienação do homem a um outro, como tornar-se um ser para outro e não para si. Por isso, como forma de emancipação humana, defende ‘a superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana... (Marx, 1985: 9). Vê isso como único elemento constitutivo da liberdade” (Sawaya, 2010).

⁸⁷ A mais célebre das análises desse processo pode ser verificada em Marx e Engels na seminal obra “Manifesto do Partido Comunista”. Netto (2006) ao descrever os pressupostos da teoria social de Marx, retoma o processo da Revolução Burguesa do século XIX destacando sua contradição no processo emancipatório humano. Assim, ele aborda: “A contradição é real: a sociedade burguesa, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão. Quer dizer, simultaneamente à chance de uma teoria social verdadeira, que apanhe o caráter e a dinâmica da sociedade, coloca-se o conjunto de mecanismos que o obstaculizam” (2006: 17).

que, seja como for, o capitalismo (re) inventa formas de manter seu projeto ideológico de dominação.

"É indiscutível os benefícios da solução dos problemas básicos das pessoas, principalmente as mais pobres, para melhorar a sociedade capitalista. Saúde, educação, moradia digna, alimento para evitar a fome são elementos essenciais, ainda mais em uma sociedade que cria problemas que não são passíveis de solução via mercado. (...) O autor (Sen) aponta, e tem razão, em alguns aspectos importantes. Dar as condições mínimas de existência às pessoas – que não pensam nada além do que em suas privações e necessidades, que têm fome e por isso não conseguem pensar em outra coisa – é criar a possibilidade de transformá-las para que se tornem pessoas capazes de interferir em seu próprio destino, principalmente se elas conseguirem o suficiente para ter uma real compreensão do funcionamento do mundo em que vivem. Assim, quem sabe, elas teriam o mínimo para lutar por um modo de produção menos excludente, que as considere como pessoas sensíveis e não como objeto apropriável por outros – obrigadas a se alienar à outro para garantir sua existência social –, e que lhes dê liberdade no sentido amplo de permitir o "gozo humano", libertando os sentidos da necessidade prática (Marx, 1985: 12), uma liberdade real e não uma liberdade mínima como a defendida por Sen. Essa 'liberdade' defendida por ele (Sen) no fundo não passa de um direito básico inalienável do cidadão criado nos tempos em que se imaginava o capitalismo um modo de produção libertador, como pensava Smith. Era libertador, mas da servidão, da escravidão e da tirania. Hoje a questão é a libertação do totalitarismo de um falso mercado tido como justo". (Sawaya, 2010)

2.1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SÉCULO XX: AS RESPOSTAS DO CAPITALISMO ÀS SUAS CRISES⁸⁸

Como afirmamos, nossa proposta em desvendar os fundamentos do *Desenvolvimento Local* não parte de uma perspectiva de análise endogenista do termo, ou seja, nossa compreensão é que somente chegamos aos reais aspectos de tal proposta, inserindo-a no movimento real da sociedade, para isso, é necessário um mergulho na história do próprio desenvolvimento do capitalismo no século XX.

Eric Hobsbawm⁸⁹ (1995) relatou em sua célebre obra, *Era dos Extremos: o Breve Século XX*, o conjunto de contradições que marcaram esse que foi sem dúvida, um dos séculos mais turbulentos na história da humanidade. Foi um período marcado por variadas guerras: políticas e econômicas, religiosas e fundamentalistas, territoriais e mundiais-globais. Constituiu-se num largo período de matança por todo o planeta – a humanidade conviveu lado a lado, com o profundo avanço tecnológico – de ampliação “fenomenal” das forças produtivas, e com as mais vis e brutais formas de opressão contra aqueles que apenas dispõem de sua força de trabalho para se reproduzir.

Para Hobsbawm, o século se abre em 1914 com o início da primeira grande Guerra Mundial e fecha em 1991 com o fim da União Soviética. Nosso objetivo aqui não é apresentar uma síntese dessa intensa quadra histórica, mas buscar nas transformações do capitalismo desse período e as possíveis relações com nosso objeto de pesquisa.

David Harvey⁹⁰ (2005) ao analisar os processos de reestruturação do capitalismo descreve que “se houve alguma transformação na economia política do

⁸⁸ “Ao examinar as teorias da crise, é preciso distinguir as crises gerais, que envolvem um colapso generalizado das relações econômicas e políticas de reprodução, das crises parciais e dos ciclos econômicos, que constituem um traço regular da história do capitalismo. Na produção capitalista, o desejo individual de lucro colide periodicamente com a necessidade objetiva de uma divisão social do trabalho. As crises parciais e os ciclos econômicos são apenas o método intrínseco ao sistema de reintegrar esse desejo e essa necessidade. Quando o sistema é saudável, recupera-se rapidamente de suas convulsões. Quanto menos sadio for, porém mais prolongadas se tornam as convalescenças, mais anêmicas as recuperações e maior a possibilidade de que ele ingresse numa longa fase de depressão” (Bottomore, 2001: 85).

⁸⁹ Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991*. Trad. Marcos Santana; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹⁰ Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança” (p. 120). Dessa forma, desenvolve uma análise a partir da emergência do fordismo, dividindo-a em dois períodos, ou seja, um período entre guerras – 1914 a 1945 e outro que vai de 1945 a 1973 – com a consolidação e ampliação dos mercados mundiais. Ao demonstrar as transformações Harvey sintetiza:

“O que havia de especial em Ford (e que, em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada modernista e populista”. (2005: 121)

Com isso, Harvey evidencia que “Ford (...) fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade” (p. 122).

O sistema de produção fordista “atravessou” um dos mais significativos períodos da história mundial recente, foi quase meio século na busca por estratégias para o enfrentamento das crises, desse que é sem dúvidas um sistema extremamente instável e mutável. Da passagem da grande recessão da década de 1930 às constantes ameaças do “medo” comunista do pós-1945, o capitalismo (através de seus agentes públicos e privados) precisou se redesenhar e renovar seus métodos. O pacto keynesiano trouxe ao conjunto da classe trabalhadora, paradoxalmente, as mais significativas conquistas no campo social. Nas palavras do autor:

“O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. É

nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução". (Idem: 124)

Não cabe a nós nesse trabalho analisar profundamente os impactos do keynesianismo e a generalização das políticas sociais⁹¹, entretanto, já sinalizamos que aqui reside um elemento central que será aprofundado mais adiante⁹², e que compõe nossas reflexões, ou seja, compreender as contradições expressas nas conquistas keynesianas (ampliação das políticas sociais) paralelamente aos seus entraves às lutas da classe trabalhadora faz-se extremamente relevante nesse contexto. Behring e Boschetti, (2006) ao apresentarem os elementos históricos desse processo descrevem:

"Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. A condução desse pacto pelos grandes partidos social-democratas constituídos desde fins do século XIX, com seu projeto de reforma do capitalismo e não de revolução, também tempera o ambiente sindical e operário nesse período. E, por fim, tem-se o forte isolamento da esquerda revolucionária, para o que em muito contribuíram os destinos do socialismo realmente existente, da chamada III Internacional, e a Guerra Fria". (2006: 89)

Ainda, segundo as autoras:

⁹¹ Um estudo aprofundado desse processo pode ser encontrado em Behring, Elaine; Boschetti, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

⁹² No segundo capítulo desenvolveremos uma reflexão sobre as políticas sociais, lutas sociais e questão social na perspectiva do *Desenvolvimento Local*.

“Segmentos inteiros da classe trabalhadora perdem sua identidade com o projeto socialista, sobretudo após 1956, quando são conhecidos os crimes de Stálin, na então União Soviética (Anderson, 1976). Essa derrota histórica e a capacidade de regeneração do capitalismo com base no keynesianismo-fordismo constituem os processos que dão fôlego aos “anos de ouro” do capital. Contudo, estes tiveram duração limitada e formaram processos historicamente situados, cujo esgotamento viria a partir da segunda metade dos anos 1960. Resultou desse conjunto de determinações a possibilidade político-econômica e histórica do Welfare State”. (Idem: 89)

Nesse quadro, o fordismo se desenvolveu e se “alastrou” para outros países, sobretudo para nações empobrecidas (posteriormente, veremos quão dramático foi esse processo no contexto brasileiro), contudo, como é “genético” ao capitalismo, há uma presença constante de crises. Bottomore (2001) ao descrever esse processo afirma que “na produção capitalista o desejo individual do lucro colide periodicamente com a necessidade objetiva de uma divisão social do trabalho. As crises parciais dos ciclos econômicos são apenas o método intrínseco ao sistema de reintegrar esse desejo e essa necessidade” ⁹³ (p. 85).

E ainda, como descreve Antunes⁹⁴ (1999) “com o encerramento do período expansionista do pós-guerra presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros” (p. 32). Também a partir de Antunes cabe apontar:

“De fato a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos (...) mencionados. Era também a manifestação, (...), tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da

⁹³ Em Marx, *O Capital - Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Volume III – Tomo 1. Essa discussão está vinculada à expressão da “*tendência decrescente da taxa de lucro*”. Sobre isso ver Netto e Braz (2006).

⁹⁴ Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

incompatibilidade do sistema de metabolismo do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa”. (1999: 31)

Como consequência e resposta à crise do binômio taylorismo e fordismo o capitalismo necessitou de uma reestruturação de sua forma de acumulação e regulação (Antunes, 1999). Esse novo processo marcou o último triênio do século XX, e com isso o capitalismo no século XXI ganhou novos contornos que necessitam ser compreendidos em sua totalidade⁹⁵. Para Harvey (2005) o problema estava centrado na “rigidez” do modelo, ou seja, sustentar essa formulação já não era mais possível aos capitalistas. A partir dessa análise o autor vai propor uma nova forma de avaliação desse complexo e novo sistema. Vejamos sua definição:

“A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (...) A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo”. (2005: 140)

⁹⁵ “Os episódios relacionados às duas guerras mundiais, na primeira metade do século XX, e a depressão de 1930 marcaram a ruptura com o velho padrão liberal de hegemonia britânica, substituída por um novo modelo de relações sob supremacia norte-americana” (Gaspar, 2009: 31).

A acumulação flexível como nova forma de organização da produção foi baseada no modelo japonês, o toyotismo⁹⁶, cuja produção trouxe profundas mudanças não apenas para o campo da produção, como também alterou significativamente o campo da reprodução da força de trabalho. Aqui nos interessa compreender que esse conjunto de mudanças, além de alterar significativamente as relações do trabalho, trouxe para o campo das políticas sociais novas formas de regulação. Diante de tais constatações e como forma de síntese das argumentações até aqui apresentadas, apontamos alguns elementos que sustentam nossas hipóteses, ou seja, a vinculação entre *Desenvolvimento Local* e o contexto da reestruturação produtiva.

Conforme descrevemos acima, a reestruturação produtiva do capitalismo a partir do início da década de 1970⁹⁷ se expressa como um conjunto de reformas e ajustes necessários para atender aos interesses do grande capital e de sua reprodução – trata-se de uma nova forma de organização da força de trabalho. Nesse contexto, a contradição capital trabalho – a partir da qual é compreendida a *Questão Social* – ganham novíssimas expressões que alargam o quadro das necessidades e paralelamente as reivindicações por parte da classe trabalhadora. *Nesse contexto de reformulações, uma proposta nos moldes do que já*

⁹⁶ “O toyotismo ou o “modelo japonês” pode ser entendido, resumidamente, como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, no pós-Segunda Guerra, sendo que basicamente ela se diferencia (em maior ou menor intensidade) do fordismo nos seguintes traços: 1) é uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda; 2) é variada e bastante heterogênea e diversificada; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade e flexibilidade de funções, na redução das atividades *improdutivas* dentro das fábricas e na *ampliação e diversificação das formas de intensificação da exploração do trabalho*; 4) tem o princípio *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque, que no toyotismo deve ser mínimo. Enquanto na fábrica fordista 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo e transfere a ‘terceiros’ grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela” (Antunes, 1999: 230-231 – grifos do autor).

⁹⁷ Netto e Braz (2006) ao caracterizarem a crise dos anos 1970, período que estão denominando de “capitalismo contemporâneo” esclarecem: “Com efeito, a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à de setenta, pôs fim aos ‘anos dourados’ levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais” (Netto; Braz, 2006: 211).

*caracterizamos como Desenvolvimento Local (focalização e precarização) "cai como uma luva" às necessidades do projeto neoliberal*⁹⁸.

Nesse momento histórico o Estado-Nação assume novos contornos e sua função "progenitora" de regulação das relações do mercado ganham relevância significativa, e desse modo, ao contrário do que se pensa, ele não pode ser mínimo – é inclusive um equívoco político e ideológico pensar dessa maneira⁹⁹. "Considerando-se que o Estado tem um papel sumamente importante na distribuição da renda via fisco, regulação dos mercados, e subsídios ou promoção de certos setores ou políticas de longo prazo, sua efetividade 'requer um Estado forte e capaz, não raquítico'" (PNUD, 2004: 193 *apud* Gaspar, 2009: 35).

No Brasil (bem como em toda a América Latina) todo esse processo¹⁰⁰ foi ainda mais intensificado. Nosso sistema de regulação social, a Constituição de 1988, ainda era muito frágil quando o país foi entregue de bandeja a esse novo modelo. O país recém saído de uma ditadura de 20 anos, ainda construía sua democracia quando o neoliberalismo "*levou de assalto*" um conjunto de conquistas que estavam

⁹⁸ Abaixo faremos uma caracterização do neoliberalismo como forma de expressão do projeto pós-moderno. Por ora, nossa referência está baseada na contextualização da filósofa Marilena Chauí: "O que conhecemos com o nome de neoliberalismo é a economia política proposta por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, em torno do austríaco Hayek e do norte americano Milton Friedman. Ao término da Segunda Guerra, esse grupo opunha-se encarniçadamente à instalação da social democracia em países como Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca e Alemanha, sendo portanto, contrário ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano, bem como à política norte-americana do New Deal" (2007: 311).

⁹⁹ No ano de 2008, com maior expressão em 2009, o mundo vivenciou a abertura de uma nova crise mundial do capitalismo – uma crise de proporções nunca antes vista na história da humanidade. Chegou-se a cogitar o fim do capitalismo. O interessante aqui é sinalizar o papel que o Estado Norte-Americano desempenhou nesse processo, foi ele quem "socorreu" os mercados e a economia mundial, afetando evidentemente a vida de trabalhadores de todo o mundo. A Revista Época de outubro de 2008 publicou gráficos com dados alarmantes sobre o volume de capital que foi entregue para garantir a "estabilidade" dos mercados. Foi gasto num único dia o montante de 850 bilhões de dólares – para dar a dimensão da magnitude –, e a revista destacou em "espécie" o que era possível "pagar" com esse dinheiro. Vejamos: "pelo câmbio da semana passada daria para pagar R\$ 9.332,17 para cada brasileiro; isentar todos os brasileiros, e todas as empresas brasileiras de todos os tipos de impostos durante um ano e dez meses; oferecer Bolsa-Família a todas as famílias chinesas durante sete anos; criar o 14º país em PIB segundo o ranking do BIRD, ficaria abaixo da Coreia do Sul; e ainda, comprar 6.813 jogadores como o Kaká o mais caro do mundo" (Revista Época: 6 de outubro de 2008).

¹⁰⁰ A gênese desse processo na conjuntura brasileira pode ser apreendida a partir da caracterização realizada por Netto (1998) quando constrói uma leitura histórica baseada na tese de que a ditadura brasileira expressou um golpe da aristocracia burguesa brasileira, defendendo seus interesses na formulação de um projeto de desenvolvimento que foi adotado no país a partir da década de 1950, contudo, tendo suas origens na própria formação da República.

por ser construídas (elaboração das leis de regulamentação). Esse quadro deixou de herança para o novo século que se abria uma dramática conjuntura social e política.

CAPÍTULO II

TENDÊNCIAS EM DEBATE: A LUTA PELA HEGEMONIA¹⁰¹

¹⁰¹ No Serviço Social brasileiro a referência de maior expressão sobre o tema “hegemonia” pode ser verificada em Simionatto, Ivete. *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

1. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE: OS CAMPOS EM DISPUTA

Tá relâmpiano, cadê neném?
 Tá vendendo drops no sinal para alguém
 Tudo é tão normal, todo tal e qual,
 Neném não tem hora para ir se deitar
 Mãe passando roupa do pai agora,
 De outro caçula que ainda vai chegar,
 É mais uma boca dentro do barraco,
 Mais um quilo de farinha do mesmo saco
 Para alimentar o novo João ninguém
 A cidade cresce junto com neném.

(Lenine/ Paulinho Moska – Relâmpiano – II Parte)

Conforme descrevemos no início desse trabalho, temos como objetivo buscar os fundamentos do *Desenvolvimento Local* através de experiências concretas. Para tanto, assinalamos também, de forma introdutória, nossa proposta em compreender as *várias linhas no debate sobre o Desenvolvimento Local, agrupando-as, provisoriamente, em duas possíveis tendências que denominamos como campos de disputa*. Tendências essas que expressam no campo prático, teórico e político, determinadas *matrizes ideológicas e políticas diferenciadas*. Verificamos que existe – ainda que no discurso – certa disputa ideológica na formulação teórica do conceito, ou seja, cada campo atribui uma caracterização específica para o *Desenvolvimento Local*. No entanto, embora sejam diferenciadas, ao aprofundar a análise ou ainda ao buscar as essências dos fenômenos, verificamos que estas fazem parte de um mesmo conjunto de propostas de enfrentamento à pobreza mundial restrita ao modelo societário vigente, isto é, ainda que com enfoques diferenciados, as propostas de *Desenvolvimento Local* – em qualquer campo – são “ajustamentos”¹⁰² aos antagonismos do capitalismo em seu estágio maduro.

¹⁰² Essa concepção de “Ajuste” foi evidenciada por Pedro Arantes em sua dissertação de mestrado ao se referir às políticas das agências multilaterais nas cidades latino-americanas. Ele assim define: “Como a palavra ‘ajuste’ denuncia, trata-se tanto no plano conceitual quanto no das políticas adotadas, de uma formação reativa de conformidade, como é da natureza passava de todas as adaptações a uma situação de fato. Lidamos, enfim, com um dos capítulos fundamentais da

Dada a complexidade da questão, também verificamos que dentro de uma mesma tendência existe um conjunto de diferenciações que explicitamos como forma de demonstrar as contradições presentes nesse campo.

Construímos inicialmente um breve quadro (Quadro 05) que expressa as duas tendências que analisamos, bem como os critérios que utilizamos para tais aproximações. De partida, sinalizamos que embora estejam em campos diametralmente opostos, *por vezes é notável* – no campo político, prático e fundamentalmente no campo teórico – uma relativa unidade na caracterização e debate de tais tendências.

Conforme descrevemos também no início (e aqui fazemos questão de sublinhar) não verificamos expressivos diferenciais teóricos e antagônicos – há elementos teóricos que se combinam e confundem as posições – nas concepções contidas na referidas Tendências sobre o *Desenvolvimento Local*, ainda que existam claras e evidentes diferenciações nas práticas políticas. Assim, as separamos¹⁰³ como forma de aprofundar a análise crítica de suas formulações. Também como modo de aprofundar o debate, selecionamos alguns autores significativos¹⁰⁴ que expressam e representam em nossas análises as tendências sobre as quais refletimos.

institucionalização da nova ordem mundial, que sepultou o ciclo desenvolvimentista do pós-guerra” (Arantes, 2004: 11).

¹⁰³ Não é nossa intenção nesse trabalho construir tipificações fechadas e abstratas sobre as presentes tendências. Nossa opção em separá-las justifica-se na medida em que auxilia na análise. Sinalizamos ainda que possa haver outras tendências por nós não abordadas.

¹⁰⁴ A escolha por esses autores não significa que pesquisamos apenas suas obras, ou ainda, que objetivamos estudos de casos; recorremos a outros autores durante as análises como forma de complementar e expor os argumentos.

QUADRO 5

Quadro Comparativo das Tendências

DESCRIÇÃO	TENDÊNCIA 1 Campo Hegemônico: Neoconservadorismo pós-moderno	TENDENCIA 2 Campo Contra-hegemônico: As Lutas Sociais
Caracterização do <i>Desenvolvimento Local</i>	Estratégias de Desenvolvimento com parceria público privado.	Propostas de Desenvolvimento Sustentável. Otimização dos recursos naturais.
Base Ideológica	Neoconservadorismo.	Outro Mundo é possível.
Propostas	Combate à pobreza por meio da responsabilização individual.	Construção de alternativas ao capitalismo.
Quem defende	Augusto de Franco, Agências Multilaterais.	Samir Amin, François Houtart Movimentos Sociais e outros.
Referencial Teórico	Amartya Sen, Putnam.	Autores do campo crítico.

Nesse sentido, aliando as reflexões feitas anteriormente àquelas que desenvolvemos no âmbito das duas Tendências, não é demais explicitar os rumos da pesquisa mesma. Dessa maneira, *compreendemos o Desenvolvimento Local através das formulações presentes em duas Tendências diferenciadas que expressam o debate em torno das suas concepções, buscando ao mesmo tempo, esboçar seus fundamentos enraizados na estrutura da sociedade capitalista. Nosso objetivo na análise do material pesquisado é buscar as interpretações dos autores, levantando elementos que dêem suporte à formulação das diferenças presentes nessas Tendências.*

1.1. CAMPO HEGEMÔNICO: TENDÊNCIA OFICIAL – NEOCONSERVADORISMO PÓS-MODERNO

"Ao contrário do que se acredita, a pobreza não é um problema puramente econômico, de falta de crescimento, nem é um problema de falta de oferta de crescimento, nem é um problema de falta de oferta eficiente e suficiente de serviços estatais. A pobreza, em sintonia com o que nos disse Amartya Sen, é falta de capacidade de desenvolver potencialidades e, poderíamos acrescentar, de aproveitar oportunidades".

(Franco: 2002, 38)

Estamos denominando de *Tendência Oficial: Neoconservadorismo Pós-moderno*¹⁰⁵ a posição defendida pela ONU/PNUD, por instituições e agências multilaterais (BM, FMI, UE, entre outras), além de técnicos (representantes do setor público e privado), teóricos e agentes políticos, que se baseiam principalmente em uma "*aparente crítica*" ao modelo de desenvolvimento econômico do último século¹⁰⁶, fundamentada na "célebre" formulação de Amartya Sen¹⁰⁷ sobre os índices de desenvolvimento social e humano, e, conseqüentemente na busca por estratégias de "superação" da extrema pobreza mundial¹⁰⁸. Para tal tendência, o atual modelo

¹⁰⁵ O "Neoconservadorismo Pós-Moderno" também foi utilizado pela assistente social Josiane Soares Santos na sua dissertação de mestrado, posteriormente, transformada em livro. Santos, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

¹⁰⁶ Mais adiante retomaremos a presente questão. Conforme já sinalizamos, existe no discurso dos "propositores" do Desenvolvimento Local (neste campo) a formulação de que o desenvolvimento econômico gerou o agravamento da pobreza e da desigualdade, contudo, esses mesmos "críticos" não mencionam que esse fenômeno, ou seja, a excessiva concentração de riqueza é parte desse processo capitalista monopolista. Nossa hipótese é que a "pretensa" crítica é parte e estratégia da justificativa por um modelo mais "flexível" (tese de Harvey) também na formulação das políticas sociais.

¹⁰⁷ Conforme já mencionado, Sen, economista indiano, consultor do BM, ficou internacionalmente conhecido por ter ganhado o prêmio Nobel de economia em 1998 com formulações sobre Desenvolvimento Humano. No Brasil seu livro mais divulgado é *Desenvolvimento como liberdade*. Embora muito aclamado por técnicos e especialistas nas áreas das políticas sociais, seu discurso foi enfaticamente questionado por Sawaya, que corrobora a nossa análise sobre a presente tendência. Ele afirma que: "O que Sen faz é a recuperação da lógica liberal Smithiana de desenvolvimento. Recoloca assim a idéia de que este só é possível através da atuação de indivíduos agentes livres de privações básicas que lhes tolhe as capacidades de encontrar, no mercado, também livre, as oportunidades para levarem a vida que lhes convém. O que se argumenta é que, apesar de importante a idéia de eliminar privações individuais, isto não resolve o problema da inserção no indivíduo num mundo regido pela acumulação de capital, muito distante do mundo imaginado por Smith de indivíduos que produzem e trocam seus trabalhos privados no mercado livre" (Sawaya, disponível em: <http://www.lead.org.br/article/view/388>).

¹⁰⁸ Tais formulações ganharam ênfase após o ano 2000 com os chamados objetivos do milênio, num encontro que reuniu 147 chefes de Estado, totalizando 191 países, com objetivo de

de desenvolvimento econômico não apresenta uma alternativa ao enfrentamento da pobreza mundial, ao contrário, ele é seu causador. No entanto, verificamos que existem matizes dentro dessa mesma tendência (ainda que não antagônicas) que são problematizadas no decorrer da análise.

Com o objetivo de clarificar nossas apreensões sobre o que estamos considerando como Neoconservador Pós-moderno utilizamos a referência de Chauí segundo a qual o neoliberalismo é conservador, e ainda que, o pós-moderno é a ideologia do neoliberalismo. Portanto, para nós o neoconservadorismo é uma expressão do pensamento do neoliberalismo contemporâneo. Segundo Chauí (2007) a ideologia neoliberal pós-moderna tem as seguintes características:

“(...) substitui a lógica da produção pela circulação (os micropoderes e o nomadismo da singularidade) e por isso substitui a lógica do trabalho pela da informação (a realidade como narrativa e jogos de linguagem) e, como consequência, substitui a luta de classes pela satisfação-insatisfação do desejo.” (2007: 328)

Além disso, se caracteriza pela negação das propostas e características da modernidade, portanto, da perspectiva de totalidade afirmando a fragmentação da realidade, valorizando o privado em detrimento do público. Caracteriza-se ainda pela fabricação de mitos, pela afirmação do fim da história e das classes sociais, pela afirmação do presente.

O neoliberalismo é conservador segundo Chauí (1992) porque ao afirmar a centralidade do mercado e privatizar as relações sociais, despolitiza a sociedade, a noção de direitos sociais, desresponsabiliza o Estado de suas funções públicas, desmobiliza as lutas sociais, e mais, individualiza e despolitiza a *Questão Social*. A autora aprofundando a análise aponta que:

construir metas para o novo milênio. O site da comissão do Brasil descreve: “Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo. Sendo eles: acabar com a fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a aids, a malária e outras doenças, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento”. (<http://www.objetivosdomilenio.org.br/index.asp>)

"No Brasil, o pós-modernismo cai como uma luva. De fato, a política neoliberal é conservadora, contrária aos direitos sociais e civis, contrária aos movimentos sociais e à divisão dos poderes. Se cai como uma luva num país como o nosso é porque a sociedade brasileira sequer chegou aos princípios liberais da igualdade formal e das liberdades e muito menos aos ideais socialistas da igualdade econômica e social e da liberdade política e de pensamento. (...) Assim, no ponto mais alto da contemporaneidade – o pós-modernismo –, encontramos uma formulação do público que veste perfeitamente a mais velha anacrônica tradição política brasileira. O chefe populista tem uma relação despótica com a sociedade (pai, "coronel", "doutor" competente, messias dos pobres e descamisados) e pode, agora ir recoberto com os paramentos do que há de mais moderno – aliás, pós moderno – quando fabrica sua imagem e seu poder com os recursos da publicidade pós-moderna". (1992: 387)

Dessa forma, denominamos e qualificamos a presente tendência como *Tendência Oficial: Neoconservadorismo Pós-moderno* por dois aspectos. Primeiramente, ao tratar como *Campo Hegemônico* buscamos compreender no contraditório processo em que se assenta o *Desenvolvimento Local* as disputas e tensões internas que configuram o campo de análise, ou seja, ao delimitar tendências percebemos que dentro de um mesmo agrupamento existem múltiplos aspectos ideológicos que os diferenciam. Desse modo, buscamos nesse ambíguo "campo de discursos" uma unidade que justifica o caráter de oficialidade. Nesse sentido, verificamos que embora não exista uma definição comum do que seja *Desenvolvimento Local* – nem mesmo entre as agências multilaterais –, conforme já apontamos, existe um "discurso usual", e de posse desse discurso na sua inter-relação com o poder das forças políticas que centralizamos os elementos comumente descritos nos documentos oficiais das organizações internacionais, bem como de seus "técnicos representantes" como Tendência Oficial, em um Campo Hegemônico e político.

O segundo aspecto que justifica a qualificação do termo (neoconservadorismo pós-moderno) exige maior grau de abstração, e conseqüentemente de aprofundamento teórico, pois se trata de descrever qual entendimento se tem por

neoconservadorismo e por pós-modernidade, e como ambos se combinam. Conforme já descrevemos na primeira parte desse trabalho, nossa pesquisa sobre o *Desenvolvimento Local* não se dá a partir da compreensão do conceito *por ele mesmo*, ou seja, os elementos que comprovam tal qualificação foram averiguados nas formulações teóricas existentes sobre o tema a partir de autores significativos. Assim, quando afirmamos que a tendência oficial traz elementos de um conservadorismo pós-moderno, significa que mostramos e problematizamos tais questões no diálogo com as afirmações dos autores desse campo. Significa também que a presente qualificação implica o método de análise por nós já apresentado (item 3 do capítulo 1), isto é, nossa apreciação crítica sobre a presente tendência pressupõe nossa opção política, bem como nosso referencial teórico de análise. Dessa forma, nossa compreensão sobre os elementos que compõem a análise sobre o neoconservadorismo e a pós-modernidade se assenta na defesa das conquistas humanas do projeto civilizatório moderno e, sobretudo, na crítica ao ideário pós-moderno dos últimos anos que traz o retorno de posições conservadoras para o campo ideo-político, as quais se expressam nas políticas sociais que marcaram o período neoliberal.

Verificamos ainda que os elementos que expressam a presente tendência são majoritariamente defendidos por todos aqueles que apostam no *Desenvolvimento Local*¹⁰⁹. Poderíamos ainda dizer que essa tendência expressa a versão oficial daquilo que ficou mundialmente conhecido como *Desenvolvimento Local*, isto é, *a inversão da lógica de Desenvolvimento Econômico "substituindo-a" e/ou complementando-a por iniciativas de âmbito local, baseando-se no Índice de Desenvolvimento Humano*¹¹⁰ (IDH), *através da melhoria da qualidade de vida das localidades*.

¹⁰⁹ Assim, veremos que os princípios presentes no debate dessa tendência também serão encontrados na tendência contra-hegemônica.

¹¹⁰ Aprofundando essa conceituação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revolucionou (*sic!*) em 1990 o debate internacional sobre desenvolvimento ao estabelecer o conceito de desenvolvimento humano. Com base nos estudos do economista indiano Amartya Sen, e partindo da pergunta de como seria possível medir o desenvolvimento de uma região ou de um país sem utilizar o PIB *per capita* como indicador, estabeleceu-se "uma metodologia que permite avaliar o desenvolvimento não apenas do ponto de vista do crescimento econômico, mas também pelo prisma de outras dimensões capazes de interpretar a realidade humana, como a longevidade e o nível educacional" (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998, p.5 *apud* Brose: 2000,29 – grifos do autor).

Tendo sua emergência na Europa a partir da segunda metade do século XX¹¹¹ e no Brasil mais extensivamente na década de 1990, o *Desenvolvimento Local* emerge do debate em torno das preocupações com a preservação do planeta¹¹² e a “erradicação da pobreza”, afirmando ser possível a ampliação da qualidade de vida das populações dos países mais pobres. Brose¹¹³ destaca a presente questão retomando-a partir do 1º Relatório de Desenvolvimento Humano:

“O primeiro relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil foi publicado em 1996, onde foram destacadas as desigualdades de gênero e de renda assim como as desigualdades regionais e suas principais causas. A abordagem utilizada foi inovadora ao tratar de questões prementes para o país – como, por exemplo, a sobrecarga sobre os recursos naturais, a conquista da cidadania, o acesso à Justiça e a transição demográfica – e suas implicações nas áreas de educação, saúde, emprego e meio ambiente”. (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998, p. 5 *apud* Brose, 2000: 29)

Assim, o debate que expressa a presente tendência e que problematizamos gira em torno do discurso ambientalista e mundialmente difundido através de termos cotidianamente conhecidos e trabalhados por gestores públicos, técnicos e acadêmicos ligados às Ciências Humanas e Sociais, e que em nossa análise precisam ser aprofundados, tais como: agenda 21, sustentabilidade, geração de emprego e renda, dentre outros. De acordo, ainda com Barth e Brose¹¹⁴, verificamos que a proposta é:

“No âmbito do conceito de *Desenvolvimento Local* o combate à pobreza passa a ser um objetivo integrado, firmemente interconectado com os

¹¹¹ Francisco de Oliveira (2001) assinala que as primeiras experiências bem sucedidas de Desenvolvimento Local ocorreram na Itália, posterior à segunda Guerra Mundial; descreve também os processos ingleses e norte americano ao se referir à temática trabalhada por *Alexis Tocqueville*.

¹¹² Daí decorre outro debate vinculado à referida tendência e igualmente oficial. Temos o Desenvolvimento Sustentável que se ocupa da maciça e legítima preocupação com a preservação dos recursos naturais e o “futuro” do planeta e da humanidade. Apesar de ser uma preocupação legítima, faremos mais adiante algumas ponderações sobre essa argumentação; fundamentamos nossas análises no debate da geógrafa e professora Arlete Moysés Rodrigues.

¹¹³ Brose, Markus. *Fortalecendo a democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

¹¹⁴ Barth, Jutta & Brose, Markus. *Participação e Desenvolvimento Local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

diversos outros elementos da qualidade de vida no âmbito de cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental e uso racional de recursos naturais e mobilização social.” (2002:27)

Diante do exposto e do universo da pesquisa, verificamos nas questões postas por Markus Brose¹¹⁵ a tônica do debate que alimenta parte daquilo que estamos denominando de “Tendência Oficial”. Podemos verificar nas questões apresentadas pelo autor uma das expressões de tal tendência, na medida em que integra “o discurso usual” do debate do *Desenvolvimento Local*, e afirma as posições presentes nas formulações da ONU.

Para Brose (2000), o *Desenvolvimento Local* é basicamente a promoção de qualidade de vida para as populações, seus livros descrevem majoritariamente experiências em regiões rurais do país¹¹⁶. Assim, ele descreve:

“As experiências (...) demonstram de forma eloqüente que a mudança para melhor, o desenvolvimento, depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer. Esta coletânea tem por base a conceituação de Putnam (1996), de que o desenvolvimento tem por base não o crescimento econômico, nem as obras públicas, mas a lenta e gradual formação de capital social. São as inter-relações horizontais entre os mais diversos atores sociais que caracterizam o capital social, a confiança mútua e a

¹¹⁵ Markus Brose escreveu cinco livros sobre o tema. Foi representante da CARE Brasil, além de um dos coordenadores da equipe de pesquisadores do Instituto Pólis no desenvolvimento da pesquisa “Controle de Políticas Públicas para o Centro de São Paulo”, supervisionou também a segunda etapa desse projeto desenvolvido pelo Instituto Pólis para avaliação do programa Nós do Centro, da qual fomos pesquisadora. Dessa forma, as considerações de Brose constituem uma chave metodológica que alia estudo, pesquisa e participação objetiva nas intervenções em programas e projetos da área que pesquisamos.

¹¹⁶ Como veremos, o Projeto Nós do Centro, é uma das poucas experiências de Desenvolvimento Local em um mega centro urbano. Apontamos aqui a necessidade de futura pesquisa e problematização sobre o tema, pois as experiências relatadas de DL são majoritariamente em cidades pequenas e ou/ localidades rurais. Tanto as experiências de Brose através dos convênios de cooperação internacional, como as de Franco com a metodologia DLIS, são descritas em cidades e/ou territórios pequenos. Essa foi inclusive uma das polêmicas do curso ministrado por Augusto de Franco para os Agentes de Desenvolvimento do EIS - Glicério. Ainda que não tenhamos dados concretos para comprovar a presente questão, esse parece ser o desafio para os propositores do DL. Brose ao citar as experiências no inteiro gaúcho afirma que: “O intuito aqui é ajudar o (a) leitor (a) a vislumbrar a riqueza do que existe em atividade no interior do estado, uma verdadeira revolução silenciosa que está em curso” (2000: 12).

organização que permitem a paulatina melhoria da qualidade de vida em um território aqui delimitado pelo termo 'local' (...) Também não se deve esquecer que o desenvolvimento local deve, por definição, promover a melhoria da qualidade de vida. O que no Brasil significa principalmente a redução da pobreza". (2000: 10-11)

Brose faz uma análise crítica dos modelos de desenvolvimento pautado no que ele chamou de "caráter tecnicista do desenvolvimento" e aponta um conjunto de limitações políticas para a aplicação do *Desenvolvimento Local*, dentre elas ele argumenta que:

"Se fosse possível promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza com medidas de caráter técnico, sem passar pelo tortuoso e demorado trabalho de fortalecer a cidadania e influenciar o cotidiano da política a favor da democracia e a verdadeira igualdade de direitos, isso certamente já teria sido feito. Mas, a realidade é mais complexa. Não basta apenas, por exemplo, estabilizar a moeda". (Idem: 19)

Assim, verificamos no discurso do autor considerações que julgamos pertinentes na análise conjuntural do "enfrentamento da pobreza" no país, contudo, todas as propostas estão limitadas às ações e formulações no âmbito local. Ele até sugere com base em Cohn (1998) um alerta sobre a restrição ao local "perdendo de vista a macro-economia", porém, conclui que: "não quer dizer que não se pode fazer nada, ao contrário, implica obter um maior grau de realismo e de focalização nas ações públicas de nível local" (Idem: 21-22). Vejamos a citação da autora mencionada:

"(...) é impossível para os governos locais enfrentarem as raízes estruturais da questão da pobreza e da desigualdade do país. Por mais que invistam recursos e esforços nesse sentido, como aliás vem ocorrendo, não há como combater e contrabalançar o modelo de

desenvolvimento econômico que vem sendo implementado no nível nacional, e que conspira contra a redistribuição de renda no país e contra investimentos na área social”. (Cohn, 1998: 189 *apud* Brose: 2000: 21)

Conforme descrevemos, as tendências por nos delimitadas não são “puras”, elas expressam, ainda que no mesmo campo de análise, algumas variações. Nesse sentido, vale o tratamento que damos a uma dessas expressões que no Brasil foi amplamente divulgada e que em nossa análise aprofunda esse caráter neoconservador¹¹⁷ – referimo-nos às concepções presentes na metodologia DLIS (*Desenvolvimento Local* Integrado e Sustentável). A separação entre a primeira expressão (apreciadas na leitura de Brose) e o DLIS se justifica por alguns elementos peculiares e que em nossa análise são significativos na definição do termo no Brasil.

Primeiramente, é preciso ressaltar que a metodologia DLIS foi difundida no Brasil por Augusto de Franco¹¹⁸ através do Programa *Comunidade Ativa*, que integrava o Programa Federal *Comunidade Solidária*¹¹⁹ na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Após o término da gestão Cardoso e com a dissolução dos Programas, Franco continuou a defender e divulgar a metodologia através da

¹¹⁷ Conforme já afirmamos, mas vale reiterar, apreendemos as concepções do conservadorismo nos estudos da professora Maria Lúcia Silva Barroco (2008); e as reflexões acerca da pós-modernidade são fundamentadas nas concepções através de David Harvey (2005) e Marilena Chauí (2007). Por ora, sinalizamos que trabalhamos com a formulação de que essa expressão apresenta além de um discurso, práticas conservadoras, ou seja, além de outras questões que pretendemos abordar, está presente a ideia de “moralização da pobreza”, somada ao individualismo e responsabilização do indivíduo por sua condição de indigência e superação dessa. Franco (2002) afirma que a “pobreza é uma falta de capacidade de desenvolver potencialidades e, poderíamos acrescentar, de aproveitar oportunidades” (2002: 38).

¹¹⁸ É o principal articulador da metodologia DLIS. Escreveu 18 livros, todos direta ou indiretamente relacionados ao tema *Desenvolvimento Local*. Foi consultor do Projeto *Nós do Centro para o desenvolvimento da metodologia de Desenvolvimento Local*. Foi ainda referência importante, além de assessor da ex-primeira dama Ruth Cardoso, para o Programa Comunidade Solidária na gestão de Fernando Henrique Cardoso e autor do livro *Pobreza e Desenvolvimento Local*, dentre outros.

¹¹⁹ O Programa Comunidade Solidária foi desenvolvido na Gestão de Fernando Henrique Cardoso. Foi instituído pela Medida Provisória nº. 813 em 1º/ 01/ 95. Não pretendemos aqui fazer uma análise do referido Programa, apenas sinalizar que a concepção de *Desenvolvimento Local* (elemento que nos interessa) estava presente no desdobramento desse Programa, ou seja, no Programa Comunidade Ativa, inspirado nas propostas do Conselho do Programa Comunidade Solidária, do qual Franco era membro. Sobre esse tema, como já citamos, nosso referencial foi o trabalho coordenado pela professora e assistente social Maria Ozanira da Silva e Silva. Silva, Maria Ozanira da Silva. (coord.) *O Comunidade Solidária: O não enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED¹²⁰). Franco assim descreve o DLIS:

"Nos últimos anos têm surgido com bastante força várias estratégias e metodologias de indução do desenvolvimento local. Existe uma diversidade de experiências em curso no momento: desenvolvimento econômico local, desenvolvimento local sustentável, Agenda 21 Local, sistemas sócio-produtivos e redes de sócio-economia alternativa e solidária ensaiados em escala local. *No Brasil a experiência de maior dimensão, desde o final da década passada, é o chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, o DLIS é fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social.* Essa estratégia é aplicada por meio de algumas tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes e de efetivação de processos democrático-participativos ensaiados em escala local. Há uma metodologia que conduz a utilização dessas tecnologias e que, portanto, operacionaliza a estratégia DLIS". (Franco, 2004: 15 – grifos nossos)

Assim, nos termos do próprio autor, a presente metodologia agrega os elementos comumente encontrados nas propostas de *Desenvolvimento Local*, entretanto, diferenciam-se por acrescentar o elemento Capital Social – essa opção diferenciada não se trata de um adjetivo simples. Nos termos de Franco:

"Para compreender o que é Capital Social não basta ler uma definição do termo. Capital Social é uma idéia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa. Mas é um 'poder social'. É a sociedade que confere esse poder (ou seja, que empodera) a seus indivíduos. É o ambiente social que insufla essa espécie de "energia" que explica, por exemplo, por que certas localidades parecem estar morrendo ou fenecendo". (Idem: 31)

¹²⁰ Conforme nota 21.

Franco não é o único autor a debater sobre o Capital Social¹²¹. Em nossas pesquisas verificamos outros autores que se utilizam dessa “nova estratégia” como forma de articular a participação social das populações nas ações sociais. Franco aposta nesse “diferencial”, tal como a noção empresarial da participação calcada no termo “empreendedorismo”. O autor explica:

“Então, trabalhando ainda com metáforas econômicas, as pessoas falam de “acumulação de capital social” para tentar expressar, de alguma forma, a quantidade, o volume ou a frequência de certas características extra-econômicas, de formas não-financeiras de poupança que deve possuir uma sociedade para alcançar a prosperidade econômica, ou seja, para atingir o que a boa parte dos economistas quer entender por desenvolvimento. Mas muitas dessas pessoas não se dão conta de que a noção de ‘capital social’ é uma *velha idéia toquivilliana*, originalmente política – não econômica.” (Franco, 2002: 63-64 – grifos nossos)

Abrimos aqui um espaço para uma sucinta digressão que esclarece e justifica o grifo na citação acima, ou seja, a partir dessa menção teórica – “*velha idéia toquivilliana*” – nota-se que a referência teórica do Capital Social, tem base na ideias de um autor do campo conservador. Carlos Montaña¹²² (2003), em seu estudo sobre o Terceiro Setor, mostra que suas bases teóricas fundantes estão presentes em Hayek (autêntico conservador) e Tocqueville, que assim se define: “*Tenho pelas instituições democráticas uma preferência cerebral, mas sou aristocrata por instinto, e isto significa que desprezo e temo a multidão. Amo apaixonadamente a liberdade, a legalidade, o respeito pelos direitos, mas não a democracia*” (Tocqueville, apud

¹²¹ Carlos Milani também trabalha com o conceito. Para o autor: “Trabalhamos com a hipótese de que o potencial analítico da categoria «capital social» tem duas colunas principais de sustentação: por um lado, o conceito tem dimensões concomitantemente explicativa e avaliativa, porquanto, por meio da definição de capital social, busca-se compreender e analisar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, valorar e avaliar realidade social (por intermédio, por exemplo, de metodologias de avaliação de projetos, de novos índices para medir o desenvolvimento local, de políticas públicas de reforço do capital social ou de intervenções sociais por associações e ONGs); por outro, tenta articular a dinâmica dos processos (valores, normas de confiança e participação) com a lógica dos resultados econômicos (desenvolvimento econômico)”. Milani, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. http://www.adm.ufba.br/milani/CapSocial_DesLocal.pdf. Acesso em: 28 de novembro 2009.

¹²² Montaña, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Touchard, 1970: 100 In. Montañó, 2002: 63). Interessante notar que esse “duvidoso” papel desempenhado por Tocqueville, anteriormente, também foi observado por Lukács¹²³ (2007) quando descreve sobre o “biologismo toscamente mistificado da teoria racista” (p.34). O autor afirma que teria sido Tocqueville “um dos primeiros leitores entusiastas, das leituras de Gobineau – referente à teoria racista da desigualdade radical”. Em nota o autor esclarece:

“O conde Arthur de Gobineau (1816-1882), amigo e secretário de Alexis de Tocqueville (1805-1859) – autor do célebre *De La démocratie en Amérique* (A democracia na América), de 1835 –, escreveu um *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), que exerceu enorme influência à época (inclusive sobre Nietzsche) e é considerado, na teoria sociológica, o fundador da teoria racista”. (2007: 52)

Assim, ainda que não seja nossa intenção a vinculação direta *de uma coisa a outra*, ou seja, afirmar que o referencial de Franco esteja vinculado às aspirações de Tocqueville, parece salutar notar que as referências teóricas expressam não somente identificações no campo teórico, mas também modos de pensar e agir politicamente.

Em um ensaio¹²⁴ sobre *A participação do poder local em processos de Desenvolvimento Local*, Franco (1999) trabalha com elementos a partir de consensos construídos através de interlocutores do Conselho do extinto Programa Comunidade Solidária. São dez consensos, que expressam uma posição clara sobre a definição do *Desenvolvimento Local* no âmbito do DLIS. Transcrevemos no quadro abaixo as temáticas e os consensos com a perspectiva de uma análise cruzada baseada em cinco pontos que julgamos serem salutares para o aprofundamento da análise aqui posta. Isto é, sob base das afirmações (descritas na tabela) buscamos problematizar os seguintes pontos nas próximas páginas: 1) DL¹²⁵ e a concepção de Local; 2) DL e *Desenvolvimento Sustentável*; 3) DL, Estado e interesses internacionais; 4) DL e direitos sociais; 5) DL e perspectivas morais e ideológicas (pós-modernidade).

¹²³ Lukács, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.

¹²⁴ Franco, Augusto de. “A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável”. In: Rico, Elizabeth de Melo Rico, Raichelis, Raquel. Org. *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

¹²⁵ Por DL ler *Desenvolvimento Local*.

QUADRO 6

Tabela de Consensos por Augusto de Franco¹²⁶

Tema	Consenso
O primeiro consenso é sobre o conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável. Ele poderia ser formulado assim:	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas: descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.
O segundo consenso se refere aos objetivos do desenvolvimento local integrado, e poderia ser apresentado assim:	O desenvolvimento local integrado e sustentável é uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis.
O terceiro consenso diz respeito às condições políticas e institucionais.	Para que as múltiplas experiências de desenvolvimento local integrado e sustentável possam vir a compor, no seu conjunto, uma alternativa complementar global de desenvolvimento do país, é necessário que existam: uma estratégia nacional de desenvolvimento que compreenda a sua necessidade e uma política pública conseqüente.
O quarto consenso é propriamente sobre a participação do poder local.	A participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável.
O quinto consenso é sobre a participação da sociedade.	O desenvolvimento local integrado e sustentável requer para sua viabilização a parceria entre Estado, mercado e sociedade civil.
O sexto consenso diz respeito à construção de uma nova dinâmica econômica que não pode ficar inteiramente ao sabor do mercado.	O desenvolvimento local integrado e sustentável pressupõe uma nova dinâmica econômica integrada de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos, de sorte a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas.
O sétimo consenso se refere ao financiamento.	O desenvolvimento local integrado e sustentável exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados.
O oitavo consenso trata da capacitação para o desenvolvimento.	O desenvolvimento local integrado e sustentável requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, colocando, por um lado, as questões da mobilização e da contratação e, por outro, a questão da capacidade desses agentes.
O nono consenso fala da informação.	O desenvolvimento local integrado e sustentável exige uma nova base de informação desagregada que permita uma análise mais apurada da economia e da realidade social local, bem como novos indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo.
O décimo e último consenso diz respeito à comunicação.	Um dos principais fatores do desenvolvimento local integrado e sustentável, sem o qual se torna muito difícil realizá-lo, é a população despertada para as possibilidades e para as vantagens de um processo mais solidário de desenvolvimento, o que coloca a necessidade de desenvolver e aplicar estratégias de comunicação social e de marketing compatíveis.

¹²⁶ A tabela foi formulada com os textos na íntegra de Augusto de Franco; toda a transcrição foi retirada da edição já mencionada.

Vários autores ao problematizarem a questão Local, apontam que esse "local" pode conter várias dimensões e até mesmo diversas interpretações. No item 1.1 do nosso primeiro capítulo estabelecemos uma análise crítica do excesso do "localismo" presente no conjunto das formulações das políticas sociais tão bem trabalhadas por Brandão (2007).

Franco (1999) define que o "conceito" de local não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Pelo contrário, considera a maioria dos setores que trabalham com a questão, que o local não é espaço micro, podendo ser tomado como município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários municípios. (2007: 176-177)

"Refere-se, portanto, o desenvolvimento local integrado e sustentável a uma nova dinâmica socio-econômica capaz de, a partir do *local de encontro de ações do Estado e da sociedade, independente do seu tamanho*, potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais que ali podem ser mais facilmente celebradas e da convergência e integração das políticas e dos programas que acabam "co-incidindo". Nesse sentido, o conceito de "local" adquire a conotação de "alvo" socioterritorial das ações e passa então a ser definido pelo próprio desenvolvimento local integrado e sustentável". (Idem: 177 – grifos nossos)

E ainda,

"O argumento básico a favor do desenvolvimento local integrado e sustentável é muito simples: é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento das necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes são extremamente facilitados pela proximidade das comunidades. Adicionalmente garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade". (Idem: 178)

Ainda que a posição sobre a concepção do *Local* não seja do todo equivocada, indagamos se de fato a "localização" excessiva não destrói, no caso brasileiro, as

políticas de responsabilidade federativa, construídas a partir da constituição de 1988. A indagação não é mera especulação teleológica, uma vez que os “parcos” direitos sociais regulamentados pós-constituição tiveram que ser disputados no “braço”, por vezes literalmente¹²⁷, haja vista que, por exemplo, o Estatuto da Cidade – direito garantido no texto constitucional – somente foi regulamentado em 2002, depois de muita luta social, ou ainda, a “inexistente” proposta de Reforma Agrária. Pedro Arantes (2004) baseado nos estudos de Peter Hall e David Harvey afirma que existe uma “ideologia da localidade” na construção e gestão das cidades, definindo estas como “novas máquinas de produzir riquezas” (2004: 61). Acrescentando o elemento que chamaríamos de “romantização da comunidade”¹²⁸ e ainda, corroborando o tema, temos a apreciação certa e precisa de Brandão (2007).

“Essa ‘endogenia exagerada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia e etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado”. (2007: 38)

¹²⁷ Sobre a criminalização dos movimentos sociais o MST, tem enfrentado há anos a fúria de classes do setor conservador das oligarquias políticas do país. Não é novidade, tampouco recente, a campanha que a Revista *Veja* faz contra os integrantes do MST. Fazendo uma breve recuperação histórica, há dez anos a revista trazia em sua capa a bandeira do movimento com a seguinte chamada: “A Tática da Baderna: O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”, nessa mesma revista o Editorial é taxativo ao afirmar que em 1998 já havia anunciado os “reais” interesses do MST, sendo ele “derrubar o regime democrático e promover a revolução marxista no Brasil” (ano 33 – n.º 19 de 10 de maio de 2000). Passados dez anos o MST não “atingiu seu objetivo”, tampouco a Revista mudou seu discurso. Em outra reportagem virulenta anunciam: “O Manual da Guerrilha: Como roubar, fraudar cadastros do governo e até fabricar bombas e trincheiras – está tudo na cartilha secreta do MST apreendida pela polícia” (ano 42 – n.º 4 de 28 de janeiro de 2009). A reportagem foi por ocasião da comemoração dos 25 anos do Movimento, e novamente a Revista dispara seu real “inimigo” ideológico: “O MST está filiando a tradição leninista de tomada violenta do poder por meio de uma organização centralizada e autoritária” (Idem: 2009).

¹²⁸ Essas concepções podem ser verificadas em Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Para ele: “Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer. Mas a comunidade continua teimosamente em falta, escapa ao nosso alcance ou se desmancha, porque a maneira como o mundo nos estimula a realizar nossos sonhos de uma vida segura não nos aproxima de sua realização; em lugar de ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando” (2003: 129).

Assim, verificamos que esse apelo ao *Local* ou à localidade – como bem descreveu Franco – pode ser tudo e acrescentaríamos ou nada, defini-se como: a rua, o bairro, as cidades, o estado. Dessa forma, a construção teleológica do conceito deve ser apreciada criticamente apreendendo-o como expressão da fragmentação da concepção de Estado-Nação, e ainda como parte do apelo à fluidez do espaço.

Concluimos a partir das questões postas que *quando se localiza não se universaliza*. A constatação, a princípio banal, e a expressão do caráter ideológico e mistificador do conceito – ou seja, quando Franco afirma que *é na esfera local que os problemas são melhores identificados* – vale também para uma construção oposta, isto é, *limitados à esfera local os problemas são meras singularidades*, e, assim, o caráter universal da construção definida por Marx¹²⁹ desaparece, inexistente – o que vale é somente o singular.

Na caracterização do DLIS, embora não somente, pois essa é uma questão presente em todas as formulações sobre *Desenvolvimento Local*, existe o componente da sustentabilidade. Conforme já descrevemos, as preocupações crescentes com o meio ambiente datam, não por acaso, também da década de 1990. *Outro conceito atrelado e também mundialmente difundido é o de Desenvolvimento Sustentável*. Verificamos com a pesquisa e também nas afirmativas de Franco que:

“Nesse sentido, sustenta-se que o desenvolvimento local integrado e sustentável, deve ter entre seus fundamentos, as premissas do desenvolvimento sustentável, conforme definidas na Agenda 21 e na Agenda Hábitat, e deve, além disso, referenciar-se também nas experiências concretas de implantação da Agenda 21 Local, em fase de implantação em 1.800 cidades do mundo e em franca expansão

¹²⁹ Mészáros (2009) citando Marx, descreve a universalidade da seguinte maneira: “Marx descrevia as bases reais da universalidade e de seu corolário histórico, “a história universal”, nos seguintes termos: (1) “o desenvolvimento universal da forças produtivas”; (2) “a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano **histórico-mundial**”; (3) “a concorrência universal” e o desenvolvimento da interdependência universal (“o **intercâmbio universal** dos homens [...] tornando cada um deles dependente das revoluções do outro”); (4) o desenvolvimento da “classe universal”, o proletariado, que “só pode, portanto, existir **histórico-mundialmente**, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como “existência ‘histórico-mundial’”. Em outras palavras, uma “existência histórico-universal dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos *diretamente* vinculada à história mundial (A. M* anotação de Marx)” (Mészáros, 2009: 95 – grifos do autor).

no Brasil, na qual se busca a integração das questões ambientais, sociais e econômicas, por meio de parcerias, do planejamento e da gestão integrada". (Franco, 1999: 177)

Conforme também já referenciamos, nosso TCC elaborado quando da conclusão da graduação, foi sobre essa questão. Tratamos de compreender o processo do aumento significativo do volume de lixo na cidade de São Paulo atrelado à crítica ao modo de produção capitalista e ao agravamento da *Questão Social*. Nesse trabalho dedicamos um capítulo à análise do *Desenvolvimento Sustentável* e das relações ambientalistas na contemporaneidade. Aqui, recuperamos alguns dos pontos por nós já problematizados e que ganham relevante concretude e profundidade na análise. Primeiramente, é importante sinalizar que naquele período histórico (2000-2001), o documento oficial *Agenda 21: bases para a discussão* estava ainda em processo de construção. No momento, estávamos na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro do Meio Ambiente era José Sarney Filho; o documento ainda de caráter preliminar era fortemente marcado pela disputa política do período e havia, conforme destacamos em nossa primeira análise, um ostensivo apelo à construção de consensos e pactuações, além de clara e evidente defesa do projeto neoliberal¹³⁰.

¹³⁰ Destacamos três passagens da presente *Agenda 21 -1ª versão*, que expressa a conjuntura ideopolítica em que foi construída, assim segue: "1) É nesse processo de co-responsabilidade, de *solidariedade*, de soma de integração. Um processo político amplo, de construção e de implantação progressiva do desenvolvimento sustentável, que exigirá maturidade e, também, *capacidade de renúncia*. Na realidade, trata-se de definir para o país *um novo padrão civilizatório* neste especial momento em que o mundo experimenta profundas transformações. (2000: vii); 2) Em relação às Desigualdades Sociais, os debates apontam para a necessidade de *políticas compensatórias* (renda mínima, incentivos financeiros à escolarização etc.), bem como para a criação de programas emergenciais e/ou continuados destinados à *geração de empregos*, como a *redução da jornada de trabalho e das horas extras* e criação de frentes de trabalho. Programas de concessão de créditos à população de baixa renda e *distribuição de cestas de alimentos deverão continuar a ocupar lugar destacado nas políticas sociais*, ao lado de sistemas de financiamento da habitação popular que elevem à gradual eliminação do atual déficit no setor. (2000: ix); 3) O documento não é – convém repetir – uma proposta acabada, mas um elenco de diagnósticos e propostas de estratégias e ações, que tem como *um de seus principais méritos a explicitação de conflitos*. Também, não substitui as iniciativas de elaboração de agendas locais e sim procura subsidiá-las. Buscou-se *escapar à tentação de apresentar diagnósticos abstratos e generalizantes*, que mascarassem as contradições existentes entre os vários segmentos e atores do processo. A sociedade brasileira não poderá avançar em direção ao desenvolvimento sustentável se não discutir, clara e corajosamente, seus problemas, *para em seguida estabelecer os pactos necessários*. Somente a sociedade tem legitimidade para *mediar os conflitos e construir indispensáveis consensos* para a formulação da Agenda 21 Brasileira. E essa tarefa que se espera" (2000: ix). Todos os grifos são nossos. Ao estabelecer os destaques,

Nossa referência teórica para a análise dos elementos que compõem o *Desenvolvimento Sustentável* tem como base as formulações da geógrafa e professora Arlete Moysés Rodrigues. Em seu texto *A produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*, a autora faz uma análise exata e reveladora dos reais problemas ambientais; ao partir da fundamentação ontológica do ser social e sua relação com a natureza ela afirma que a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas aos problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social (1998: 13). E sobre o *Desenvolvimento Sustentável* a autora não deixa dúvida. Vejamos sua contundente afirmação:

“No atual momento histórico em que a crise ambiental põe em destaque contradições da produção social do espaço, em que o ideário do desenvolvimento é predominante, *o conceito de desenvolvimento sustentável parece jogar uma cortina de fumaça sobre estas contradições, pois não propõe alterações nos modos de produzir e pensar dominante*. Considera-se o “meio ambiente”, o ambiente, a natureza, como um bem comum. Mas o “bem comum” está na verdade apropriado em parcelas sobre a forma de mercadorias ou de territórios (apropriáveis como mercadoria) de Estados-Nação. *Como tratar uma apropriação e propriedade privada como bem comum?* Penso ser esta uma importante questão na análise do ambiente como “bem comum”, pois se tornou senso comum reproduzir as propostas contidas no relatório “Nosso Futuro”. O que é um bem de “uso coletivo” mesmo que apropriado privadamente? Trata-se de valorar – de outro modo – um valor inerente aos aspectos indispensáveis à vida como o ar, a água, o solo etc. A idéia de bem comum pode ocultar que estão

verificamos todo “receituário” da reestruturação produtiva do capital, que marcou e continua a marcar fortemente o período histórico. Um discurso impregnado de fatores ideológicos, e que expressam o neoconservadorismo do projeto neoliberal. “A partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, (PPA 2004-2007), pelo atual governo. Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do Sisnama e participação social e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra” (disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>).

apropriados privadamente e ocultar, assim, as contradições e os conflitos de classes e de países?” (Rodrigues, 1998: 57 – grifos nossos).

A profundidade e quão sérias são as questões apresentadas, acabam por ser tratadas de forma ideologizada e mistificadas no atual quadro da sociedade, uma espécie de “pensamento único” alienante e alienado. O capital convida toda a sociedade para salvar o planeta, uma pactuação que envolve “sentimentalismos”, desinformação, e um apelo enorme a todos pela conscientização ambiental. É evidente que os problemas ambientais são reais, assistimos nesse ano de 2010, por exemplo, uma série de catástrofes ambientais¹³¹, contudo, pensamos que embora legítimas as preocupações, o problema não será resolvido com propostas pontuais ou mesmo “locais” de responsabilização individual. Dessa forma, pensamos ser necessária a inversão do debate, pois a realidade aponta para um futuro dramático – se nos mantivermos sobre a égide do capital. O planeta está aparentemente em profunda saturação de seus recursos naturais, e, embora a leitura seja um tanto pessimista, apontamos a possibilidade de uma transformação. Rodrigues problematiza a própria noção de futuro quando afirma:

“(...) desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, não explica como se pode atender as necessidades presentes e futuras no “mercado”, pois todas as propostas, apesar de considerarem o “bem comum”, são remetidas a uma resolução no mercado. Até o presente momento o mercado não atendeu às necessidades de massas de famintos e empobrecidos no processo de produção, contudo,

¹³¹ O primeiro semestre de 2010 com certeza foi fortemente marcado pela expressiva quantidade de catástrofes ambientais. O que mais impressiona é a quantidade de vítimas fatais. Apenas para ficar com as mais divulgadas pela imprensa listamos: no terremoto do Haiti foram mais de 50 mil pessoas mortas (embora existam dados que afirmam ser mais de 100 mil, e ainda, que nunca se saberá a quantidade exata, esse número pode chegar a 200 mil); no terremoto do Chile 723 pessoas morreram; nos deslizamentos e chuvas no Peru 28 pessoas morreram; em São Paulo com as chuvas e deslizamentos foram 78 mortes, e por fim, a grande tragédia do Rio de Janeiro que em menos de 48 horas matou mais de 200 pessoas. Ou seja, os desastres estão acontecendo, as circunstâncias naturais evidentemente fogem ao domínio humano, porém, o que se expressa nesse momento é que a ação humana vem modificando – prioritariamente com a entrada do século XXI, de maneira muito rápida – o ciclo da natureza. Contudo, é necessário frisar que nosso entendimento por “ação humana” nesse caso está centrado na crítica ao modelo de produção e reprodução do capitalismo.

dilapidou o ambiente na medida em que o tornou mercadoria com o valor de uso e de troca. Quanto à preocupação com as gerações futuras cabe indagar se a atual geração e as passadas estavam presentes para dizer quais as suas necessidades. É evidente que estavam presentes no mundo, mas não presentes para expressar suas necessidades, seus desejos, pois em nome do progresso de seu “lugar”, e de seu “espaço”, de suas condições tradicionais de vida (...). (1999: 57-58)

Assim, ainda na linha da indagação sugerida por Rodrigues questionamos se os problemas dessa magnitude – preservação do planeta sem alteração profunda do modelo societário – devem ser submetidos ao *Local* como sugere Franco e outros “recrutados” do *Desenvolvimento Local*. De fato, a preocupação com a preservação do planeta deve ser de responsabilidade de todos, entretanto, a constatação tem que ser mediada por outros fatores. O ambientalismo¹³² se transformou numa preocupação recorrente em todos os níveis, os capitalistas estão (e com razão) preocupados com a manutenção e preservação dos recursos e garantia de seus projetos. E os trabalhadores? Com o que estes deveriam se preocupar? Não é nossa intenção aqui fazer uma apologia do “fim do mundo” (o que seria superficial e sem fundamento), tampouco apresentar alternativas ao processo em andamento – já existe o *Desenvolvimento Sustentável* para isso. Nossa intenção é a partir de um debate já existente, embora minoritário, refletir sobre um conjunto de questões que vêm sendo – em nossa análise – tangenciadas por interesses de classe.

O jornalista Thomas L. Friedman do *The New York Times*, em um artigo no jornal *O Estado de São Paulo*¹³³, faz uma reflexão preocupante ao analisar os

¹³² O jornal *O Trabalho* (corrente do Partido dos Trabalhadores) construiu um dossiê sobre a questão, em nota afirmam: “Ecologia, negócio rentável. A questão do meio ambiente, colocada a serviço do sistema capitalista, o destrói. A defesa do meio ambiente contra o aquecimento global parece ter se tornado um grande consenso mundial, acima da luta de classes. Uma conferência mundial, patrocinada pela ONU em dezembro, discutirá o tema. No Brasil, o governo Lula encaminha a revisão do código florestal e a candidata do Partido Verde, senadora Marina Silva, adota a ecologia como seu principal tema de campanha. Toda essa parafernália é para contornar o principal problema que ameaça ao meio ambiente: a sobrevivência do capitalismo. (...) ajudar a reflexão de trabalhadores e jovens: diante da crise do sistema capitalista em todo o mundo, o que se vê é uma ampliação ofensiva da destruição das forças produtivas e, em primeiro lugar, a força de trabalho. Tal sistema, baseado na busca do lucro, é compatível com a defesa e preservação do meio ambiente? (OT; nº666 – 29 de outubro de 2009)

¹³³ Consideramos a reportagem do Jornal tão emblemática na discussão que optamos em acrescentá-la como anexo. **ANEXO 3**

projetos que estão tramitando no congresso norte-americano com relação aos impostos de taxaço de limitação de comércio de emissão de carbono e o desenvolvimento de combustíveis alternativos (tecnologias de energia limpa). Ele afirma que existe um grupo que se coloca contra esses projetos, contudo, esse mesmo grupo reconhece: “embora não digam que, o mundo vai enfrentar uma epidemia em massa, como a Peste Negra, que deverá eliminar 2,5 bilhões de pessoas em algum momento de hoje até 2050”. Afirma ainda que esse mesmo grupo de parlamentares: “acham que é muito melhor para os EUA o mundo continuar dependente do petróleo – uma commodity controlada em grande parte por países que nos odeiam e que só podem elevar os preços quando a demanda cresce – e não das tecnologias de energia limpa, que nós controlamos e cujo preço pode cair se a demanda aumentar”. E como se não fosse pouco: por “último, acreditam que os habitantes do mundo em desenvolvimento estão muito felizes por serem pobres – simplesmente dê a eles um pouco de água corrente e eletricidade e eles ficarão satisfeitos. Nunca desejaram viver como nós”.

Friedman discorda veementemente dessa posição. Para ele, os EUA devem assumir a liderança no desenvolvimento de novas tecnologias, mas suas preocupações – nada isentas do pensamento dominante – também suscitam e corroboram com a análise. Para ele existem dois problemas que combinados justificam a necessidade de os EUA serem protagonistas nesse processo: 1) o aumento vertiginoso da população mundial, segundo os dados apresentados “a população mundial sofrerá um aumento provável de 2,5 bilhões, devendo passar dos atuais 6,7 bilhões para 9,2 bilhões em 2050”; 2) para ele, esse aumento populacional, combinado ao desejo das pessoas de “consumirem” como os norte-americanos, fará com que seja escasso, por exemplo, o petróleo que é de domínio, segundo ele, “dos ditadores do petróleo, no Irã, Venezuela e Rússia”, e conclui que, se os estadunidenses desejam que seus filhos tenham o mesmo padrão de consumo que seus antepassados é necessário garantir a autonomia em relação aos “ditadores” e investir em tecnologia, pois como constata:

“O mundo está ficando nivelado – hoje, um número cada vez maior de pessoas pode viver como vivemos, aspiram adotar nosso estilo de vida e

até conseguir nossos empregos para poderem viver como nós. Não só teremos um aumento de mais 2,5 bilhões de habitantes em 2050, mas muito mais pessoas viverão como 'americanos' – com casas e carros do padrão americano, comendo enormes big macs". (Friedman. Jornal *O Estado de São Paulo* – 22.11.2009)

Diante do exposto, delegar simplesmente aos "Locais" a preocupação com os problemas ambientais ou é mera "inocência de análise", ou, uma proposta de coadunar com o real interesse do capital, pois os capitalistas dos países industrializados se organizam de forma macro-global para manterem suas taxas de lucro, e, sobretudo seus projetos de manutenção de poder, e evidentemente cabe então a eles "sugerir" que os pobres se mantenham no micro-local.

Conforme demarcamos anteriormente, outro elemento que auxilia na compreensão dessa tendência *é buscar traduzir os interesses e as articulações internacionais e o papel do Estado frente aos projetos de Desenvolvimento Local*. É difícil encontrar uma única ONG¹³⁴ internacional (vale também para as nacionais) que não aposte ou mesmo financie projetos de *Desenvolvimento Local* em países pobres ou nos chamados "em desenvolvimento". As próprias agências multilaterais¹³⁵ – simplesmente todas, sem exceção – divulgam e promovem o *Desenvolvimento Local* como estratégia de desenvolvimento e enfrentamento da pobreza.

Conforme detalhamos na apresentação desse trabalho, um dos motivos que nos levaram ao objeto de pesquisa – ou seja, nosso interesse em compreender os fundamentos do *Desenvolvimento Local* – partiu da nossa experiência profissional no Projeto de Inclusão Social e Urbana Nós do Centro¹³⁶, tal projeto foi viabilizado no ano de 1992 como Acordo de Cooperação¹³⁷ Brasil – UE.

¹³⁴ Sobre o Terceiro Setor ver Montañó, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

¹³⁵ Para uma análise aprofundada sobre as políticas do BM e do BID ver: Arantes, Pedro Fiori. *O ajuste urbano*: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2004.

¹³⁶ No texto de apresentação descrevemos nossa inserção nesse campo de trabalho. Aqui nos valem de análises mais gerais sobre as concepções teórico-metodológicas e ideopolíticas que marcaram a implantação desse projeto na cidade de São Paulo. De antemão, esclarecemos que não foi nosso objetivo analisar o projeto Nós do Centro, tampouco restringir a pesquisa a esse campo, contudo, como estivemos (também já esclarecido na apresentação) inseridos em duas situações distintas no mesmo projeto, ou seja, como Agente de Desenvolvimento Social no EIS-Glicério e

O Instituto Pólis em parceria com a Action-Aid Brasil realizou importante pesquisa sobre o Programa Nós do Centro¹³⁸, como resultado da pesquisa produziu dois importantes relatórios que descrevem detalhadamente como foi a implantação desse Projeto na cidade de São Paulo. Como já mencionamos, aqui não é nosso objetivo (até porque isso já foi feito) descrever e precisar todos os elementos sobre a implantação de tal projeto na cidade de São Paulo. O que interessa no âmbito da construção que aqui estamos fazendo é compreender por que as agências multilaterais investem tanto em programas e projetos de *Desenvolvimento Local* em países do chamado bloco emergente. A noção de cooperação internacional, datada fundamentalmente do pós-guerra, e a troca de experiências entre países intensificaram-se com o processo da globalização. Dessa forma, compreender os reais interesses dos projetos de cooperação internacional é uma chave importante desse processo.

De modo geral, aparentemente existe um discurso generalizado do combate à pobreza mundial. Todos estão emanados ao combate “desse mal” que parece ter ocorrido apenas depois da década de 1990 – como se nunca houvesse pobreza antes –; é como se toda a humanidade estivesse empenhada na eliminação da pobreza. Mas a questão é: por que a pobreza tomou tal centralidade? Mestrum (2003) ajuda a compreender criticamente esse processo.

“A pobreza passou a ser o tema central dos discursos das organizações internacionais a partir dos anos 1990. De onde veio essa evolução? Essas

posteriormente como pesquisadora do Instituto Polis, utilizamos as análises já realizadas e descritas em relatórios, bem como documentos oficiais do projeto. Assim, para problematizar o recorte “DL, Estado e interesses internacionais” utilizamos a experiência do Projeto Nós do Centro como uma ilustração desse próprio recorte.

¹³⁷ Consta no Documento “Anexo 2: Disposições Técnicas e Administrativas” do Acordo de Cooperação Número: ALA/BRA/2005/017-576 uma avaliação do item “política de desenvolvimento do país beneficiário” que julgamos interessante para a análise sobre o que aqui discorremos: “O recente Governo Lula continuou os esforços da Administração FHC anterior para a redução da pobreza, para abordar as questões de raça e de gênero e para lidar com a saúde e a educação. À parte as enormes disparidades regionais entre o Norte e o Sul, assim como entre áreas urbanas e rurais, existe um grande divisor entre ricos e pobres, especialmente nas grandes cidades. O tratamento dos problemas sociais no país em geral e nas grandes cidades em particular exige uma vontade contínua (tanto em nível nacional como local) e estabilidade financeira. Nesse respeito, um apoio externo específico visando centros urbanos é particularmente útil” (Ajuste Complementar).

¹³⁸ *Controle Social de Políticas Públicas: Projeto Inclusão Social Urbana Nós Do Centro. Relatórios de Março de 2007 e Novembro de 2008* – Instituto Pólis e Action-Aid. Como resultado da pesquisa foi produzido Folder para divulgação junto à população. Segue anexo – **ANEXO 4**

mesmas instituições apresentaram um balanço positivo de desenvolvimento nos últimos trinta anos, e as mobilizações internacionais da época eram insignificantes. A razão principal deve ser dissociada do problema da pobreza como tal: o discurso sobre a pobreza tem uma função política que responde às necessidades da mundialização neoliberal. O conceito que o PNUD e o Banco Mundial têm da pobreza faz dela a peça essencial, o argumento supremo do projeto de dismantelamento das proteções sociais que impossibilitam o indivíduo de cuidar de si mesmo e impedem que a sociedade seja organizada pelo mercado. Mas reduzir o desenvolvimento à dimensão de luta contra a pobreza é o mesmo que reduzir os direitos do homem a um direito à vida". (2003: 241 In. Amin, Hourtart)

O *Desenvolvimento Local* nesse sentido ocupa igualmente essa centralidade, pois, ao se discutir outro modelo de desenvolvimento voltado essencialmente para o combate à pobreza, os direitos sociais são gradativamente substituídos por políticas focalizadas e o Estado não necessita mais cumprir sua função reguladora no campo social – ao Estado caberá regular as relações do mercado para o mercado.

No caso do Projeto Nós do Centro foi o que verificamos¹³⁹ – não somente como trabalhadora, mas depois como pesquisadora –, posto que, o objeto central da UE foi construir uma metodologia de *Desenvolvimento Local* replicável para outras localidades, além de estar “preocupada” com a pobreza de São Paulo. João Pacheco, chefe da delegação da Comissão Européia no Brasil em apresentação do livro comemorativo do Projeto afirma:

“A pujança do Brasil como país emergente, aliada a uma forte presença em foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao crescente desenvolvimento tecnológico alcançado pelo País, faz do Brasil, cada vez mais, um ativo participante da cena política e econômica

¹³⁹ “A justificativa para o projeto, exposta no ‘Ajuste Complementar’, ressalta que o mesmo está em acordo com os objetivos gerais e estratégias de atuação da União Européia: (...) Reduzir e eventualmente erradicar a pobreza. Este objetivo implica em apoio para o desenvolvimento econômico e social sustentáveis e para o desenvolvimento ambiental (Ajuste Complementar, 2006, p. 21). Em relação à escolha do Centro como área de desenvolvimento do projeto é mencionado que: o suporte da CE é inovador, quando se sabe que quase nenhum projeto de inclusão social foi anteriormente implementado em um Centro de cidade tão grande. O orçamento é aproximadamente 11,5% do total do orçamento de apoio planejado para 5 anos, i.e., 64 milhões de euros” (Relatório Pólis, 2008: 15).

internacional. (...) Um dos exemplos mais significativos da ajuda prestada pela Comissão Européia ao desenvolvimento brasileiro materializa-se no Projeto Inclusão Social Urbana, implementado em estreita parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, o chamado Projeto Nós do Centro. Nele, a comissão Européia e a Prefeitura vão investir, até o final de 2009, recursos da ordem de 15,4 milhões de euros, metade dos quais fornecidos pela Comissão Européia, com o objetivo de contribuir para inclusão social no Centro de São Paulo e também para ações visando a uma melhor inserção social, econômica e cultural de grupos que vivem em situação de risco e vulnerabilidade na região central da megalópole brasileira". (Pacheco: XI, In. Machado)

Assim, o centro dos programas das agências multilaterais nos países – ditos pobres – está completamente prefigurado pela política mundial de combate à pobreza. A compreensão e a análise crítica do Programa Nós do Centro parte então de dois fatores distintos e complementares, sendo eles: a crítica "genética", ou seja, o projeto com desenho de viés habitacional ou assistencial¹⁴⁰ está centrado no discurso do combate à pobreza; a implantação efetiva do projeto, conforme se verificou com a Pesquisa do Instituto Pólis e por nos vivenciada, ocorreu de forma conturbada, marcada por descontinuidades.

Ainda no tocante aos desafios que colocamos para a compreensão dos fundamentos do *Desenvolvimento Local* no âmbito da presente Tendência Hegemônica, verificamos que, da maneira como o *Desenvolvimento Local* é proposto e vem se articulando na *esfera das políticas sociais ele ocupa o espaço da fragmentação e da (des) responsabilização do Estado*, pois, ao ter como um de seus eixos o binômio da parceria público & privado, transfere gradualmente para a "sociedade civil" a função de colaboração para a minimização das "mazelas da sociedade". No âmbito do Serviço Social, notáveis trabalhos foram desenvolvidos sobre a temática. Carlos Montaña (2003), como já mencionamos, em sua análise crítica sobre as ONG's travou uma batalha nos moldes de *Hércules* para desconstruir o discurso hegemônico do Terceiro Setor.

¹⁴⁰ O projeto na Gestão Marta Suplicy (2001/2004), conforme mencionamos na Introdução deste trabalho, estava sob responsabilidade da SEHAB. Na Gestão Serra/ Kassab 2005/2008 passa a ser da SMADS.

Abrimos aqui espaço para uma rápida digressão sobre alguns elementos para um debate – ainda preliminar – que julgamos ser necessário estabelecer num futuro breve. Auspiciosamente afirmamos que a crítica ao *Desenvolvimento Local* se assenta – ou ainda tem seus fundamentos – no mesmo campo da crítica desenvolvida por Montañó sobre o Terceiro Setor, ou seja, as duas formulações compõem um mesmo campo político e ideológico – a base das formulações do *Desenvolvimento Local* encontra-se imbricada à base das formulações do Terceiro Setor. Assim, o método crítico também é o mesmo, isto é, quando se afirma que o *Desenvolvimento Local* é uma estratégia neoliberal de construção de projetos de desenvolvimento com base nas potencialidades locais com forte apelo à participação da população, e o Terceiro Setor tem ocupado o espaço do Estado de formulador e executor de políticas sociais, deparamo-nos com uma possível chave heurística para clarear o conceito.

Assim, os fundamentos do *Desenvolvimento Local* podem ser encontrados no mesmo campo ideológico dos fundamentos do Terceiro Setor, são os fundamentos da crítica desses – com base em nosso referencial teórico – que têm acento na contradição capital trabalho, ou seja, a chave da crítica está em reconhecer que o capitalismo reinventa historicamente formas de contenção da luta de classes. A construção histórica que Raichelis (2007) estabelece sobre a *Questão Social* ilumina nossa argumentação:

“Desse longínquo contexto histórico até os nossos dias, a questão social não desapareceu nem foi equacionada, mas certamente foi assumindo diferentes configurações e manifestações relacionadas à história particular de cada sociedade nacional, de suas instituições, de sua cultura. É importante observar que foram as lutas sociais que fizeram com que a questão social se transformasse numa questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos mediatizados pelas políticas sociais”. (2007: 7)

Por fim, e não menos importante, na perspectiva de cercar nosso objeto e de elaborar os elementos que fundam uma crítica ao *Desenvolvimento Local* no Campo Hegemônico, é preciso compreender e demonstrar os subsídios da crítica à concepção de Pós-Modernidade. David Harvey (2005) mostrou que o projeto pós-moderno de sociedade tem implicações não somente na forma da infra-estrutura, bem como da superestrutura, ou seja, a pós-modernidade criou no campo ideológico-político uma nova forma de pensar e produzir dominante. Santos (2007) destaca:

“Levando-se em consideração o agravante de localizar-se no final do milênio, essa sensação, nos anos 1990, adquiriu ‘um certo ar’ apocalíptico, em especial para alguns analistas que identificaram em seu curso acontecimentos de ordem inteiramente nova para os quais os parâmetros analíticos clássicos não mais oferecem, segundo eles, respostas adequadas. A pós-modernidade surge assim imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas se propondo como uma alternativa à sua ineficiência”. (Santos, 2007: 11)

Da mesma forma, Netto e Braz (2006) ao analisarem o processo de mundialização do capital sob a égide dos EUA e o conjunto de significados sociais atrelados afirmam:

“O domínio do capital parece inconteste e, em fins dos anos oitenta, induziu alguns de seus representantes a anunciar o ‘fim da história’: postos como única alternativa o reino do mercado e a democracia política representativa, a evolução da sociedade humana teria alcançado um patamar a partir do qual nenhuma *transformação estrutural* seria pensável e desejável”. (2006: 202 – grifos dos autores)

Franco (2002) parece ser um desses “anjos apocalípticos” disposto a “salvar o mundo” apagando a história, (re) significando os termos e “construindo um novo tempo” ao criticar os trabalhos acadêmicos dizendo que esses são apenas repetições sem muita criatividade, e que a universidade se transformou “em espécie de igrejas onde graus, sacerdotais, são conferidos por castas que se condecoram mutuamente

com títulos de mestre e doutores” (2000: 16). O autor nos “brinda” com a seguinte afirmação:

“A função dos sacerdotes, em qualquer campo, é repetir, repetir sempre, para aprisionar o futuro, cavando um sulco por onde devem escorrer as coisas que ainda virão. *Os sacerdotes da modernidade – i.e., os economistas, que da academia vão para os governos e voltam para a academia, e que há mais de cem anos nesse trânsito fazem a cabeça dos policy makers* – disseram e repetiram tanto que desenvolvimento é igual a crescimento econômico, que as pessoas simplesmente não conseguem pensar de outro modo”. (17 – grifos nossos)

Como se percebe, o autor aponta para a superação do projeto da modernidade. Estaria ele defendendo a necessidade de um novo tempo? Ou ainda, teriam mesmo caído junto com o Muro de Berlim e a derrota do socialismo real todas as aspirações que moveram milhares de pessoas em busca de um projeto societário emancipatório? Franco é claro em suas posições, e assim afirma:

“Venho trabalhando há algum tempo com a idéia de que pobreza não é insuficiência de renda, mas insuficiência de desenvolvimento. Como desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico nem é o resultado direto da oferta de serviços estatais, a pobreza – e, de maneira mais ampla, a exclusão – não pode ser adequadamente enfrentada apenas *com políticas de distribuição de renda ou com as chamadas políticas sociais*. Ao contrário do que se acredita, a pobreza não é um problema puramente econômico, de falta de crescimento, nem é um problema de falta de oferta eficiente e suficiente de serviços estatais. A pobreza, em sintonia com o que disse Amartya Sen, é a falta de desenvolver potencialidades e, poderíamos acrescentar, de aproveitar oportunidades”. (2002: 37-38 – grifos nossos)

Quando Franco defende que a pobreza não é falta de dinheiro, mas falta de saber aproveitar as oportunidades, perguntamos: que oportunidades tiveram as milhares de crianças que trabalharam (e continuam a trabalhar) no corte da cana no

interior de nosso país? Não souberam aproveitar as oportunidades, as centenas de famílias de trabalhadores que hoje moram nas ruas das grandes metrópoles mundiais? Foi de fato falta de desenvolver potencialidades que fez com que milhares de trabalhadores perdessem suas vidas na venda da força de trabalho?

Dessa forma, diante do conjunto de questões colocadas por Franco, verificamos em sua análise a inexistência das concepções de direitos sociais historicamente conquistados. O autor transfere e reduz ao campo moral a questão política e econômica, ou seja, ao afirmar que a pobreza é falta de "Capital Social", e que as pessoas, instituições, devem investir nesse campo, nega um conjunto de categorias analíticas que dão suporte para a compreensão dos conflitos entre as classes sociais. Nessa proposta não há conflitos, não há história, não há disputas, tampouco ideologias – há um campo de consensos e uma aparente harmonização das relações sociais. Essa proposta expressa a clara e evidente tendência de humanização do capital, falseando as estratégias neoliberais e de mundialização do capitalismo, expondo cada vez mais a destruição do homem e da natureza. Dessa maneira, a título de síntese, reiteramos e descrevemos alguns pontos do porquê estamos denominando a presente tendência como *Neo-Conservadorismo Pós-Moderno*.

- a) Porque focaliza as políticas sociais, flexibilizando os direitos;
- b) Porque nega os direitos sociais historicamente conquistados;
- c) Porque serve aos interesses do grande capital;
- d) Porque reafirma o fim da história e potencializa o neoliberalismo; e por fim,
- e) Porque transfere para o campo moral, particularizando a pobreza e responsabilizando individualmente as pessoas por sua condição social.

1.2. CAMPO CONTRA-HEGEMÔNICO: AS LUTAS SOCIAIS

O objetivo dessa seção é apresentar um conjunto de reflexões por nós elaborado a partir da pesquisa documental e empírica realizada em dois momentos distintos. Primeiramente tínhamos como intenção a construção de um campo contra-hegemônico baseado nas observações realizadas na pesquisa em Portugal¹⁴¹ sobre o *Desenvolvimento Local*. Após nosso Exame de Qualificação essa possível linha de análise foi acertadamente ampliada, tornando o campo mais abrangente e rico de significados.

Assim, a *segunda Tendência por nós identificada compreende o debate e as ações políticas presentes no bojo das "lutas sociais" no Campo Contra-hegemônico em oposição ao neoliberalismo, tendo como uma significativa expressão o Fórum Social Mundial*. Dessa maneira, o campo de pesquisa compreende a análise documental dos relatórios de pesquisa produzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH)¹⁴², a análise dos documentos publicados no site oficial do FSM, artigos de revistas e livros sobre o tema, além do relatório da pesquisa realizada por nós em Portugal. Nesse sentido, a pesquisa em Portugal de eixo central, passa a auxiliar na ilustração da relação entre *Desenvolvimento Local* e movimentos sociais no contexto internacional. Abaixo, seguem as observações sobre a emergência das lutas sociais no cenário brasileiro e português e, na sequência, a problematização entre os dois contextos com o nosso objeto de pesquisa, ou seja, a relação com o *Desenvolvimento Local*.

Muito já se produziu e pensou no campo das "Lutas Sociais" no Brasil. A trajetória de importantes movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais, já foi

¹⁴¹ Pesquisa realizada de março a junho de 2007 em Portugal, abaixo detalharemos a pesquisa.

¹⁴² *Ética e Direitos Humanos: Unidade e Diversidade do Fórum Social Mundial* foi uma pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2006 pelo NEPEDH do Programa de Estudos Pós – Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordenado pela professora Maria Lúcia Barroco. "A Pesquisa teve início no segundo semestre de 2002, momento em que elaboramos o Projeto: seus fundamentos teóricos, seu objeto e seus objetivos, definimos a pesquisa qualitativa de campo e a pesquisa documental. O projeto só foi submetido ao CNPq no primeiro semestre de 2003, obtendo financiamento a partir do segundo semestre desse ano, como um projeto de Pesquisa Integrado para ser desenvolvido pelos Núcleos de Pesquisa: o NEPEDH – São Paulo e o GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, vinculado a Universidade Federal de Pernambuco". (NEPEDH, 2006: 6)

trabalhada por várias áreas do conhecimento – na sociologia, ciências sociais e política, antropologia –, se ficarmos somente no Serviço Social verificaremos a existência de uma rica produção teórica sistematizada¹⁴³. O que nos interessa no contexto do estudo que desenvolvemos é problematizar esse fecundo espaço paradoxalmente marcado por avanços e retrocessos, limites e possibilidades, ou ainda, como espaço onde se dá a contraditória arena de trabalho dos assistentes sociais (como já sinalizamos através das afirmativas de Iamamoto), ou seja, *a compreensão da Questão Social como contradição entre capital e trabalho, e assim sendo, como fértil espaço para a organização da classe trabalhadora ilumina a reflexão que aqui construímos*.

Nosso recorte histórico se dá nas lutas pela democratização do país durante o regime militar – 1964 a 1985. A história brasileira é manchada pelo sangue de centenas de homens e mulheres que perderam suas vidas para garantir a democracia do país¹⁴⁴. A ditadura militar que teve seu início marcado pelo Golpe de 1964, representa mais que uma ação militar de tomada do poder pela força armada; segundo Netto (1998) esse foi um Golpe orquestrado pelas elites aristocráticas e pela grande burguesia nacional. Nesse sentido, a compreensão que temos sobre a gênese dos movimentos sociais na recente história brasileira muito se vincula às lutas pelo fim da ditadura e conquistas no campo social.

Dessa maneira, ainda que não seja nosso objetivo fazer uma análise conjuntural desse processo, grifamos que em decorrência das lutas dos movimentos pelo fim da ditadura o povo brasileiro viu emergir na década de 1980 *uma cultura de resistência política muito significativa*, que cunhou na história do país um conjunto de conquistas materiais e imateriais. Emerge desse processo não só a possibilidade real

¹⁴³ No suntuoso acervo intelectual do Serviço Social encontramos trabalhos significativos sobre os movimentos sociais urbanos – operário, sindical, reivindicatórios de políticas sociais (habitação, saúde, previdência, assistência social, educação, etc.) – ou sobre os movimentos sociais rurais – camponeses, reforma agrária, MST.

¹⁴⁴ Embora alguns “temam” reconhecer, foi o caso da reportagem veiculada pelo Jornal *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 2009 que cunhou o título de “Ditabranda” ao se referir à ditadura brasileira em comparação às ditaduras ocorridas na América Latina (sobre as ditaduras na América Latina indicamos o trabalho de John Dinges, *Os anos do Condor: uma década de terrorismo no Cone Sul*). Como se não fosse pouco, ainda em resposta aos professores Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides que manifestaram repúdio à reportagem, o Jornal se colocou de forma grosseira e antidemocrática ao desqualificar a posição dos professores. O interessante é que o debate se tornou público e a necessidade de propagar o real processo da ditadura brasileira mostra ser uma pauta premente.

de um conjunto de políticas sociais, mas também a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como expressões da organização de classe.

Foi no caldo da construção da democracia brasileira¹⁴⁵ que a Constituição Federal de 1988 ganhou forma, assim, ela expressa o processo de disputa que marcou aquele momento, expressa também toda a influência de um modelo keynesiano tardiamente “importado”, e que na Europa já estava com seus dias contatos¹⁴⁶. A Constituição Brasileira de 1988 carrega duas marcas fundamentais. Primeiramente ela expressa a luta de um país que conquistou a democracia “na unha”, daí decorre a expressiva tendência baseada na *participação popular* e no *controle social das políticas*. Em segundo lugar, embora ela expresse “rastros” de um Estado de Bem Estar Social – que segundo Netto manifesta um pacto entre as classes sociais –, esse processo na conjuntura mundial ocorreu tardiamente, pois a Europa vivenciava suas primeiras experiências neoliberais, que posteriormente se alastrariam pelo mundo, e que aqui no Brasil teve como consequência desse processo o “soterramento” das políticas sociais recém conquistadas.

Desse processo decorrem alguns elementos que iluminam nossas reflexões, sendo eles: *a cultura de resistência política, a participação popular e o controle social das políticas*. Esse conjunto de categorias ou manifestações de organização social, por si só já nos forneceria questões suficientes que se desdobrariam em muitos estudos. Aqui nos atemos em dois elementos centrais, ou seja, a capacidade de organização da classe e a possível cooptação por parte de interesses difusos.

Conforme já relatamos, foi na década de 1990¹⁴⁷ no mundo – tendo como ponto alto a queda do muro de Berlim – com o fim do socialismo real e a ofensiva

¹⁴⁵ Um conjunto de importantes textos sobre a temática pode ser encontrado em Melo, Carlos Ranulfo, Sáez Manuel Alcántara. (Org). *A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

¹⁴⁶ “Esse cenário se expressa no Brasil exatamente no contexto das mudanças políticas e institucionais que se tornaram visíveis a partir da promulgação da Constituição de 1988, que com todos os seus limites avançou na definição e mesmo na extensão de direitos sociais e políticos. Mas são avanços que vieram na *contramão de um movimento internacional* que gerou o aumento da pobreza e da desigualdade social e o fortalecimento de ideologias contrárias à universalização dos direitos sociais legalmente definidos pela Carta constitucional”. (Raichelis, 2007: 13 – grifos da autora)

¹⁴⁷ “A adoção, nos anos 1990, do *receituário* neoliberal e das chamadas medidas de ajuste estrutural preconizadas pelos organismos multilaterais a partir do que ficou conhecido como Consenso de Washington, desencadeia um forte movimento de regressão dos direitos e das políticas públicas, especialmente nos países capitalistas dependentes como o Brasil e América Latina, embora também

neoliberal (a partir de 1970) que o conjunto da humanidade se deparou com a barbarização (em termos marxistas) das relações sociais de produção e reprodução da vida social. Movimentos organizados emergiram por toda parte do globo manifestando insatisfação com o modelo que se colocava cada vez mais excludente. A chamada Globalização trouxe ao cenário político novas manifestações da *Questão Social*. A ação política mais expressiva desse processo ocorreu na cidade de Seattle nos EUA, e em decorrência (indireta) desse, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

“O movimento aflorou a superfície numa cidade que parecia condenada a ser uma das capitais da pós-modernidade, das sociedades em rede, do livre comércio e da globalização liberal – Seattle –, que passou a personificar as lutas de questionamento do pensamento único, do neoliberalismo e de seus organismos – o FMI, o Banco Mundial, a OMC, entre outros. O movimento não parou de crescer e de se estender – dos EUA ao sudeste asiático, da Europa a América Latina, do leste europeu a África, até encontrar em Porto Alegre seu espaço de formulação de alternativas ao neoliberalismo, com o Fórum Social Mundial”. (disponível em <http://alainet.org/active/1577&lang=es>)

Dessa forma, o Fórum Social Mundial expressa um conjunto de reações em oposição à conjuntura política aberta na passagem do século XX para o XXI. No site oficial do Fórum ele é assim definido:

“O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, Ongs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM. O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela

se expresse com grau e intensidade variados nos países capitalistas centrais” (Raichelis, 2007: 10 – grifos da autora).

diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização”.

(disponível em

http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1)

Nossas reflexões caminham para buscar o significado das seguintes questões: No contexto brasileiro de emergência do neoliberalismo, o Fórum Social Mundial coloca-se como uma alternativa à construção de contra-hegemonias? Especificamente sobre o conteúdo e o objeto de nosso trabalho, questionamos se existe uma confluência entre o Fórum Social Mundial e o Desenvolvimento Local, ou seja, o Desenvolvimento Local constitui-se como uma pauta de reivindicação do Fórum Social Mundial? E por fim, objetivamos refletir se dentro do campo no qual estão inseridas forças sociais de oposição ao capitalismo e ao neoliberalismo – na projeção de uma nova ordem societária –, existem propostas de crítica ao Desenvolvimento Local, ou ainda propostas (alternativas) de outras formas de Desenvolvimento Econômico.

Como já afirmamos, nossa pesquisa sobre *Desenvolvimento Local* em Portugal foi guiada pela ANIMAR, uma entidade privada sem fins lucrativos. A ANIMAR tem suas origens marcadas nos anos 1960 a 1970, através do processo das iniciativas comunitárias "que foram realizadas em vários pontos do país rural, em que se fizeram as primeiras experiências de superar a visão exclusivamente agrícola das comunidades rurais e de responder à imigração crescente e à perda de atividades econômicas que pudessem sustentar o presente e o futuro dessas zonas, na base da aposta na educação, reflexão e animação" (Albino, 2004: 11).

Albino (2004) retoma que embora essa fosse uma iniciativa majoritariamente rural havia também iniciativas e ações urbanas, e que tais iniciativas estavam a cabo das experiências dos movimentos cristãos, associações de caráter cultural,

organizações partidárias ou de caráter político, ou ainda político-sindical e cooperativo.

Ao retomar a história da ANIMAR o autor afirma ser:

“(...) impossível não referenciar o 25 de abril de 1974, e tudo o que foram os processos e iniciativas sociais que partiram da cultura, do emprego, da casa/ barraca, da educação básica da população, mas sempre numa perspectiva de despertar as pessoas, os cidadãos, e as comunidades para as suas necessidades, direitos, obrigações e capacidades próprias, numa lógica de emancipação social, econômica e política”. (Idem: 12)

Retomar, como afirma o próprio autor, é buscar na história recente de Portugal¹⁴⁸ a conjuntura política da ditadura Salazarista¹⁴⁹ baseada no nacionalismo autoritário – com fortes influências do fascismo italiano – e levada até as últimas consequências no país que vivenciou guerras constantes pela dominação dos povos africanos. O desgaste do processo político e das constantes guerras, somados à insatisfação de um povo que vivenciou a mais longa ditadura da Europa Ocidental do século XX¹⁵⁰ (41 anos), impulsionou um golpe militar dos setores médios das forças armadas portuguesas – o combate durou apenas um dia e o 25 de Abril de 1974 entrou para a história portuguesa como o “Dia da Liberdade”.

Assim, Albino nos mostra o cenário político e social que afirma ter sido propício ao florescimento das iniciativas de poder local ligadas às ações de formações políticas. Vejamos nas palavras do autor:

“Mas cruzando, um pouco, todos esses processos, que vinham, desde os anos 60/70 do século passado, iam germinando iniciativas de combate ao analfabetismo reinante, usando a metodologia pragmática e participativa de Paulo Freire. Isso gerou uma participação local muito alargada, particularmente das pessoas menos jovens das comunidades rurais e urbanas que, generalizadamente, queriam aprender a ter acesso à

¹⁴⁸ Sobre a história de Portugal ver *As vítimas de Salazar* de João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha.

¹⁴⁹ Menção ao ditador português Antonio de Oliveira Salazar (1889 -1970).

¹⁵⁰ Período Antonio de Oliveira Salazar (1926-1933) e Salazar/ Marcello Caetano (1933-1974).

informação. Toda esta malha de intervenções e alguns projectos salientavam, pelo menos, três aspectos que vieram a ser essenciais na conceptualização do Desenvolvimento Local: 1) a participação e emancipação social; 2) a incidência privilegiada no local de vivência; 3) a preocupação de contribuir para a melhoria geral das condições de vida das comunidades locais". (2004: 12)

Ainda sobre esse processo, o autor revela que "discorrendo sobre o princípio da história do *Desenvolvimento Local* em Portugal também temos que ir pôr os olhos no contributos, teóricos práticos, que vieram do estrangeiro" (Idem: 12-13).

Da contribuição internacional (estrangeiro, nos termos do autor citado) apontamos duas questões aqui relevantes para a análise que estabelecemos. Trata-se do "Conceito de Agente de Desenvolvimento" ligado à aceitação de que cada Local é um território com vida própria, o qual, por via de Instituições ligadas a ONU e ao aprofundamento da CEE, se foi divulgando por esse mundo "à fora"; e do "Conceito e iniciativas que se desenrolaram debaixo da denominação de Desenvolvimento Comunitário ou Rural, em que militantes diversos, nomeadamente, da Extensão Rural, tiveram um papel preponderante, e que se foram realizando pelos anos 50/60/70 pela Europa e pelos países pobres" (Idem: 12-13). Faz-se oportuno, novamente, outra recorrência ao próprio autor português para esclarecer o "Conceito de Agente de Desenvolvimento" .

"Quase coincidindo com a Integração de Portugal na Comunidade Económica Européia (1986) os serviços da Comissão lançaram o desafio de serem formados e colocados no terreno Agentes de Desenvolvimento. De uma forma linear, diremos que a CEE queria experimentar como seria possível criar Agentes de Desenvolvimento, ou seja, *Cidadãos que, na base duma profissionalização voluntarista, gerassem uma superação dos saudosismos, em prol de uma visão de auto-construção de iniciativas em cada localidade e zona geográfica*" (Idem: 14 – grifos nossos). ¹⁵¹

¹⁵¹ Por ora, somente assinalamos que esses elementos permitem refletirmos sobre os rumos que o Desenvolvimento Local assumiu em Portugal pós-adesão à CEE.

Desse modo, com relação ao *Desenvolvimento Local* em Portugal, utilizamos o relatório de pesquisa por nós produzido, conforme já mencionamos, realizada nesse país, além de artigos e informações do site da ANIMAR e ainda a produção de José Carlos Sabino¹⁵².

Trabalhamos com a ideia de que o *Desenvolvimento Local* em Portugal tem suas origens marcadas por movimentos autônomos que foram sendo *influenciados* pela lógica da primeira tendência (Tendência Oficial) pós-adesão de Portugal à Comunidade Européia – 1986. *Assim, o interessante desse processo é compreender quais foram às confluências entre concepções presentes na origem (Comunidades Locais) e, posteriormente, quando da influência da UE através dos financiamentos dos projetos de Desenvolvimento Local*¹⁵³.

¹⁵² José Carlos Albino escreveu o livro *Contributo para História do Desenvolvimento Local em Portugal: As estórias da animar nas comemorações do 10º aniversário*; foi membro fundador da referida entidade, além de militante do MES – Movimento de Esquerda Socialista. No referido livro, o autor buscou as raízes da história do *Desenvolvimento Local* em Portugal.

¹⁵³ Em 1991 deu início o programa Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural). Assim: "O Programa LEADER foi uma iniciativa da Comissão Européia, D.G. VI, para apoiar o desenvolvimento integrado e participado nas zonas rurais com problemas de desenvolvimento, através de ajudas e assistência a iniciativas e pequenos projectos". Fonte: (<http://www.leADERoeste.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=d4b3b477-9182-4339-a2038f83ae94a2ae&m=b52>).

Tanto Mar – 1975 (primeira versão) *	Tanto Mar – 1978 (segunda versão)
Sei que estás em festa, pá Fico contente E enquanto estou ausente Guarda um cravo para mim	Foi bonita a festa, pá Fiquei contente E inda guardo, renitente Um velho cravo para mim
Eu queria estar na festa, pá Com a tua gente E colher pessoalmente Uma flor do teu jardim	Já murcharam tua festa, pá Mas certamente Esqueceram uma semente Nalgum canto do jardim
Sei que há léguas a nos separar Tanto mar, tanto mar Sei também quanto é preciso, pá Navegar, navegar	Sei que há léguas a nos separar Tanto mar, tanto mar Sei também quanto é preciso, pá Navegar, navegar
Lá faz primavera, pá Cá estou doente Manda urgentemente Algum cheirinho de alecrim	Canta a primavera, pá Cá estou carente Manda novamente Algum cheirinho de alecrim

* Letra original, vetada pela censura; gravação editada apenas em Portugal, em 1975.
Letra de Chico Buarque de Hollanda

Iniciar a reflexão com as duas versões da canção do grandioso poeta Chico Buarque não é mera manifestação de reverência a um ídolo, mas a possibilidade de demonstrar através da poesia alguns importantes subsídios do ponto de partida das reflexões que fazemos aqui. Primeiramente cabe sinalizar a importância que os movimentos sociais contra as ditaduras tiveram não somente nos dois países, mas, em todo o mundo, ou seja, a luta contra todas as formas de opressão e violência marca significativamente um avanço na história da humanidade em busca de seu projeto emancipatório.

Tanto Portugal quanto Brasil tiveram no período de pós ditadura militar um importante processo de conquistas sociais e formação de organizações políticas. Portugal pós 1974, segundo Albino (2004) "(...) foi, efectivamente, um período em que muitas experiências e projectos assumiram a participação intrinsecamente motivada dos interessados na resolução das suas necessidades" (2004: 12). Igualmente no Brasil, nos finais da década de 1970 e início de 1980, trabalhadores rurais e urbanos organizaram-se em movimentos reivindicatórios por qualidade de vida e emprego. Albino destaca ainda que:

“Nesse quadro do Pós-25 de Abril é de salientar a luta das Cooperativas de Produção pelo emprego, a luta por uma habitação digna das Comissões de Moradores e das Cooperativas de Habitação Económica, a luta dos Agricultores por Cooperativas democráticas, funcionais e úteis, a luta por melhorias nos serviços Comerciais das Cooperativas de Consumidores, a luta de várias mãos cheias de novos/ velhos Animadores Sócio-Culturais que realizaram um trabalho de reanimação e criação de novas e melhores colectividades, tanto pelas zonas rurais adentro como, também, nas periferias das nossas metrópoles, de Norte a Sul e Ilhas”. (2004: 12)

No Brasil, com um forte protagonismo na região metropolitana de São Paulo, eclodiram movimentos sociais das mais variadas expressões. Os sindicalistas do ABC paulistano construíram uma história mundialmente reconhecida que moldou a formação do operariado brasileiro. O movimento de moradia da zona leste de São Paulo com suas experiências dos mutirões autogestionários¹⁵⁴ através de cooperativas de trabalhadores influenciaram o que posteriormente ficou conhecido como política pública de habitação para cidade. O movimento de saúde, das mães crecheiras, enfim, várias formas de organização e participação foram construídas nesse contexto histórico.

No processo de redemocratização do país e com a promulgação da Constituição de 1988 – que conforme descrevemos é expressão desse momento histórico –, uma nova concepção de participação foi começando a ser delineada. A institucionalização da participação através dos Fóruns, Conselhos, entidades representativas trouxe ao cenário político uma nova forma de organização da classe. Nesse período histórico os partidos e sindicatos ainda mantinham alguma hegemonia nos processos das lutas sociais.

Conforme também já refletimos, o projeto neoliberal da década de 1990 levou de assalto as recentes conquistas sociais brasileiras. Montaño (2003) descreve esse processo enfaticamente:

¹⁵⁴ Ver Bonduki, Nabil. *Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

“Ora, o problema no Brasil não é a existência de um Estado social ‘protecionista’, mas sua *inexistência*, ou, pelo menos, seu precário desenvolvimento, não é a forte presença do Estado, mas sua privatização interna o que constitui o problema central. Não casual, porém de forma paradoxal, justamente no momento em que se tece, a partir da Constituição de 1988, um projeto que esboça certo Estado Providência, de Bem-Estar Social, os setores ligados ao grande capital, orientados pelo Consenso de Washington e apoiados pela ‘esquerda cooptada’, tentam liquidá-lo, mediante uma ‘reforma gerencial’ – uma *contra-reforma*”. (2003: 41-42)

É no quadro descrito por Montañó (contra-reforma), da relação entre construção de espaços de participação popular (legitimamente conquistado pelos movimentos) e perda de direitos (projeto neoliberal) que o *Desenvolvimento Local* torna-se uma referência de intervenção política no país. Parece salutar que é precisamente num país com forte organização política de âmbito local (variados movimentos reivindicatórios), com dimensões geográficas continentais (são mais de 4.000 municípios) e uma adesão incondicional ao modelo de reestruturação do capital na década de 1990, que uma proposta com apelo “localista” baseado na “solidariedade” cai como uma luva.

Contudo, os processos de resistências, mesmo que difusos, trouxeram para o quadro nacional um campo fértil para a construção da contra-hegemonia. Nesse sentido, o *movimento que parece reunir esse contraditório espaço é o Fórum Social Mundial que emerge como uma proposta brasileira*, e que nesse ano, 2010, completa 10 anos desde sua primeira edição em 2001. Souza (2001) ao descrever a ideia do Fórum apresenta a proposta embrionária que auxilia na análise crítica do processo:

“Há um debate interessante e inesperado na origem do Fórum. Este não brotou na mente de um quadro político profissional ou de um ativista de movimento, *mas de um empresário brasileiro, Oded Grajew*, nascido em Tel-Aviv, ex-fabricante de brinquedos, hoje a frente do instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania. Viajando pela Europa de férias e tendo

notícias de Davos e de outros encontros internacionais, veio-lhe um pensamento: por que não organizar outro fórum 'em que o centro são pessoas e a economia esteja a serviço das pessoas (...) ver o mundo a partir das pessoas, da solidariedade, da qualidade de vida, da preservação do planeta e da espécie humana'. Tão simples como isso. E tão subversivamente reorientador". (2001: 36 – grifos nossos)

E ainda sobre a origem da ideia:

"Chegando a Paris, telefonou para Francisco Whitaker Ferreira – secretário-geral da Comissão da Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ativista de tantas experiências, ex-vereador de São Paulo – e disse-lhe: 'Chico, tive um idéia'. Esse topou no ato e a levaram a *Bernard Cassen, do Le Monde Diplomatique e criador da Attac* (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), com quem Chico tinha um encontro marcado. Acordo rápido entre os três, que tiveram a responsabilidade de lançar a aventura. Chico seria então um motor infatigável nos bastidores, no seu estilo paciente e eficaz, sem perder o sorriso e o entusiasmo". (2001: 36 – grifos nossos)

Assim, de acordo com Silva, a junção de uma massa de milhares de pessoas no mundo inteiro (em 10 anos) contra o neoliberalismo, que a princípio se aglutinaram voluntariamente após a ideia de um homem que a socializou com demais "homens" (representativos e influentes, é claro), nos faz crer com suas afirmativas que foi assim que a coisa aconteceu. Talvez o evento não seja tão "bucólico" como foi relatado¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Existem grupos políticos que sempre se posicionaram contra as aspirações e proposta do Fórum. O centro da crítica dos opositores advém do amplo e plural campo de forças políticas que compõem a direção do movimento. A maior discordância está na centralidade que as grandes ONGs tem nesse processo, além de personalidades que dividem acentos nos dois campos, ou seja, muitos dos fomentadores do Fórum têm íntimas relações com as agências multilaterais, grandes corporações empresariais e um discurso humanizado do capital. O Fórum em 2001 tinha o seguinte comitê organizador: ABONG, ATTAC, CBJP, CIVES, CUT, IBASE, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Júlio Turra, (Diretor da CUT e militante do PT) em um texto intitulado *O Fórum Social Mundial e seu significado para o movimento operário brasileiro*, descreve que "O FSM não foi 'um raio no céu azul', correspondeu ao ponto de chegada de uma política que já vinha se desenvolvendo anteriormente – no Brasil e em nível internacional – e, ao mesmo tempo, sua realização potencializa essa política – que toma emprestada de Bill Clinton o slogan 'dar face humana à globalização' – que

É evidente que existia (e ainda existe) uma insatisfação mundial com os rumos e a hegemonia do capitalismo, mas daí a reunir tantas pessoas com aparente facilidade não condiz com a realidade. Então há que se fazer a distinção de pelo menos três elementos desse processo, sendo eles: 1) o *desejo das pessoas* – o processo do FSM demonstra positivamente a real possibilidade de mobilização mundial das classes, pois existe uma insatisfação mundial contra o modelo que aí está, e a possibilidade de transformação é real, é possível reunir forças para modificar o quadro; 2) *a direção do processo político* – há que se observar o real interesse de quem organiza e financia o FSM, a pluralidade como princípio pode acarretar num consenso entre desiguais (se de fato fosse percebido um real papel revolucionário, o Fórum com certeza sofreria diversos ataques), e, por fim, 3) *a desorganização da classe*¹⁵⁶ – uma ação como essa, por aglutinar um conjunto tão amplo de demandas e interesses sociais, faz com que se dilua a luta de classes e a centralidade da ruptura com o capitalismo; as entidades historicamente construídas pelos trabalhadores – partidos e sindicatos – perdem a centralidade e a direção e uma dispersão generalizada entra em cena.

Das constatações acima descritas, um hiato preenchido por questionamentos necessita ser problematizado. Após os dez anos do FSM, já é possível fazer uma avaliação com mais distanciamento do estado de euforia analítica que invadiu a academia nos primeiros anos,¹⁵⁷ posto que ao buscar os fundamentos do Fórum, encontramos uma conexão e mais uma real relação com os fundamentos do *Desenvolvimento Local*. Nosso objeto de estudo não é construir uma profunda

transforma hoje numa ameaça maior contra a existência de organizações independentes dos trabalhadores nos planos político e sindical” (Turra, 2001: 78).

¹⁵⁶ A pesquisa do NEPEDH também observou questões a esse respeito: “A sociedade civil organizada aparece (...), como um sujeito político capaz de efetivar mudanças, no entanto, as organizações historicamente capazes de dar unidade à luta coletiva com recortes de classe, muitas vezes, são analisadas com desconfiança, supondo-se que a disputa pelo poder do Estado, implicaria necessariamente no abandono de interesses coletivos e na supressão das reivindicações mais particulares dos diferentes movimentos sociais e entidades, considerados como legítimos representantes da diversidade e da heterogeneidade que integram os segmentos diferenciados da sociedade” (NEPEDH, 2006: 168-169).

¹⁵⁷ Não se trata aqui de desconsiderar ou mesmo desqualificar a importância que um evento de tamanha envergadura como esse, teve e tem para o conjunto das classes sociais. A capacidade de organização em prol de uma bandeira unificada de superação da exploração e contra a opressão – afirmando ser possível “um outro mundo” – é o que vem mobilizando muitos revolucionários há séculos, é o que inspira aqueles que, assim como nós, acreditam na transformação social. Todavia, faz-se necessário estabelecer a crítica fraterna aos que apostaram e construíram essa possibilidade de organização, com a perspectiva de potencializar os aspectos positivos da experiência e superar/avançar no processo político e histórico.

análise do Fórum – somente essa tarefa já seria em si um estudo único (indicamos a necessidade emergencial de tal tarefa). No entanto, no arcabouço aqui delimitado, ajuda-nos na construção dos argumentos e consequentemente na busca por respostas para as seguintes perguntas: O que une essas pessoas? Quais são seus interesses? O que de fato elas desejam? A proposta é de superação da ordem, ou a busca de alternativas às agruras do capitalismo? Se essa última é fato, no limite ela não seria uma proposta de humanização do capitalismo? Se assim se coloca, o *Desenvolvimento Local* é uma possibilidade no âmbito das propostas do Fórum? Quais projetos alternativos de Desenvolvimento Econômico estão sendo criados? Não temos condições de refletir nesse estudo sobre o conjunto das várias edições do FSM e sua paulatina reconfiguração histórica¹⁵⁸.

Vale salientar que a pesquisa desenvolvida pelo NEPEDH em 2003 a 2006, concluiu que: “Em linhas gerais é possível afirmar que, tanto a pesquisa qualitativa de campo, quanto a documental, revelam tendências heterogêneas, baseadas em diferentes concepções e práticas, dos indivíduos sociais e das entidades participantes do FSM, em torno da negação à globalização neoliberal” (NEPEDH, 2006: 166).

Uma das principais questões conclusivas do resultado da pesquisa do NEPEDH aponta que apesar da existência no seio do Fórum de uma tendência hegemônica que nega a construção de propostas unitárias, bem como defende o caráter conciliatório e de humanização das propostas capitalistas, há resistências e contraposições. A pesquisa apontou que existe uma conjunção de forças políticas e projetos em disputa. Vejamos nos termos do relatório final:

“Os pressupostos e diretrizes que, no âmbito do Comitê Organizador, indicam uma certa hegemonia em relação à compreensão de que o FSM é um espaço, uma possibilidade de articulação em rede dos movimentos,

¹⁵⁸ Trabalhamos com os dados da pesquisa do NEPEDH que fez uma apreciação dos três primeiros Fóruns. Para uma avaliação mais precisa do processo histórico, conforme já afirmamos, seria necessário um estudo mais aprofundado e uma avaliação mais crítica desses dez anos, pois, o que percebemos com as leituras é que muita coisa mudou, principalmente se compararmos as primeiras três versões com os rumos que o Fórum foi tomando – principalmente depois que esse expande a base do encontro para outras partes do mundo. Os encontros foram: 2001 a 2003 em Porto Alegre/ Brasil; 2004 – Mumbai/Índia; 2005 – Porto Alegre/ Brasil; 2006 – foi uma versão policêntrica – Bamako/África, Caracas/Venezuela, Karachi/Paquistão; 2007 – Nairóbi/ Quênia; 2008 descentralizado em várias partes do mundo; 2009 – Belém do Pará/ Brasil, e em 2010, totalmente descentralizado – atividades simultâneas em várias partes do mundo.

sem com isso objetivar a criação de estratégias e programáticas que unifiquem uma dada direção social aos seus participantes, aparecem incorporados nas avaliações e representações tanto dos sujeitos entrevistados durante a edição de 2003, quanto de representantes nacionais e estrangeiros que integram os comitês organizadores do FSM. Por outro lado, essa tendência hegemônica de recusa de uma perspectiva de criação de uma unidade entre as práticas e estratégias dos movimentos e entidades que participam do FSM, mostrou-se tensionada pelos discursos e avaliações de alguns entrevistados e de alguns 'mentores' intelectuais que participam e acompanham esse processo. Especialmente quando avaliam a necessidade de construção de uma agenda política capaz de se contrapor efetivamente às estratégias de dominação do capital globalizado, através da criação de uma unidade política e estratégica que dê direção social as práticas e ações cotidianas das entidades e movimentos que enfeixam as chamadas 'lutas antiglobalização'". (NEPEDH, 2006: 166 – grifos nossos)

Em síntese, o grupo de pesquisadores do NEPEDH após a pesquisa chegou a importantes constatações podendo ser descritas de forma resumida nas seguintes afirmativas:

- a) Existem posições heterogêneas internamente ao FSM principalmente em relação aos seguintes pontos: ter ou não caráter deliberativo¹⁵⁹, ser ou não propositivo na construção de bandeiras unitárias;
- b) Em decorrência dessa heterogeneidade, existe tensão em relação à concepção do caráter de resistência; o grupo identificou que existem diversas matizes¹⁶⁰;

¹⁵⁹ "A polêmica quanto à natureza política do FSM remeteu, em alguns casos, ao questionamento do princípio não deliberativo do evento, através da afirmação de que o FSM deveria ter um papel mais propositivo e mais diretivo, no sentido de tornar-se um sujeito político; posição contestada pelos que o defendem apenas como um espaço de troca de experiências" (NEPEDH: 2006, 170).

¹⁶⁰ "Assim, se para alguns a resistência à globalização econômica supõe a construção de negociações e de consensos voltados à imposição de limites aos efeitos perversos do capitalismo; para outros, não se trata de humanizar a globalização, mas de superar essa ordem social. Se o princípio não deliberativo do FSM é questionado, afirmando-se que o evento deveria tornar-se um sujeito político; também ocorre a sua contestação, pelos que o defendem como espaço de troca de

Em linhas gerais, a pesquisa demonstrou a importância que o FSM tem como expressão de um descontentamento com o neoliberalismo e a possibilidade de os grupos construírem pautas a serem trabalhadas no cotidiano das lutas políticas. Embora tenham concluído que o Fórum não é um espaço das emergências de transformações sociais estruturais, indicaram que ele possibilita a construção de um debate e uma agenda em torno de importantes questões conjunturais para a classe trabalhadora. Por fim descrevem que:

“De acordo com nosso material, consideramos que o FSM tende, de modo acentuado, a se caracterizar como espaço de participação social da sociedade civil em oposição ao Estado e aos partidos políticos, com uma defesa muito forte da diversidade entendida como ausência de proposições que possam implicar posicionamentos políticos unificados. Mas, ainda que tais posições sejam marcantes, existem divergências no conjunto do material analisado por nós. O que se observa é que a dinâmica da realidade é mais complexa do que a organização e condução oficial do FSM; dessa forma, ainda que se coloquem limites formais à deliberação política dos movimentos, ou a uma maior politização das discussões oficiais, elas acabam ocorrendo. Assim, por exemplo, se a discussão de estratégias políticas ou das determinações de classe acabam ficando descartados das grandes conferências, aparecem nas oficinas e encontros paralelos, reproduzindo, de modo peculiar, no interior do FSM, a dinâmica política das organizações de classe”. (NEPEDH, 2006: 173)

E por fim apontam que:

“Desse modo, o FSM expressa divergências sociais reais no campo da ética, da política e dos direitos humanos: utopias e projetos sociais em oposição na sociedade. Consideramos seus limites e suas potencialidades como

experiências. Vê-se uma certa recusa à criação de uma unidade política no FSM, devido à busca de preservação da diversidade, indicando uma valorização extremada da capacidade individual e espontânea de mudança, em contraposição a uma negação da política, enquanto direção estratégica, por entendê-la como sinônimo de autoritarismo. Ao mesmo tempo, diversos analistas afirmam o internacionalismo proletário, a mundialização das lutas populares, a rebelião contra o poder, a emancipação social e humana, a radicalização da democracia, o socialismo” (NEPEDH, 2006: 170).

expressões e produtos históricos de circunstâncias sociais nada favoráveis aos movimentos revolucionários. Como diz Emir Sader, os movimentos de resistência global surgem quando 'uma certa geografia de esquerda foi apagada'. Concordamos com Sader, em sua afirmação de que o FSM tem elementos de fraqueza e de força: de força porque recolhe o que de melhor tem surgido, no campo teórico e moral, dos grandes temas da humanidade, para discutir; fraqueza porque ainda não conseguiu traduzir esses elementos em força política". (NEPEDH, 2006: 174)

De início caminhamos na pesquisa para buscar respostas para algumas questões, principalmente para justificar a existência de um Campo Contra-hegemônico em relação ao *Desenvolvimento Local* e a possibilidade de construção de alternativas de Desenvolvimento Econômico. Mais que construir respostas, o estudo nos leva à elaboração de outras perguntas, apontando a necessidade de novas pesquisas com relação à temática. Contudo, é possível no âmbito desse trabalho tecer algumas considerações ainda preliminares.

Primeiramente, verificamos que o FSM não acontece originalmente "por acaso" no Brasil, além da única obviedade existente – ou seja, o idealizador ser brasileiro naturalizado – o Brasil, como descrevemos, construiu nos finais da década de 1970 e 1980 um caldo de cultura política organizativa que serviu de espelho para todo o mundo¹⁶¹. O estudo nos leva a perceber e confirmar as assertivas da pesquisa do NEPEDH; verificamos que o Fórum como espaço de "reunião" e troca de experiências de esquerda tem ocupado uma lacuna importante no cenário político internacional, todavia, não podemos atribuir a esse um caráter revolucionário de superação e mudanças estruturais também a partir da construção da unidade

¹⁶¹ Em um artigo bastante sugestivo ao nosso trabalho o professor de Planejamento Urbano da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro lembra que: "Não se deve esquecer, no entanto, que diversas práticas brasileiras de administração local e de políticas públicas no campo social, econômico e da cidadania, estão sendo difundidas, nesse momento, mundo afora, fazendo *escola* e gerando, quem sabe, *modelos*. Esse conjunto de práticas, por exemplo, foi decisivo para a escolha do Brasil como sede do Fórum Social Mundial, que abriu o novo milênio discutindo formas de pensamento e práticas alternativas à globalização neoliberal nos termos de uma nova sociabilidade, de uma nova economia e de uma nova cidadania". (disponível em <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271b.htm>). Ou ainda, de acordo com Turra (2001) a opção por Porto Alegre advém da gestão do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre (foram quatro mandatos consecutivos) sendo uma vitrine em todo o mundo de modelo de gestão participativa através das experiências do Orçamento Participativo de Olívio Dutra.

política. Ele tem cumprido a função de reunir ideias, ainda que isso possa ter um caráter dispersivo como anteriormente indicamos.

E por fim, especificamente sobre o conteúdo e o objeto de nosso trabalho, quando questionamos se existe uma confluência entre o FSM e o *Desenvolvimento Local*, ou seja, se *Desenvolvimento Local* constitui-se como uma pauta de reivindicação do FSM, verificamos que não é possível construir uma resposta única, mas sim um conjunto de novas reflexões.

Inicialmente, assim como verificamos na primeira Tendência de análise – *Campo Hegemônico: Neoconservadorismo Pós-moderno* – existe no seio da segunda Tendência, *Campo Contra-hegemônico: Lutas Sociais*, diversas matizes, algumas mais à esquerda e até mesmo a presença de um campo mais conservador de base pós-moderna¹⁶². Assim, a heterogeneidade não é característica apenas da Tendência 1. Em nosso estudo, de maneira geral, percebemos que existem mais dúvidas do que assertivas. Nosso objetivo inicial foi mostrar que existe um Campo Contra-hegemônico em relação às propostas de *Desenvolvimento Local*.

De posse das afirmativas acima, a questão passa a ser: como se materializa na perspectiva Contra-Hegemônica as ideias do *Desenvolvimento Local*? O que verificamos é que, assim como nós identificamos tendências no debate do *Desenvolvimento Local*, o NEPEDH também identificou tendências (hegemônicas e contra-hegemônicas) em relação às propostas do FSM. Dessa forma, a resposta está em compreender que o que definirá o processo será o jogo de interesses que move a sociedade de classes, ou seja, quando afirmamos que o *Desenvolvimento Local* é uma alternativa construída pelos interesses do capital em sua fase mundializada e o

¹⁶² A pesquisa do NEPEDH identificou que os "(...) achados das pesquisas de campo e documental confirmam, num certo sentido e no âmbito da tendência hegemônica de recusa da criação de unidade ao FSM, expressões culturais vinculadas ao pensamento 'pós-moderno'. Os conteúdos de algumas entrevistas e de alguns documentos revelam uma valorização extremada da capacidade individual de mudança, das iniciativas espontâneas das entidades e movimentos em contraposição a uma recusa de unidade e de direção estratégica que, em alguns casos, são consideradas como sinônimo de autoritarismo, de engessamento e de imposição que negariam a diversidade e a democracia. Essa tendência pode ser considerada, a nosso ver, como uma expressão do caldo cultural 'pós-moderno' de recusa de apreensão dos sujeitos coletivos a partir de sua inserção nas classes fundamentais. A valorização da diversidade, da identidade, dos recortes de gênero, de etnia, de geração e de orientação sexual, aparece, quase sempre, desvinculada das determinações de classe. Essa recusa também se expressa, pela associação entre a ação política e a disputa pelo poder dos sujeitos coletivos representados nas entidades de classe – como partidos e sindicatos – como formas de manipulação e dominação que devem ser condenadas" (NEPEDH, 2006: 167).

NEPEDH por sua vez, identifica a presença de forças internas ao FSM que buscam a humanização do capital, e ainda, quando supomos que o *Desenvolvimento Local* em Portugal se descaracterizou pós-adesão à UE, verificamos que a confluência mobilizatória do capitalismo para destruição da organização da classe se objetiva de acordo com as determinações de reprodução da ordem burguesa, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Ao mesmo tempo não podemos ignorar a presença de forças de resistência e lutas sociais na direção da superação da ordem burguesa ou de enfrentamento de seus limites; lutas que coexistem no interior do FSM e das experiências portuguesas com outras formas de resistência que podem ou não estar conectadas a um projeto de ruptura do capitalismo. Nesse sentido, a crítica radical aos fundamentos do *Desenvolvimento Local* não exclui a possibilidade de ações políticas voltadas à ampliação dos direitos sociais e das conquistas dos trabalhadores que tenham como horizonte a construção de uma nova sociedade e de um novo patamar de Desenvolvimento Econômico.

Verificamos com a pesquisa que as noções de “*Desenvolvimento Alternativo*” presente no FSM estão ligadas as concepções de *Desenvolvimento Sustentável*, existe, por exemplo, uma preocupação real com relação à preservação dos recursos naturais (principalmente com relação à água) e do meio ambiente que perpassa toda a agenda do FSM. São relatadas formas de resistência real às grandes empresas que buscam a privatização das águas. Por outro lado, tecemos uma crítica radical aos princípios do Conceito de *Desenvolvimento Sustentável* no âmbito da construção hegemônica de Desenvolvimento.

Diante disso, arrematamos nossa reflexão com base na conclusão dos pesquisadores do NEPEDH: “Nesse sentido, é a correlação de força dos movimentos, determinada pelas possibilidades da história, em sua dinâmica de afirmação e negação dos projetos emancipatórios, que vai definir em última instância, os rumos do FSM” (2006: 172). Para nós, o que resta é restabelecer sempre uma análise crítica dos processos em curso; em tempos de crise aguda os capitalistas não pouparam esforços em dar face humanizada às monstruosidades que o Capital vem adquirindo. Harvey (2004) no seu auspicioso livro *Espaços de Esperança*, ao descrever a autenticidade das reflexões de Marx na atualidade, aponta:

“Eu poderia trilhar por bem mais tempo esse caminho, mas o que interessa aqui não é provar que muito do que passa por inovador em nossa atual história discursiva já está prefigurado em Marx, mas indicar o mal que a leitura de contos de fadas das diferenças entre o ‘então’ e o ‘agora’ está causando a nossa capacidade de enfrentar as mudanças que nos cercam. Apartar-nos de Marx é cortar nosso nariz investigativo a fim de satisfazer à face superficial da moda intelectual contemporânea”. (Harvey, 2006: 27)

CONCLUSÕES

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE: O *DESENVOLVIMENTO LOCAL* NO COTIDIANO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE: O *DESENVOLVIMENTO LOCAL* NO COTIDIANO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Ao final dessa difícil jornada esperamos ter contribuído, ainda que minimamente, senão com informações novas, com a indicação de um debate necessário. Sabemos que por vezes o panorama por nós traçado não foi o mais fácil ou otimista. Daí, recorremos às apreciações de Montañó (2003): "Ora, o 'pessimismo da razão', como nos ensinou Gramsci, não cancela o 'otimismo da vontade', sempre que sustentados no realismo da análise. (...) 'quem erra na análise, erra na ação'" (2003: 18).

A análise que aqui construímos – e fizemos questão de deixar isso o mais claro possível durante todo o trabalho – parte de uma perspectiva teórica localizada na tradição marxista. Dessa maneira, nossas conclusões não são meras constatações de uma pesquisa pontual, mas reflexões construídas a partir de uma visão de homem e de mundo, uma análise da realidade sem pretensões de encontrar respostas objetivas para a construção de propostas de intervenção institucional, como por vezes ocorre no âmbito do Serviço Social.

Sendo assim, partimos das considerações do *Desenvolvimento Local* no cotidiano das políticas sociais numa conjuntura marcada pela mundialização do capitalismo, na qual a *Questão Social* ganhou (e ganha) novas expressões que se materializam em inéditos desafios para os Assistentes Sociais.

Nosso objetivo aqui – como inclusive já sinalizamos – *é construir uma pauta de discussão sobre o tema* – posto que as questões que envolvem a problemática sobre o Desenvolvimento, seja ele Local ou Global estão na ordem do dia –, pois entendemos que as considerações que construímos são aproximações ainda de caráter primário a um conjunto complexo de forças políticas que *necessitam ser interpretadas* no atual momento conjuntural marcado pela maior crise do capitalismo desde a década de 1970.

O historiador Eric Hobsbawm, em entrevista, afirma que "O 'fundamentalismo de mercado' anglo-americano quebrou em 2008, no momento do seu apogeu. O século XXI deverá reconsiderar, portanto, os seus próprios problemas em termos

muito mais realistas”.¹⁶³ Assim, abrimos o novo milênio com mais incertezas e desafios do que esperanças. Ainda que a crise tenha tomado proporções indecifráveis para os “mais célebres” economistas e cientistas políticos, os pressupostos desse processo e consequentemente das grandes e graves “catástrofes sociais” já estavam dados desde a opção pelo projeto neoliberal das décadas anteriores, que como relatamos foi destrutivo às conquistas sociais do período desenvolvimentista do Welfare State.

Francisco de Oliveira, Emir Sader e Eric Hobsbawm, foram chamados pela imprensa jornalística (de forma distinta) para explicar os motivos da crise que se abriram nesse começo do século XXI. São análises de intelectuais que têm dedicado seus estudos a entender o conjunto da formação da sociedade industrial capitalista no mundo. Descrevemos aqui trechos das três entrevistas de forma a subsidiar nossas reflexões finais na perspectiva de apontar caminhos para um novo debate:

“Na verdade, não concordo que essa seja uma crise financeira; tampouco acho que a sua origem esteja nos mercados financeiros centrais. A meu ver estamos diante de uma crise da globalização do capital. Todas as outras também foram crises globais, claro, devido à centralidade do capitalismo norte-americano. Mas essa crise não floresce exatamente num ponto geográfico; à rigor, se formos localizá-la seria na incorporação da mais-valia gerada na China e na Índia nos últimos vinte anos; novidade esta que influenciou o conjunto da globalização capitalista e redundou no atual colapso; uma crise de realização do valor. O sintoma financeiro é sua manifestação mais evidente, mas não a sua essência. (...) Estamos diante de algo maior que a própria manifestação financeira da crise; algo que persistirá para além dela e condicionará todos os passos da história neste século”. (Francisco de Oliveira ao Jornal *Carta Maior*)

“Para entendermos o caráter da crise atual e seus efeitos para os países latino-americanos é preciso recordar o gigantesco processo de transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo que a desregulamentação promoveu em escala nacional e internacional. (...) as

¹⁶³ O texto foi publicado no jornal *La Repubblica* em 09 de outubro 2009. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

crises, como é típico do capitalismo expressavam processos de superprodução ou subconsumo, refletindo o desequilíbrio estrutural entre a enorme capacidade de expansão das forças produtivas e sua incapacidade de distribuir renda na mesma medida daquela extensão, processo já identificado por Marx no Manifesto Comunista". (Emir Sader ao *Le Monde Diplomatique* Brasil)

"A recuperação do interesse por Marx está consideravelmente – eu diria, principalmente – baseado na atual crise da sociedade capitalista, a perspectiva é mais promissora do que foi nos anos noventa. A atual crise financeira mundial, que pode transformar-se em uma grande depressão econômica nos EUA, dramatiza o fracasso da teologia do livre mercado global descontrolado e obriga, inclusive o governo norte-americano, a escolher ações públicas esquecidas desde os anos trinta. (...) No entanto, Marx não regressará como uma inspiração política para a esquerda até que se compreenda que seus escritos não devem ser tratados como programas políticos, autoritariamente ou de outra maneira, nem como descrições de uma situação real do mundo capitalista de hoje, mas sim como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista". (Eric Hobsbawm ao *La Repubblica*)

No Serviço Social, Iamamoto (2007) em sua mais recente produção, apresenta um caminho interpretativo como quem tivesse apontando uma lanterna na escuridão, quando sugere compreender o Serviço Social em tempos de capital fetiche, mostrando que:

"Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da questão social na era das finanças, na qual o capital, em luta contra a sua crise, torna-se um 'espectro de si mesmo', como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz". (Iamamoto, 2007: 21)

De base do conjunto de argumentações sobre a nova crise, afirmamos que nossa construção analítica nesse trabalho foi demonstrar que o *Desenvolvimento Local* como estratégia hegemônica de um desenvolvimento alternativo tem suas bases nesse contexto histórico e partilha de um referencial teórico e ideológico de bases neoconservadoras, ou seja, a compreensão do *Desenvolvimento Local* deve necessariamente partir da compreensão das novas estratégias do capitalismo para suas crises extremamente agudizadas pós-crise de 1970, e que em 2008 ganha novas expressões que ainda necessitam ser melhores decifradas, pois a realidade é dinâmica, não cabendo nesse momento fazer previsões, mas sim com base nos acontecimentos históricos estabelecer nexos e buscar compreender a realidade. Em Hobsbawm (idem) novamente encontramos pistas:

“Para qualquer interessado nas idéias, seja um estudante universitário ou não, é patentemente claro que Marx é e permanecerá sendo uma das grandes mentes filosóficas, um dos grandes analistas econômicos do século XIX e, em sua máxima expressão, um mestre de uma prosa apaixonada. Também é importante ler Marx porque o mundo no qual vivemos hoje não pode ser entendido sem levar em conta a influência que os escritos deste homem tiveram sobre o século XX. E, finalmente, deveria ser lido porque, como ele mesmo escreveu, o mundo não pode ser transformado de maneira efetiva se não for entendido. Marx permanece sendo um soberbo pensador para a compreensão do mundo e dos problemas que devemos enfrentar”.

Dessa maneira, ao localizarmos o *Desenvolvimento Local* como uma estratégia neoliberal, indagamos e deixamos em aberto a pergunta: terá futuro o *Desenvolvimento Local* como estratégia conciliatória no período pós-crise de 2008 que tem como repercussão a própria “falência do Estado neoliberal”?

Fizemos questão de frisar que essa aparente crítica ao modelo desenvolvimentista pode ser interpretada como uma busca de superação do modelo keynesiano, ou seja, ao estabelecer a crítica ao desenvolvimento econômico, é interessante frisar o período histórico em que se passa, final da década de 1980, início da década de 1990, não por acaso, mesmo momento em que se busca uma

reestruturação produtiva, afirmando ser necessário buscar novas formas mais “sustentáveis” de desenvolvimento.

Deve ou não a humanidade se preocupar com as grandes catástrofes ambientais? O planeta está de fato entrando em colapso? Se não é o *Desenvolvimento Sustentável*, como já apontamos, quais alternativas serão construídas pelo conjunto das classes?

Nosso objetivo aqui foi construir uma análise na contracorrente do pensamento hegemônico sobre o *Desenvolvimento Local*, apontado alternativas e mostrando um quadro existente de contra-hegemonia, que por sua vez, também sofre ataques constantes. Se o *Desenvolvimento Local* for aceito pelos grupos reivindicatórios de forma acrítica, como temos verificado, corre-se o risco de perdermos ainda mais a perspectiva dos direitos sociais? O *Desenvolvimento Local* no Campo Hegemônico tem se prestado a apresentar um discurso apelativo e sentimentalista – afinal quem não quer salvar o planeta? Quem não quer ser solidário? A resposta pode ser encontrada em Mestrum “(...) Os movimentos sociais devem apoiar-se na análise crítica desse discurso sobre a pobreza para denunciar a ação das organizações internacionais e elaborar seus próprios projetos de emancipação” (2003: 241). Para nós, tecendo as últimas considerações sobre esse estudo, o que vale é não nos deixarmos levar por pretensos discursos moralizantes da pobreza; caberá ao conjunto da classe trabalhadora encontrar respostas à barbarização na qual hoje se encontra o conjunto da humanidade. Nossa luneta pode ser materializada na construção de Amin e Houtart (2003):

“As resistências e as lutas sociais são portadoras de alternativas. A longa história do movimento operário e dos teóricos de sua dinâmica, a das lutas anticoloniais e, mais recentemente, o movimento por uma outra mundialização formularam projetos novos e experimentaram formas de vida coletiva alternativas à lógica do capitalismo. Com a queda do bloco soviético, o pensamento único se cristaliza em torno do slogan ‘não há alternativas’, mas o desenvolvimento da convergência dos movimentos sociais e uma análise mais clarividente das razões do fracasso do socialismo real permitiram lançar um olhar novo sobre as alternativas”. (2003: 357)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG.** *Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos no Fórum Social Mundial.* São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2002.
- ALBINO,** José Carlos. *Contributo para História do Desenvolvimento Local em Portugal.* Vialonga-Portugal: Aminar, 2004.
- AMIN,** Samir; **HOUTART** François (Org.). *Mundialização das resistências: o Estado das lutas.* São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES,** Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES,** Pedro Fiori. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2004.
- BARROCO,** Maria Lúcia S. *Ética: Fundamentos Sócio-Históricos.* São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social)
- _____. "Fundamentos Éticos do Serviço Social". In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Serviço Social (ABEPSS) V.1)
- BARBOSA,** Rafael K.; **MIOTO,** Beatriz. *O Desenvolvimento Local em Perspectiva: Explorando alguns ângulos do debate.* In: VI Semana de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2007. http://www.sepex.ufsc.br/anais_6/trabalhos/11111.html, acesso em 29 de novembro de 2009.
- BARTH,** Jutta; **BROSE,** Markus. *Participação e Desenvolvimento Local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Sulina, 2002.
- BAUMAN,** Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BEHRING,** Elaine; **BOSCHETTI,** Ivanete. *Política Social: Fundamentos e história.* São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social)

- BOTTOMORE**, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Organizador da edição brasileira Antônio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO**, Carlos. *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BROSE**, Markus. *Fortalecendo a democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- CALDEIRA**, Jorge... [et al.] *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHAUÍ**, Marilena. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. "Público, Privado, Despotismo". In: **NOVAES**, Adalto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- CHESNAIS**, François. *A mundialização do Capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ**, José Luis Vianna da Cruz. *Trabalho, Renda e Desenvolvimento Local: Algumas questões*. <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271b.htm>, acesso em 11 de abril de 2010.
- CYMBALISTA**, Renato... [et al.] *Políticas Públicas para o Centro: Controle Social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.
- FRANÇA**, Cássio Luiz de; **VAZ**, José Carlos; **Silva**, Ivan Prado. (Org). *Aspectos econômicos de experiências de Desenvolvimento Local*. 2ª ed. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- FRAGOSO**, António. *Contributos para o debate teórico sobre o Desenvolvimento Local: Um ensaio baseado em experiências investigativas*. Revista Lusófona de Educação. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a04.pdf>, acesso em 29 de novembro de 2009.
- FRANCO**, Augusto de. *O Lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Sobradinho dos Melos: AED, 2004.

- _____. *Pobreza & Desenvolvimento Local*. Brasília: AED, 2002.
- _____. "A participação do poder local em processos de Desenvolvimento Local integrado e sustentável". In: **RICO**, Elizabeth de Melo, **RAICHELIS**, Raquel. (Org). *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.
- FREDERICO**, Celso. *O Jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FURTADO**, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Ponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Transformações e Crise na Economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *O Capital Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GASPAR**, Ricardo Carlos. *A cidade na Geografia Econômica Global: um panorama crítico da urbanização contemporânea*. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.
- FRIEDMAN**, Thomas. *Acredita em aquecimento Global?* O Estado de São Paulo, 22.11.2009, A26.
- HARVEY**, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *Condição Pós-Moderna*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOBSBAWM**, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991*. Trad. Marcos Santana; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMATO**, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- _____ & **CARVALHO**, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19ª ed. São Paulo: Cortez/ Celats, 1982.
- IOSCHPE**, Evelyn Berg. (Org). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LANDIM**, Leilah; **TREVISAN**, Maria Carolina. (org). *Apoio internacional ao Desenvolvimento Local: experiências sociais com juventudes do nordeste*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- LEFEBVRE**, Henri. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LLORENS**, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma agenda política*. Trad. Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDS, 2001.
- LUKÁCS**, György. *Estética I – La Peculiaridad de lo Estético, Cuestiones preliminares y de principio*. Barcelona – México: Ediciones Grijalbo, 1965.
- _____. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". In: Revista Temas, Editora Ciências Humanas. São Paulo: 1978.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.
- MACHADO**, Antonio Augusto Telles (Org.). *Projeto de Inclusão Social Urbana – Nós do Centro: a experiência de uma política intersetorial*. São Paulo: SMADS, União Européia, 2008.
- MARX**, Karl. *Fundamentos de la crítica de la economía política: esbozo de 1857-1858 (Grundrisse)*. Havana: Instituto del Libro/Editorial de Ciencias Sociales, 1970. 2 v.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **ENGELS**, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Edição: Luiz Paulo Gnecco e Cláudio Soares. Edição Comemorativa dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Corrente OT, Maio de 1998.

- MELO**, Carlos Ranulfo; **SÁEZ** Manuel Alcántara. (Org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MÉSZÁROS**, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MILANI**, Carlos. *Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas, Bahia-Brasil*.
http://www.adm.ufba.br/milani/CapSocial_DesLocal.pdf, acesso em 28 de novembro de 2009.
- MINAYO**, Maria Cecília de Souza (Org.); DASLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade*. Petrópolis: VOZES, 1993.
- MONTAÑO**, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO**, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Ética e Crise dos Projetos de Transformação Social*. In: **BONETTI**, D. A. et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/ CFESS, 2005.
- _____. "Introdução ao método da teoria social". In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Serviço Social (ABEPSS) V.1)
- _____. *O que é Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Col. Primeiros Passos).
- _____; **BRAZ**, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social)
- PÁDUA**, José Augusto. *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- OLIVEIRA**, Francisco de. *A Navegação Venturoso: Ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Crítica à Razão Dualista* - O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Aproximações ao Enigma: O que quer dizer Desenvolvimento Local?* São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/ FGV, 2001.

RAICHELIS, Raquel. "Gestão pública e a cidade – notas sobre a questão social em São Paulo". Revista *Serviço Social & Sociedade*, nº 90. São Paulo: Cortez, ano XXVIII, jun. 2007.

ROCHA, Jefferson Marçal da. *Uma utopia possível ou obviedades consensuais?* Resenha Crítica do Livro *Desenvolvimento Como Liberdade* de Amartya Sen. <http://hermes.ucs.br/ccea/dece/jmrocha/Resenhas/Resumo%20Livro-sen.pdf>, acesso em 15 de abril 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). *Turismo e Desenvolvimento Local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e Consumo do e no Espaço* - Problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

SADER, Emir. "Por que e que em Porto Alegre?" In: *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SAWAYA, Rubens Rogério. *Liberalismo humanista: Amartya Sen e o Desenvolvimento*. <http://www.lead.org.br/article/view/388>, acesso em 01 de abril de 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. Rev. Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. (coord.) *O Comunidade Solidária: O não enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci - sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Como pode o turismo contribuir para o Desenvolvimento Local"? In: **RODRIGUES**, Adyr Balastrieri. (Org). *Turismo e Desenvolvimento Local*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TURRA, Júlio. "O Fórum Social Mundial e seu significado para o movimento operário brasileiro". Revista *A Verdade*, Revista Teórica da IV Internacional, nº28. São Paulo: Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores, nov. 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo; **RAICHELIS**, Raquel. (Orgs.) *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: EDUC, 2009.

Lista de sites pesquisados

<http://www.animar-dl.pt/>

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

<http://www.objetivosdomilenio.org.br/index.asp>

<http://www.pnud.org.br/idh/>

<http://www.polis.org.br/>

<http://www.rts.org.br/noticias/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local>

<http://www.un.org/es/>

Documentos Pesquisados

Relatório de Pesquisa do NEPEDH

RELATÓRIO DE PESQUISA CNPQ

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - PUC/SP

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

PROJETO INTEGRADO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: UNIDADE E DIVERSIDADE DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Coordenação: Profª Drª Maria Lúcia Silva Barroco

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

GEPE- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÉTICA

Dezembro de 2006

Relatório de Pesquisa do Instituto PÓLIS

1 - CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJETO INCLUSÃO SOCIAL URBANA – NÓS DO CENTRO

RELATÓRIO - MARÇO DE 2008

Coordenação Geral: Brian Mier, Renato Cymbalista

Coordenação Executiva: Isadora Tami Lemos Tsukumo

Pesquisadora: Letícia Moreira Sígolo

Colaboradores: José Augusto Ribeiro, Natasha Mincoff Menegon

Instituto Pólis – Coordenação Executiva: Ana Cláudia Teixeira, Anna Luiza Salles Solto, Silvio Caccia Bava

2- "CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO: O PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL URBANA NÓS DO CENTRO"

RELATÓRIO - NOVEMBRO DE 2008

Coordenação Geral: Brian Mier, Renato Cymbalista

Coordenação Executiva: Isadora Tami Lemos Tsukumo

Pesquisadores: Fernanda Araujo de Almeida, Natasha Mincoff Menegon, José Augusto Ribeiro (Orçamento)

Instituto Pólis – Coordenação Executiva: Ana Cláudia Teixeira, Anna Luiza Salles Solto, Silvio Caccia Bava

Plano Operacional Global

Agosto 2006

Projeto Inclusão Social Urbana

ALA/BRA/2005/017-576 União Européia / Prefeitura da Cidade de São Paulo

Convênio

Título do projeto: Inclusão Social Urbana: Número: ALA/BRA/2005/017-576

Ajuste Complementar – Anexo 2: Disposições Técnicas e Administrativas 20

ANEXOS

ANEXO1 – CONVÊNIO



AJUSTE COMPLEMENTAR DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "INCLUSÃO SOCIAL URBANA"

Condições Especiais

A Comunidade Européia, a seguir designada "a Comunidade", representada pela Comissão das Comunidades Européias, a seguir designada "a Comissão",

por um lado, e

o Governo da República Federativa do Brasil, representado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, como Coordenador Nacional, e pela Prefeitura Municipal de São Paulo, como organismo de execução designado pelo Governo brasileiro, que para todos os efeitos da execução do projeto será considerada "o Beneficiário" do financiamento comunitário,

por outro,

Considerando o estabelecido no Acordo Quadro de Cooperação entre a Comunidade e o Governo da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "o Acordo", assinado em 29 de junho de 1992;

Considerando o estabelecido no Convênio - Quadro de Cooperação entre a Comunidade Européia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 19 de Janeiro de 2004;

AJUSTAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1º - NATUREZA E OBJETO DA INTERVENÇÃO

1.1. A Comunidade contribui para o financiamento do projeto seguinte:

Número contábil:
ALA/BRA/2005/017-576

Designação:
Inclusão Social Urbana

em seguida designado "o projeto", cuja descrição figura nas Disposições Técnicas e Administrativas em Anexo 2.

1.2 Este projeto será executado em conformidade com as disposições do presente Ajuste Complementar de Cooperação e dos seus anexos: Condições Gerais (Anexo 1) e Disposições Técnicas e Administrativas (Anexo 2).

ARTIGO 2º - FINANCIAMENTO DA COMUNIDADE

2.1 O custo total do projeto é estimado em 15.403.180,00 euros (quinze milhões, quatrocentos e três mil, cento e oitenta euros).

2.2 A Comunidade compromete-se a financiar um montante máximo de 7.500.000 euros (sete milhões e quinhentos mil euros). A repartição por rubricas da contribuição financeira da Comunidade está especificada no orçamento cuja descrição figura nas Disposições Técnicas e Administrativas em Anexo 2.

ARTIGO 3º - FINANCIAMENTO DO BENEFICIÁRIO

3.1. A contribuição financeira do Beneficiário para o projeto é fixada em 7.903.180 euros (sete milhões, novecentos e três mil, cento e oitenta euros).

3.2. Caso a contribuição / uma parte da contribuição do Beneficiário não seja financeira, do ajuste complementar determina as modalidades aplicáveis nas Disposições Técnicas e Administrativas no seu Anexo II.

ARTIGO 4º - PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período de execução deste Ajuste Complementar (Convenção de Financiamento) tem início na data de sua entrada em vigor e termina em 21 de Dezembro de 2010. Este período de execução compreende duas fases distintas: uma fase de execução das atividades principais que têm início na data de entrada em vigor do Ajuste Complementar de Cooperação e termina em 21 de Dezembro de 2009. A partir desta data começa a fase de encerramento que acaba no final do período de execução do Ajuste Complementar de Cooperação.

ARTIGO 5º - DATA-LIMITE DE ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO DO AJUSTE COMPLEMENTAR

Os contratos relativos à execução do presente Ajuste Complementar de Cooperação devem ser assinados o mais tardar em 21 de Dezembro de 2008. Esta data limite não pode ser prorrogada.

ARTIGO 6º - CRITÉRIOS A RESPEITAR PELO BENEFICIÁRIO

6.1 As funções descritas nas Disposições Técnicas e Administrativas em Anexo 2 são confiadas ao Beneficiário.

6.2 Por conseguinte, e na medida em que as tarefas de execução correspondentes lhe tenham sido confiadas, o Beneficiário deve garantir, durante o período de execução do Ajuste Complementar de Cooperação definido no artigo 4º, um sistema de gestão dos fundos comunitários que respeite os seguintes critérios:

- separação efetiva das funções de emissão de ordens de pagamento e de pagamento;
- existência de um sistema de controle interno eficaz das operações de gestão descentralizada;
- procedimentos para a prestação de contas distintas, que demonstrem a utilização que é feita dos fundos comunitários;
- existência de uma instituição nacional de controle externo independente;
- existência de procedimentos de adjudicação de contratos tal como referidos no artigo 7º das Condições Gerais, desde que compatíveis com a legislação brasileira.

6.3 Os procedimentos do sistema de gestão dos fundos comunitários pelo Beneficiário, devem ser documentados e acessíveis à Comissão, a qual se reserva o direito de verificar, com base em documentos e in loco, a observância dos critérios referidos no presente artigo durante todo o período de execução do Ajuste Complementar de Cooperação. Toda modificação substancial que altere estes procedimentos deve ser notificada à Comissão.

6.4 Quando pertinente, as Disposições Técnicas e Administrativas em Anexo 2 definirão o procedimento contraditório de apuramento das contas e estabelecerão os mecanismos de correção financeira, nomeadamente pelo recurso à cobrança através de compensação.

ARTIGO 7º - ENDEREÇOS

Qualquer comunicação relativa à execução do Ajuste Complementar de Cooperação deve ser efetuada por escrito, fazer referência explícita ao projeto e ser enviada para os endereços seguintes:

para a Comissão

Delegação da Comissão Europeia no Brasil

SHIS QI 07 – Bloco A, Lago Sul

71615-205 Brasília - DF

Brasil

para o Beneficiário

Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Rua Libero Badaró, 561/569 – 6º andar

01009-000 São Paulo – SP

Brasil

ARTIGO 8º - ANEXOS

8.1 São anexados ao presente Ajuste Complementar de Cooperação e formam dele parte integrante os documentos seguintes:

Anexo 1: Condições Gerais.

Anexo 2: Disposições Técnicas e Administrativas.

8.2 Em caso de conflito entre as disposições dos anexos e as Condições Especiais do Ajuste Complementar de Cooperação, prevalecem estas últimas. Em caso de conflito entre as disposições do Anexo 1 e as do Anexo 2, prevalecem as primeiras.

ARTIGO 9º – AUDITORIA

9.1 O Projeto desenvolvido no contexto deste Ajuste Complementar será objeto de auditoria sempre que alguma das Partes Contratantes julgar necessário.

9.2 As auditorias serão realizadas exclusivamente a partir de documentos a serem disponibilizados pelas instituições beneficiárias, ou outras que intervenham na execução do projeto. Deverão estar sempre à disposição dos auditores todo e qualquer documento pertinente às atividades e ações desenvolvidas no âmbito deste Ajuste Complementar.

ARTIGO 10º – OUTRAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PROJETO

10.1 Quando nas "Condições Gerais" se ler "Convenção de Financiamento", deve ler-se "Ajuste Complementar de Cooperação".

10.2 No que se refere à aplicação do artigo 7º das Condições Gerais, a adjudicação de contratos celebrados ao amparo do presente Ajuste Complementar observará os regulamentos comunitários, desde que compatíveis com a legislação brasileira.

10.3 A aplicação do disposto no artigo 17º das Condições Gerais deverá observar o procedimento previsto no artigo 18º do Convênio Quadro de Cooperação entre a Comunidade Européia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 19 de Janeiro de 2004, e a legislação brasileira pertinente.

10.4 As Condições Gerais são derogadas pelas disposições seguintes:

10.4.1 Ao Artigo 5.3 das Condições Gerais é acrescentado o seguinte parágrafo:
Caso o beneficiário comprove ter dificuldades na abertura da conta em Euros no território nacional, a mesma poderá ser aberta no território de uns dos 25 Estados Membros da união Européia.

10.4.2 O artigo 7 das Condições Gerais não é aplicável às despesas de funcionamento correntes da estrutura em cargo do projeto (excluindo os bens de equipamento e as auditorias anuais a cargo do Beneficiário) nem aos contratos financiados exclusivamente com recursos da contrapartida nacional.

ARTIGO 11º: ENTRADA EM VIGOR E DENÚNCIA

11.1. O presente Ajuste Complementar entra em vigor a contar da data da última assinatura das Partes.

11.2. O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado, total ou parcialmente, por uma das Partes mediante notificação por escrito à outra Parte. Neste caso, continuará a ser aplicável em relação às obrigações decorrentes de contratos assinados ao amparo do presente instrumento antes da data da referida notificação.

Feito em Bruxelas, em quatro exemplares que têm valor de original na língua portuguesa, sendo dois exemplares entregues à Comissão, um ao Coordenador Nacional e um ao Beneficiário.

PELA COMISSÃO

Fernando CARDESA GARCIA
Director EuropeAid B
22/12/2005

PELO GOVERNO BRASILEIRO

Mário ERNANI SAADE
Coordenador-Geral de Cooperação Técnica entre Países
em Desenvolvimento da ABC
31/01/2006

PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

José SERRA
Prefeito de São Paulo
03/02/2006

ANEXO2 – PESQUISA PORTUGAL

Entidade	Site	Contato	Email	Cidade	Fone
1 ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela	www.acert.pt	Miguel Torres	migueltorres@acert.pt	Tondela	912 262 418
2 ADIMAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Macedo de Cavaleiros	www.adimac.pt	Ilídio Manuel Fernandes Alves de Mesquita	dim@adimac.pt	Macedo de Cavaleiro	91 663 53 03
3 ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	www.adpm.pt	Jorge Revez	directao@adpm.pt	Mértola	967 818 958
		Sandra Cascalheira	desenvolv-coop@adpm.pt	Mértola	286 610 000
		Isabel Pardal	formar@adpm.pt	Mértola	286 610 000
4 ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	www.animar-dl.pt	Patrícia Turra	-	Mértola	286 610 000
		Direção	animar@animar-dl.pt	Vialonga	21 952 60 12
5 ANOP - Associação Nacional de Oficinas de Projecto - Desenvolvimento & Educação	www.anop.com.pt	Monica Leite	monicaleite.anop@netvisao.pt	Santa Maria da Feira	256 289 350
6 Associação Cultural Moinho da Juventude	www.moinhoda juventude.org	Lieve	acmoinhojuventude@mail.telepac.pt	Buraca	21 490 5730
		Carlos Simoes	psivento@gmail.com	Buraca	964 823 443
		Ana Pato	ana.v.pato@gmail.com	Buraca	21 497 10 70
		Catarina		Buraca	21 497 10 70
7 Barafunda	http://clientes.netvisao.pt/bassocial/	Isabel Rufino	isabel.rufino@mail.telepac.pt	Benedita	262 186 000
8 CAIS - LISBOA	www.cais.pt	Henrique Pinto	henrique.pinto@cais.pt	Lisboa	96 714 87 60
		Rosária Borbinha	rosaria.borbinha@cais.pt	Lisboa	21 836 90 19
		Sara Morais Pinto	sara.pinto@cais.pt	Lisboa	21 836 90 03
9 CAIS - PORTO	www.cais.pt	Silvia Azevedo	silvia.azevedo@cais.pt	Porto	91 982 30 28
10 Cruz Vermelha - Gaia	-	Manoela Neves	-	Gaia	

11	Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	www.esdime.pt	David Marques	david.marques@esdime.pt	Messejana	932 950 013
12	Instituto Marques de Valle Flor	www.im-valle-flor.pt	Ana Baptista	abaptista@imvf.org	Lisboa	351-21 325 63 00
			Hermínia Ribeiro	hrib@imvf.org	Lisboa	351-21 325 63 00
13	ISQ - Instituto Solidadura e Qualidade	www.isq.pt	Margarida Segard	MMSegard@isq.pt	Oeiras	21 423 4000
14	Oeiras		Júlia Cardoso	juliacardoso@sapo.pt		
15	PROACT		Rogério Roque Anaro	rogerio.anaro@iscte.pt	LISBOA	21 790 30 08
16	Terra Chã	www.terracha.no.sapo.pt	Júlio Ricardo	julioricardo@sapo.pt	Alcobertas	969 576 907
17	TRILHO - Associação para o Desenvolvimento Rural		Florance	trilho@mail.telepac.pt	Évora	917 048 781

ANEXO3 – ARTIGO DO JORNAL

Artigo

Acredita no aquecimento global?

Thomas
L. Friedman*

Se acompanhar o debate dos projetos de lei sobre energia e clima que estão sendo examinados no Congresso americano, você vai perceber que aqueles que se opõem à nova legislação oferecem agora dois argumentos. Um é que o globo ultimamente tem se resfriado e o outro é que os Estados Unidos não podem se permitir qualquer tipo de imposto sobre o carbono ou de um sistema de "cap-and-trade" (limitação e comércio de emissões).

Mas eles também acreditam, embora não digam, que o mundo vai enfrentar uma epidemia em massa, como a Peste Negra, que deverá eliminar 2,5 bilhões de pessoas em algum momento entre hoje e 2050. E acham que é muito melhor para os EUA se o mundo continuar dependente do petróleo – uma commodity controlada em grande parte por países que nos odeiam e que só podem elevar os preços quando a demanda cresce – e não das tecnologias de energia limpa, que nós controlamos e cujo preço só pode cair se a demanda aumentar.

E, por último, acreditam que os habitantes do mundo em desenvolvimento estão muito felizes por serem pobres – simplesmente dê a eles um pouco de água corrente e eletricidade e eles ficarão satisfeitos. Nunca desejaram viver como nós.

Sim, os que se opõem a qualquer imposto sobre o carbono para estimular o desenvolvimento de energias alternativas precisam acreditar em tudo isso porque é a única maneira de

seus argumentos terem sentido. Vou explicar o porquê, mas esclarecendo primeiro como vejo essa questão.

Sou um defensor radical das energias limpas. Ser verde para mim não quer dizer apenas reciclar o lixo, mas renovar os EUA. É por isso que venho dizendo que "verde é o novo vermelho, branco e azul".

Meu raciocínio é simples. Acho que a mudança climática é um fato real. Se você não acredita, isso é problema seu. Entretanto, existem duas outras tendências fortes que têm implicações para a energia e que não podem ser negadas. E, para nós, a maneira de renovar os EUA é assumir a liderança e inventar as tecnologias para solucionar esses problemas.

A primeira é que o mundo está cada vez mais povoado. Segundo um relatório das Nações Unidas de 2006, "a população mundial sofrerá um aumento provável de 2,5 bilhões, devendo passar dos atuais 6,7 bilhões para 9,2 bilhões em 2050. Esse aumento populacional equivale à população total do mundo em 1950 e será absorvido principalmente pelas regiões menos desenvolvidas, cujo número de habitantes deve aumentar de 5,4 bilhões em 2007 para 7,9 bilhões em 2050".

As consequências, em termos de poluição, água, clima e energia, do fato de se adicionar 2,5 bilhões de bocas para alimentar, vestir, abrigar e transportar, serão assombrosas. E isso está próximo, a não ser que, como os negativistas acreditam, uma epidemia global ou um surto de abstinência em massa congele a população mundial – para sempre.

Agora, acrescente outro fato. O mundo está ficando nivelado – hoje, um número cada vez maior de pessoas pode ver como vivemos, aspiram adotar

nosso estilo de vida e até conseguir nossos empregos para poderem viver como nós. Não só teremos um aumento de mais 2,5 bilhões de habitantes em 2050, mas muito mais pessoas viverão como "americanos" – com casas e carros do padrão americano, comendo enormes big macs.

"O que pode ocorrer em países em desenvolvimento com uma enorme população motorizada, que coloca nas ruas milhões de carros movidos a gasolina, quando a economia global se recuperar e não existir grande oferta global de petróleo?", questiona Felix Kramer, especialista em carros elétricos, que defende a eletrificação de toda a frota dos EUA. O que ocorre, naturalmente, é uma subida vertiginosa do preço do petróleo – exceto se desenvolvermos alternativas para ele. Os ditadores do petróleo no Irã, Venezuela e Rússia esperam que não. Eles ficarão mais ricos.

Em 2050, serão mais 2,5 bilhões querendo viver como americanos

Assim, ou os oponentes de uma legislação séria sobre clima e energia que estabeleça um preço para o carbono não se importam com o fato de que poderemos ficar dependentes do petróleo e dos ditadores do petróleo para sempre ou realmente acreditam que não haverá 2,5 bilhões de pessoas a mais no mundo que desejaram viver como nós e, portanto, o preço do petróleo não vai subir muito e assim não precisamos elevar impostos para estimular o desenvolvimento de alternativas limpas e renováveis e uma economia energética.

Os falcões verdes pensam diferente. Acreditamos que, num mundo cada vez mais aquecido e mais povoado com "americanos", o próximo grande setor global será o TE – Tecnologia Energética. E que o país que inventar e instalar seu maior setor de TE desfrutará de uma maior segurança econômica, segurança nacional, empresas inovadoras e respeito global.

E acreditamos que esse país deve ser os EUA. Caso contrário, nossos filhos nunca alcançarão o padrão de vida que tivemos. E a melhor maneira de lançar esse novo setor é estabelecer um preço fixo, de longo prazo, para o carbono, combinado com o impressionante estímulo da equipe de Obama para tecnologias verdes – e deixar que o livre mercado e a inovação se ocupem do resto.

Portanto, como disse, você não acredita no aquecimento global? Então está errado, mas deixarei que você desfrute dele até a sua casa de praia ser arrastada pelas ondas. Mas, se você também não acredita que o mundo estará mais povoado, com mais pessoas aspirando a ser americanos – e que ignorar isso só ajudará a fortalecer nossos piores inimigos, enquanto que responder a isso com uma energia limpa vai contribuir para o fortalecimento das nossas melhores tecnologias –, então você está deliberadamente cego e prejudicando o futuro dos Estados Unidos. ●

*É jornalista e trabalha no *The New York Times* desde 1981, onde cobre, entre outros assuntos, economia internacional. Venceu três vezes o prêmio Pulitzer

ANEXO4 – FOLDER INSTITUTO PÓLIS

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO: O projeto de Inclusão Social Urbana “Nós do Centro”

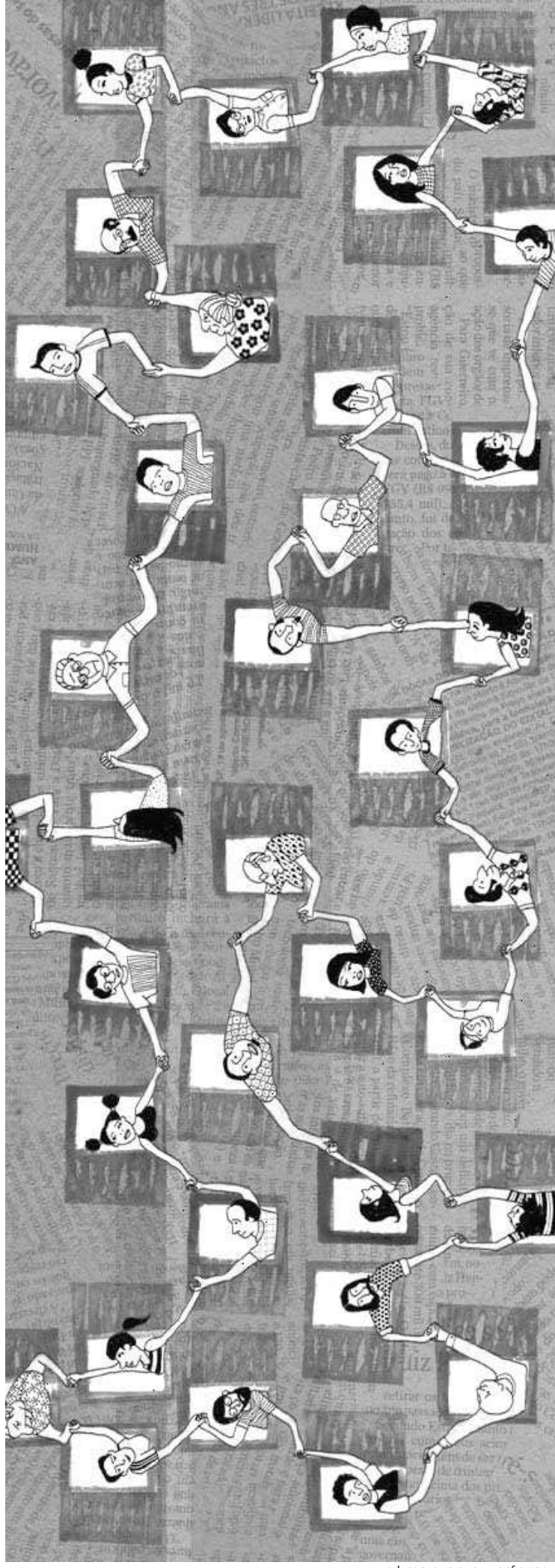


Ilustração: Veridiana Scarpelli



Controle Social de Políticas Públicas no Centro de São Paulo

Do que se trata?

Para entender o que é o projeto **Controle Social de Políticas Públicas no Centro de São Paulo** precisamos responder três perguntas:

- 1. O que são políticas públicas?**
- 2. O que é controle social de políticas públicas?**
- 3. Que parte da cidade chamamos de Centro?**

1 O que são políticas públicas?

As Políticas públicas são ações e serviços que têm como objetivo a melhoria das condições de vida dos cidadãos, através do atendimento das necessidades coletivas: moradia, transporte, saúde, educação, lazer, cultura, etc.

As políticas públicas devem ter objetivos, estratégias e recursos definidos, o que significa que devem passar por um processo cuidadoso de planejamento para serem colocadas em prática.

O poder público (Municipal, Estadual e Federal) tem a responsabilidade de promover e financiar as políticas públicas.

A sociedade civil deve participar da formulação e controlar a execução das políticas públicas.

É importante lembrar que as políticas públicas são direito de todos, garantido pela Constituição Federal, leis estaduais e municipais.

Para saber mais sobre esse tema veja o livro "Políticas Públicas - Construindo caminhos de cidadania", publicação do CIDOC - Cáritas São Paulo (2006, Caderno 2).

2 O que é controle social ?

O controle social de uma política pública tem como objetivo principal verificar se as ações e serviços públicos estão atendendo aos interesses coletivos e priorizando a população mais pobre.

Este controle acontece por meio da participação popular no planejamento das ações e no acompanhamento da execução e da aplicação dos recursos públicos que fazem parte de uma determinada política.

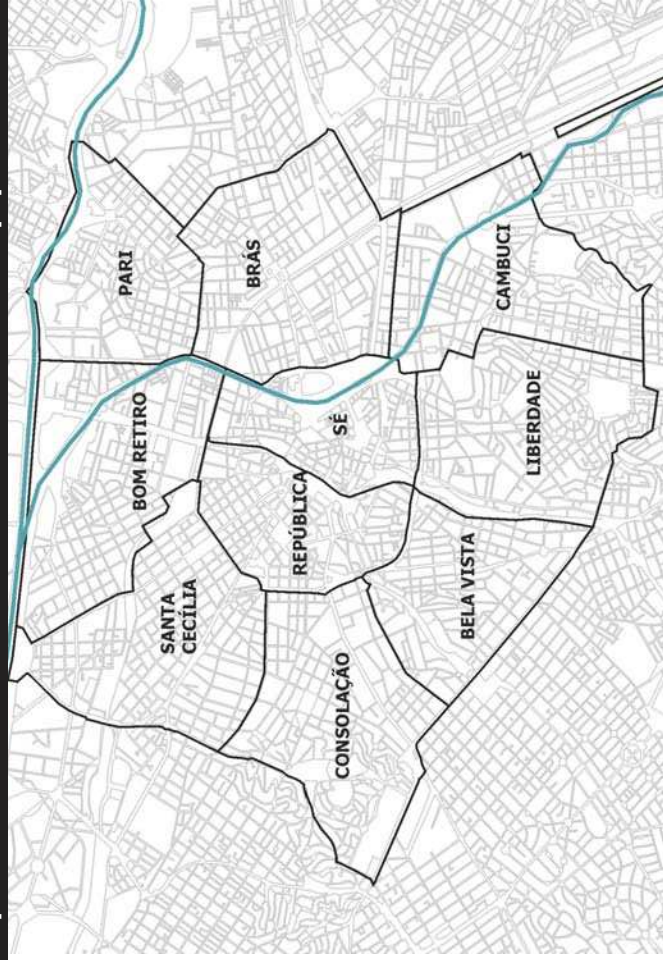
Só é possível exercer controle social se uma parte do poder de governo for apropriada por setores da sociedade organizada. Por isso, quanto mais organizada a sociedade civil, maior sua capacidade de participar das ações e controlar os gastos do Estado na direção dos interesses da maioria da população.

3 O que chamamos de Centro ?

Chamamos de "Centro" toda a região central de São Paulo, que inclui os distritos Sé e República e todos os que estão envolta deles. Essa área é administrada pela **Subprefeitura da Sé** e em parte também pela Subprefeitura Mooca.

É uma região muito especial, pois é repleta de infra-estrutura e equipamentos públicos como escolas, hospitais, creches, etc. No entanto, é preciso realizar políticas públicas para melhorar as condições de vida da população pobre que mora e trabalha na área: moradores de cortiço, população em situação de rua, trabalhadores ambulantes, etc.

As políticas públicas para o Centro têm como desafio melhorar a área sem promover a expulsão da população pobre devido a processos de valorização imobiliária, que levam ao aumento dos aluguéis e do custo de vida, fazendo com que as pessoas tenham que morar em bairros mais periféricos.



Controlando as ações da Prefeitura no Centro de São Paulo

Muitas ações da Prefeitura têm sido feitas na região central de São Paulo nos últimos anos (obras, projetos, programas e intervenções).

Essas ações vão desde a reforma de praças e prédios históricos até a implantação de serviços para pessoas de baixa renda. Nem todas podem ser consideradas políticas públicas, mas são executadas com recursos do orçamento municipal e têm impacto na vida das pessoas que moram e trabalham no Centro.

A principal razão para realizar o controle social no Centro de São Paulo é verificar se as ações da prefeitura estão servindo para melhorar a vida da população de baixa renda que mora e trabalha no Centro.

Buscamos também, verificar se a população tem espaços para participar do desenvolvimento dos projetos e da ações públicas na área central.

Por quê controlar o “Nós do Centro”?

Como existem muitas ações em andamento no Centro de São Paulo, escolhemos um projeto para acompanhar mais de perto: o “Nós do Centro”. Este projeto é importante, porque conta com investimentos de cerca de 40 milhões de reais, sendo metade dos recursos da Prefeitura e a outra metade da União Europeia.

Esses recursos têm que ser usados obrigatoriamente para ações de melhoria da vida da população pobre do Centro: os moradores de cortiço, a população em situação de rua, os catadores de material reciclável, os trabalhadores ambulantes.

O projeto “Controle Social das políticas no Centro de São Paulo: o projeto de Inclusão Social Urbana *Nós do Centro*”, desenvolvido pelo **Instituto Pólis** em parceria com a organização não governamental **ActionAid Brasil**, buscou pesquisar e acompanhar o “Nós do Centro” pelo período de um ano - outubro de 2007 a outubro de 2008.

Os objetivos do acompanhamento do “Nós do Centro” foram:

- monitorar o desenvolvimento do projeto e a aplicação dos recursos;
- verificar os resultados das ações;
- verificar as possibilidades de participação da população na definição das ações;
- informar a população sobre as ações em andamento e sobre os custos dessas ações;
- ouvir opiniões, sugestões e críticas da população sobre as ações do projeto Nós do Centro e transmitir essas informações para a Prefeitura e para a sociedade;
- participar de atividades do projeto, contribuindo para o seu desenvolvimento;
- fomentar a discussão sobre as políticas desenvolvidas no Centro de São Paulo.

Algumas informações importantes para entender o "Nós do Centro"

A história do Projeto financiado pela União Européia

O financiamento começou a ser negociado em 2002, pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Em 2004, foi pré-aprovado pela União Européia o projeto "Reabilitação dos bairros centrais com inclusão social", ligado aos Programas "Morar no Centro" e "Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIH)". A União Européia financiaria a implantação de 4 Escritórios-Antena nos PRIHs: Santa Cecília, Belém, Bom Retiro e Bela Vista. Através dos Escritórios Antena, cujos perímetros de atuação eram PRIHs e ZEIS-3, seriam desenvolvidas as atividades de capacitação profissional e apoio aos grupos vulneráveis do Centro. Essas ações estavam articuladas com programas habitacionais na região, ou seja, buscavam promover a melhoria das condições da população garantindo sua permanência na região central.

Com a mudança de gestão municipal, em 2005, o projeto foi reformulado. Passou a ser coordenado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e recebeu o nome de "Nós do Centro". Com base em documentos da Prefeitura e da União Européia, destacamos a seguir as informações básicas para entender o Nós do Centro.

Objetivos do projeto "Nós do Centro"

De acordo com a prefeitura, o objetivo do "Nós do Centro" é a inclusão social através do aumento do nível de renda e da melhoria do padrão de vida e da situação social das pessoas moradoras dos bairros onde estão os Escritórios de Inclusão, com prioridade para a população de cortiços e pensões.

Coordenação: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Duração: Setembro de 2006 à dezembro de 2009

Orçamento: 15,4 mi euros, sendo 7,5 mi da União Européia (a fundo perdido) e 7,9 mi da Prefeitura.

Público Alvo: moradores de pensões e cortiços dos distritos centrais, cadastrados pela Prefeitura.

Equipamentos previstos no "Nós do Centro"

- Dez Escritórios de Inclusão Social (EIS), que têm como unidades territoriais de atuação os distritos centrais: Glicério, Pari, Bela Vista, Bom Retiro, Santa Cecília, Belém, Belém Catumbi, Brás e Mooca.
- Um Centro de Referência da Mulher
- Um Centro de Referência da Diversidade
- Centros de Empreendedorismo

Funcionamento dos EIS

Para cada EIS foi contratada uma entidade não-governamental, que recebe recursos da Prefeitura ou da União Européia com a responsabilidade de desenvolver as ações do projeto dentro do distrito em que está inserido o Escritório.

Cada EIS deve ter uma equipe de 17 profissionais, sendo 1 coordenador, 1 assist. de coordenação, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 agente de desenvolvimento econômico, 2 agentes de desenvolvimento local, 7 agentes de proteção social, administrativo e recepção. Essa equipe é responsável pelas seguintes atividades: encaminhamentos da população para equipamentos públicos e programas, visitas domiciliares às famílias cadastradas, palestras, oficinas de geração de renda, oficinas com crianças e a criação de um Fórum de Desenvolvimento Local (ou Comissão Local).

Os espaços previstos nos EIS são: Brinquedoteca, telecentro, salas administrativas, espaços para atividades comunitárias e oficinas

O que foi executado até Outubro de 2008

EIS Glicério (Convênio Fundação Orsa) - out. 2006; EIS Bela Vista (Convênio Novolhar) - Nov. 2007; EIS Pari (Convênio Lar São Pedro) - Fev. 2008; EIS Bom Retiro (Convênio CIEDS) - Set. 2008; EIS Sé (Convênio CIEDS) - Set. 2008; EIS Santa Cecília (Convênio Essor) - out. 2008; EIS Moóca (Convênio IBEC) - out. 2008

Centro de Referência da Mulher - Jan. 2008

Centro de Referência da Diversidade - Jan. 2008

Contratações em andamento - 3 EIS: Belém, Belém Catumbi e Brás



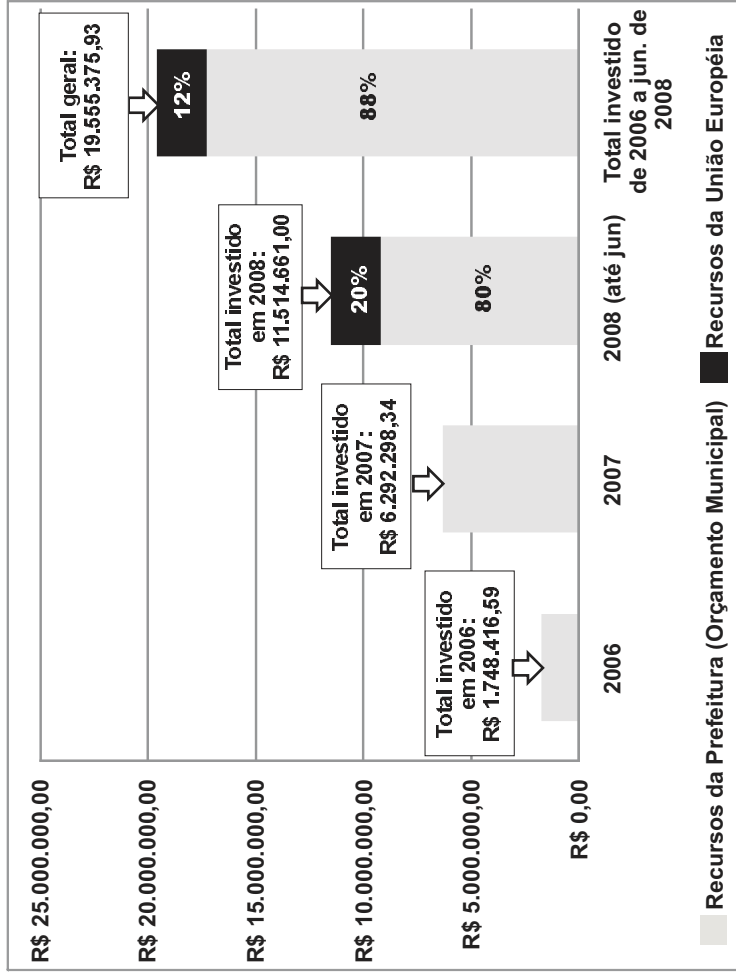
Quanto já foi investido no projeto?

Fizemos uma pesquisa no sistema de controle do Orçamento da Câmara Municipal e constatamos que do total de 40 milhões de reais previstos para o projeto "Nós do Centro", foram investidos até junho de 2008 apenas 19,5 milhões, ou seja, metade dos recursos. E desse total, apenas 2,3 milhões de reais vieram da União Européia. Acreditamos que isso aconteceu porque a implementação dos equipamentos e das ações se deu de forma muito lenta. Os recursos da União Européia foram utilizados apenas em 2008.

Lembramos que o dinheiro da União Européia (19 milhões de reais) não é emprestado, é dado! Mas se não for usado, volta para a União Européia, para ser aplicado em outros países que precisam.

O prazo para a Prefeitura destinar os recursos da União Européia é dezembro de 2008!

Gráfico: Investimentos realizados no Projeto Nós do Centro pela Prefeitura e pela União Européia - 2006/2007/2008 (em R\$)



Fonte: Sistema NovoSEO - Câmara Municipal, 2008.

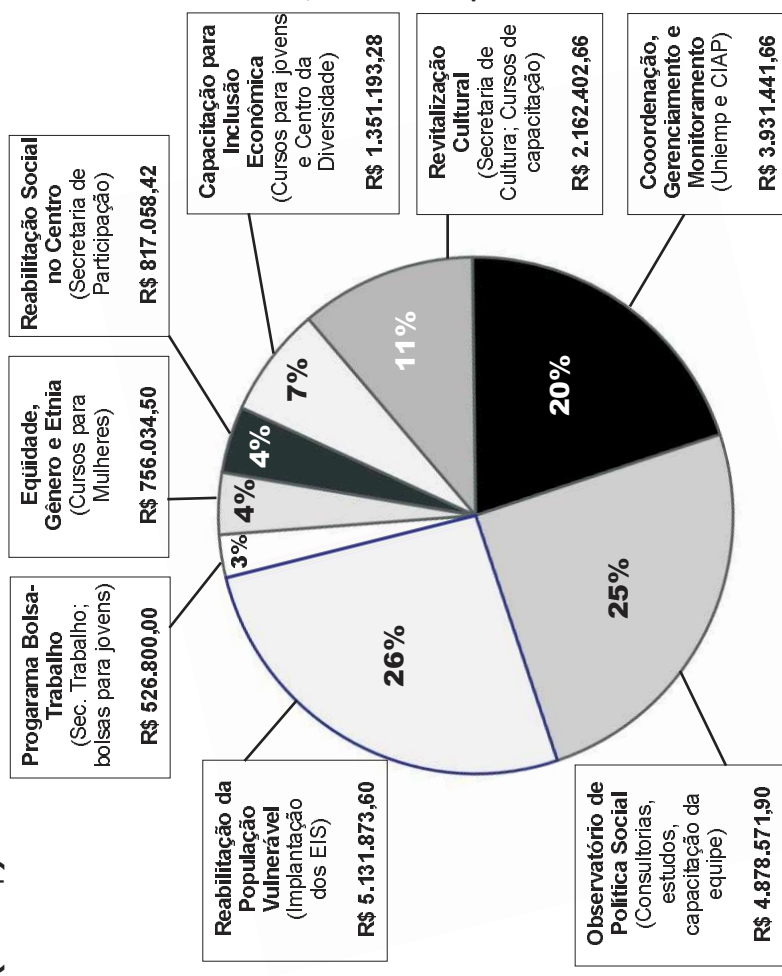
Em quais ações foram gastos os recursos?

Observando o gráfico abaixo, percebemos que até Junho de 2008, a maior parte dos recursos (45%), se somamos os 20% da Coordenação e 25% do Observatório de Política) foi gasta com atividades de coordenação, gerenciamento, contratação de consultorias e capacitação da equipe interna do projeto. Apenas para coordenação do projeto foram destinados 3,9 milhão de reais. Esses recursos foram principalmente para empresas terceirizadas (Unimp e CIAP), contratadas para trazer funcionários para a Unidade Gestora, que coordena o projeto.

O segundo maior gasto, 26% do total, foi para a implantação dos Escritórios de Inclusão Social (EIS). A maior parte desses recursos também foi para entidades terceirizadas, responsáveis pelo funcionamento dos EIS.

As demais ações receberam o restante dos recursos de forma distribuída.

Gráfico: Recursos empenhados por ação do projeto "Nós do Centro" (em R\$)



Fonte: Sistema NovoSEO - Câmara Municipal, 2008.

Qual a relação do "Nós do Centro" com a política municipal de assistência social?

O projeto "Nós do Centro" é coordenado pela SMADS, sendo, portanto, parte das ações dessa Secretaria no Centro de São Paulo.

Atualmente, a política de assistência municipal têm dois projetos principais: o "Ação Família" e o "São Paulo Protege". Entre meados de 2007 e meados de 2008, os Escritórios de Inclusão Social (EIS) do "Nós do Centro" foram também considerados CRAFs - Centros de Referência Ação Família, sendo chamados de "EIS-CRAF". Posteriormente, esse vínculo com o programa "Ação Família" teve que ser desfeito, uma vez que a União Européia não financia política a municipal e, sim, projetos especiais.

Embora os Escritórios de Inclusão Social não estejam formalmente associados a nenhum programa municipal, eles têm como um de seus objetivos encaminhar seus usuários aos equipamentos e programas públicos de assistência social.

É importante lembrar que o Município de São Paulo está inserido no Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Desta forma, o município tem a obrigação de implementar os equipamentos previstos no sistema nacional: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Até outubro de 2008 a prefeitura não tinha implementado totalmente os CRAS e nenhum CREAS havia sido criado no município. Esses equipamentos são muito importantes, pois assim como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS, são a porta de entrada dos cidadãos no Sistema de Assistência e nos Programas de Transferência de Renda.

Os usuários dos EIS e Centros de Referência devem ficar atentos! A implantação dos equipamentos públicos que fazem parte do SUAS e o encaminhamento para esses equipamentos é um direito garantido por lei!

QUESTÕES PARA PENSAR SOBRE O "Nós do Centro"

1. O controle social do Nós do Centro foi muito difícil, pois os gestores do projeto na Unidade Gestora e na SMADS não estão abertos ao diálogo com a sociedade civil; Tentamos realizar entrevistas com os coordenadores do projeto de novembro de 2007 à outubro de 2008 e não conseguimos conversar com ninguém.

2. O projeto Nós do Centro tem como público alvo a população moradora de cortiços, mas não prevê nenhuma ação para resolver a questão da moradia dessa população. Consideramos isso um problema, pois, as ações de assistência social e habitação são complementares e fundamentais para a manutenção e melhoria das condições de vida da população do Centro. Sem resolver os problemas de uma não é possível avançar com a outra.

3. As atividades que acontecem nos EIS e Centros de Referência devem beneficiar a população pobre dos distritos. Até o momento, as principais atividades têm sido cursos de capacitação profissional voltados para jovens e mulheres, com o objetivo de contribuir para geração de renda e inserção no mercado de trabalho. Cabe à população participar e avaliar se esses cursos estão funcionando bem, servindo à realidade da população e atingindo os objetivos propostos.

Como a população pode participar?

Era prevista a criação de um Conselho Gestor do projeto; mas averiguamos que este não encontra-se em funcionamento.

Hoje a única forma de participar do projeto, buscando exercer controle social sobre o mesmo, é através das reuniões e atividades que acontecem nos EIS em funcionamento. Em todos os Escritórios estão previstos Fóruns abertos onde a população moradora, usuários e trabalhadores da região podem debater e buscar soluções para os problemas do bairro.

Até outubro de 2008 foram implementados sete EIS. Por entanto, apenas três deles estão realizando reuniões dos Fóruns ou Comissões Locais: o EIS Glicério, o EIS Bela Vista e o EIS Pari.

A participação da população nesses espaços - que devem funcionar de forma aberta e democrática - é muito importante. Participando será possível conhecer e se beneficiar das atividades do projeto, bem como avaliar se elas estão contribuindo para a melhoria das condições de vida de seus moradores!

Durante 6 meses participamos das reuniões do Fórum do Glicério, e pudemos dessa forma conhecer de perto as atividades do EIS e o desenvolvimento do "Nós do Centro" nessa área.

Fique atento para a reunião do EIS mais próximo da sua casa ou trabalho e participe!

Reuniões do Fórum de Desenvolvimento do Glicério

Acontecem no EIS Glicério todas as últimas quintas-feiras do mês, às 18:30.

Reuniões do Fórum de Desenvolvimento da Bela Vista

Acontecem no EIS Bela Vista uma vez por mês (confirmar com o Escritório).

Reuniões do Fórum de Desenvolvimento do Pari

Acontecem no EIS Pari todas as últimas terças-feiras do mês, às 19:30

Conheça os equipamentos do "Nós do Centro"

Unidade Gestora do Projeto "Nós do Centro"

Coordenador : Antônio Augusto Telles Machado
Rua Libero Badaró, 293. Tel: 3188-8330

EIS Glicério- Fundação Orsa

Rua Barão de Iguape, 900. Tel: 3539-9301

EIS Bela Vista - Novolhar

Rua Treze de Maio, Tel: 3459-0688

EIS Pari - Associação Lar São Pedro

Rua Capitão Mor Passos, 478. Tel: 3151-5786

EIS Mooca - IBEC

Rua Conselheiro João Alfredo, 340. Tel: 2894-1084

EIS Bom Retiro - CIEDS

Rua Itapirapés, 180. Tel: 3228-5609

EIS Sé - CIEDS

Rua Riachuelo, 354. Tel: 3104-3891

EIS Santa Cecília - Essor

Rua Barra Funda, 491. Tel: 3662-3344

Centro de Referência da Mulher - IDORT

Rua 25 de março, 250. Tel: 31061100

Centro de Referência da Diversidade - Grupo pela VIDA

Rua Major Sertório, 292. Tel: 3151-5786

Essa publicação é fruto do Projeto "CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO: O PROJETO INCLUSÃO SOCIAL URBANA - NÓS DO CENTRO (UNIÃO EUROPEIA/PMS)"

Realização: Instituto Pólis e ActionAid Brasil - Outubro de 2008

Equipe

Coordenação Geral

Brian Mier (ActionAid)
Renato Cymbalista (Instituto Pólis)

Coordenação Executiva

Isadora Tami Lemos Tsukumo

Pesquisadores

Natasha Mincoff Menegon
Fernanda Araújo de Almeida (Assistência Social)
José Augusto Ribeiro (Orçamento)
Letícia Moreira Sígolo (Relatório I)

Para mais informações acesse: www.polis.org.br
Contato: centros@polis.org.br
Tel: 2174-6839